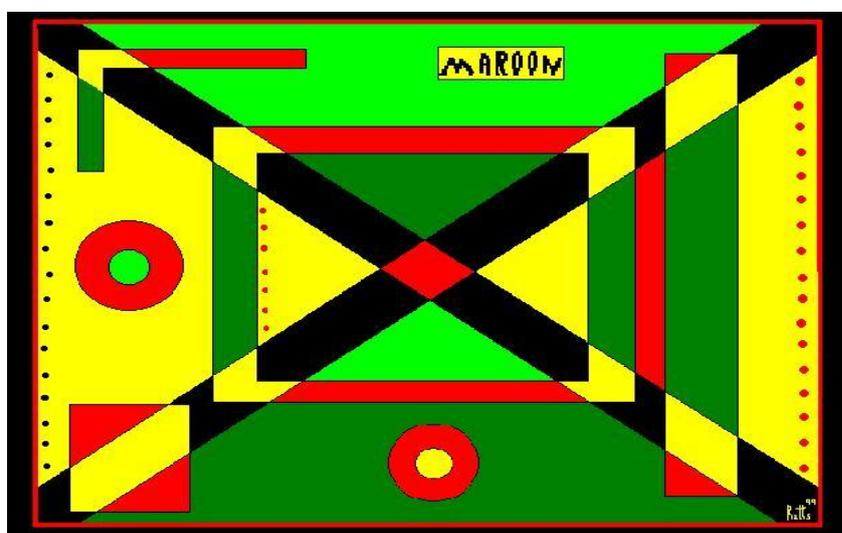


UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**RELAÇÕES RACIAIS E ESPAÇO URBANO: TRAJETÓRIAS
SOCIOESPACIAIS DE MILITANTES DO MOVIMENTO
NEGRO NA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA**



Talita Cabral Machado
Orientador: Dr. Alecsandro (Alex) J. P. Ratts

Goiânia, setembro de 2011.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



**RELAÇÕES RACIAIS E ESPAÇO URBANO: TRAJETÓRIAS
SOCIOESPACIAIS DE MILITANTES DO MOVIMENTO
NEGRO NA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA**

Talita Cabral Machado
Orientador: Dr. Alecsandro (Alex) J. P. Ratts

Goiânia, setembro de 2011.

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

| | | | |
|--|---|------------------------------|---------|
| Autor (a): | Talita Cabral Machado | | |
| E-mail: | talita.geo@gmail.com | | |
| Seu e-mail pode ser disponibilizado na página? | <input checked="" type="checkbox"/> Sim | <input type="checkbox"/> Não | |
| Vínculo empregatício do autor | | | |
| Agência de fomento: | | UF:GO | Signla: |
| País: | Brasil | UF:GO | CNPJ: |
| Título: | Relações Raciais e Espaço Urbano: trajetórias sociospaciais de militantes do movimento negro na região metropolitana de Goiânia | | |
| Palavras-chave: | movimento negro, trajetória socioespacial, território | | |
| Título em outra língua: | Racial relationships and urban space: socio-spatial trajectory of the black movement activists in the metropolitan region of Goiânia. | | |
| Palavras-chave em outra língua: | black movement, socio-spatial trajectory, territory | | |
| Área de concentração: | Espaço e Práticas Culturais | | |
| Data defesa: (dd/mm/aaaa) | 11/10/2011 | | |
| Programa de Pós-Graduação: | Programa de Pós-Graduação em Geografia | | |
| Orientador (a): | Dr. Alecsandro (Alex) J. P. Ratts | | |
| E-mail: | alex.ratts@uol.com.br | | |
| Co-orientador (a):* | | | |
| E-mail: | | | |

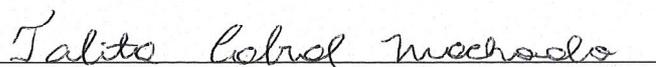
*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.


 Assinatura do (a) autor (a)

Data: 12/10/2012

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



RELAÇÕES RACIAIS E ESPAÇO URBANO: TRAJETÓRIAS SOCIOESPACIAIS DE MILITANTES DO MOVIMENTO NEGRO NA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA

Dissertação apresentada no Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia no Instituto de Estudos Sócio-Ambientais como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia, com orientação do prof. Dr. Alecsandro (Alex) J. P. Ratts.

Talita Cabral Machado

Goiânia, setembro de 2011.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação na (CIP)

Machado, Talita Cabral.

Relações raciais e espaço urbano: trajetórias socioespaciais de militantes do movimento negro na região metropolitana de Goiânia [manuscrito] / Talita Cabral Machado. - 2011.

139 f. : il., figs, tabs.

Orientador: Prof. Dr. Alecsandro (Alex) J. P. Ratts.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, 2011.

Bibliografia.

Inclui lista de figuras, abreviaturas, siglas e tabelas.

Apêndices.

Talita Cabral Machado

**RELAÇÕES RACIAIS E ESPAÇO URBANO: TRAJETÓRIAS
SOCIOESPACIAS DE MILITANTES DO MOVIMENTO
NEGRO NA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA**

Dissertação defendida em ___/___/_____. E avaliada pela banca examinadora composta pelos professores:

Dr. Alecsandro (Alex) J. P. Ratts (orientador)
IESA/ UFG

Dra. Mariana Cunha Pereira
FE/ UFG

Dr. Renato Emerson N. dos Santos
UERJ/ Campus São Gonçalo

“O movimento não é negro, mas da história”

Beatriz Nascimento

“Falar do Movimento Negro implica no tratamento de um tema cuja complexidade, dada a multiplicidade de suas variantes, não permite uma visão unitária. Afinal, nós negros não constituímos um bloco monolítico, de características rígidas e imutáveis”

Lélia Gonzalez

À minha vó Gasparina, mulher guerreira, que através dos seus conhecimentos, de sua religiosidade e de sua visão política me ensinou a ver além do espelho.

AGRADECIMENTOS

Ao professor e amigo Alex pelas longas conversas, pelo apoio, por ter me recebido tão abertamente quando eu era apenas uma desconhecida, por ter me dado um voto de confiança. Com ele aprendi muito sobre a Geografia, a militância e a vida.

Ao Lincoln pelo grande companheiro, pela dedicação, pelo espírito questionador que me faz refletir muito sobre a vida e por fazer os meus dias mais leves e alegres.

À minha família que apesar da distância sempre se faz presente. Em especial à minha mãe geógrafa e professora que foi a inspiradora da minha paixão pela Geografia. À minha irmã Meline também geógrafa que prossegue em seu caminho de luta pela transformação da sociedade. Ao meu pai e ao meu irmão João Marcos que me proporcionaram momentos de descanso durante esta caminhada. À tia Maria, à tia Margarida e ao primo Mateus pela dedicada ajuda na revisão final da dissertação.

A todos(as) os(as) amigos(as) do Lagente pelas conversas e pelo caloroso acolhimento, em especial à Kênia, à Luciana, à Ana Lúcia, à Márcia, ao George, ao Igor, ao Gabriel, ao Leandro e ao Diogo.

A todos(as) os(as) militantes entrevistados(as) pela confiança e pela simpatia.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| Lista de Abreviaturas e Siglas | 12 |
| Lista de Figuras | 14 |
| Lista Ilustrações | 15 |
| Lista de Quadros | 16 |
| Lista de Tabelas | 17 |
| Resumo..... | 18 |
| Abstract..... | 19 |
| Prólogo..... | 20 |
| Introdução..... | 22 |
| | |
| Capítulo 1: Da Geograficidade dos Movimentos Sociais à Geograficidade das Relações Raciais..... | 29 |
| 1.1. Geografia, Território e Movimentos Sociais..... | 29 |
| 1.2. Geografia e Relações Raciais..... | 36 |
| | |
| Capítulo 2: Movimento Negro em Redes..... | 42 |
| 2.1 Apontamentos sobre o Movimento Negro Brasileiro a partir do século XX .. | 42 |
| 2.2. Movimento Negro Goiano a partir da década de 1970..... | 52 |
| 2.3. Redes: Formas de Organização, Espacialização e Atuação dos Movimentos Sociais..... | 60 |
| | |
| Capítulo 3: Militância Negra, Trajetórias Socioespaciais e Geo-Grafias da Região Metropolitana de Goiânia..... | 71 |
| 3.1. Geo-Grafias Negras no Espaço Urbano..... | 72 |
| 3.1.1. Trajetórias e memórias dos(as) militantes negros(as) migrantes e a formação socioespacial da região metropolitana de goiânia..... | 72 |
| 3.1.2. Trajetória histórico-espacial dos(as) militantes negros(as) na região metropolitana de goiânia: um olhar sobre a segregação do espaço urbano..... | 83 |
| 3.2. O Movimento Negro e o Espaço Urbano..... | 99 |
| 3.2.1. Militância e trajetória socioespacial: “espaços” ocupados na cidade..... | 100 |

| | |
|--|-----|
| 3.2.2. Militância e trajetória socioespacial: construção e fortalecimento de territorialidades negras na cidade..... | 108 |
| Considerações Finais..... | 120 |
| Referências Bibliográficas..... | 123 |
| Anexo..... | 132 |
| Apêndices..... | 134 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACACAB - Associação Casa de Arte de Cultura Afro-Brasileira

ACONERUQ – Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão

APNs - Agentes de Pastoral Negros

CACUNE - Casa de Cultura da Comunidade Negra de Goiás

CANBENAS - Coletivo de Estudantes Negros Beatriz Nascimento

CEABRA - Coletivo de Empresários e Empreendedores Afro-Brasileiros do Triângulo Mineiro

CEBA - Centro de Estudo Brasil África

CECUN - Coordenação Nacional dos Estudantes Negros Universitários

CENEG-GO - Centro de Cidadania Negra do Estado de Goiás

CNAB - Congresso Nacional Afro-Brasileiro

CNPIR - Conselho Nacional da Igualdade Racial

CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades de Quilombo

CONEN - Coordenação Nacional de Entidades Negra

CONENC - Congresso Nacional das Entidades Negras Católicas

CONER - Congresso Nacional do Negro

CONIR-GO - Conselho Estadual da Igualdade Racial

EDPs - Espaços de Diálogos e Práticas

ENEN - Encontro Nacional de Entidades Negras

ENG - Encontro Nacional de Geógrafos

ESCs - Espaço de Socialização de Coletivos

FENEGO - Fórum de Entidades Negras de Goiás

FNB - Frente Negra Brasileira

GTA - Grupo de Trabalho Afro

GUCN - Grupo de União de Consciência Negra

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPCN - Instituto de Pesquisas das Culturas Negras

LAGENTE - Laboratório de Estudos de Gênero, Étnico-Raciais e Espacialidades

LGBTT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

MNU - Movimento Negro Unificado

MNU/GO - Movimento Negro Unificado de Goiás

MOAN - Movimento Alma Negra

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MUCDR - Centros De Lutas Do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial

NEINB/USP - Núcleo de Estudos Interdisciplinares do Negro Brasileiro da
Universidade de São Paulo

NEN - Núcleo de Estudos do Negro

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

OIS - Estadual de Interesse Social

ONG – Organização não governamental

PAB - Pastoral Afro da CNBB

PC do B - Partido Comunista do Brasil

PNAE – Programa Nacional de alimentação escolar.

SLOT – Sistema local territorial

TDR – Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização

TEN - Teatro Experimental do Negro

UHC - União dos Homens de Cor

UNEGRO - União de Negros pela Liberdade

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1: Classificação das Instituições Afro-Brasileiras..... | 48 |
| Figura 2: Municípios que possuem sedes do movimento negro e pela igualdade racial – 2010..... | 58 |
| Figura 3: Duas formas de organização básica: hierarquia (Pirâmide) e horizontal (Rede)..... | 64 |
| Figura 4: Esquema dos resultados das entrevistas..... | 71 |
| Figura 5: Região Metropolitana de Goiânia – 2010..... | 79 |

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|-----|
| Ilustração 1: Sede da CENEG-GO - Setor Central - Goiânia – 2011..... | 110 |
| Ilustração 2: Casamento Afro na Comunidade Pedro Ludovico Goiânia - 1997..... | 113 |
| Ilustração 3: Congadeiros no Encontro Estadual dos APNs – 1998..... | 114 |
| Ilustração 4: Congadeiros no Encontro Estadual dos APNs – 1998..... | 114 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1: Entidades do movimento negro e pela igualdade racial..... | 59 |
|---|----|

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1: População presente segundo a cor em Goiás – 1940..... | 74 |
| Tabela 2: População presente segundo a cor em Goiás – 1950..... | 74 |
| Tabela 3: População presente segundo a cor em Goiás – 1980..... | 75 |
| Tabela 4: População da Aglomeração de Goiânia em 1980 e 1991..... | 78 |
| Tabela 5: População residente por cor/raça em Goiás, na Região Metropolitana de Goiânia e em Goiânia – 2000..... | 80 |

RESUMO

Os sujeitos militantes do movimento negro estão entre os responsáveis pela mudança do pensamento das relações raciais brasileiras. Estes(as) atores(as) também podem ser colocados entre os construtores das políticas públicas para a população negra. O objetivo desta dissertação é compreender a relação entre o movimento negro e a produção do espaço urbano na região metropolitana de Goiânia, a partir das trajetórias socioespaciais na cidade e no bairro, a trajetória familiar/memória, no trabalho, na escola, nos locais de lazer e nos locais de militância dos sujeitos que compõem o movimento. Os objetivos específicos são: investigar a forma de organização, espacialização e atuação do movimento negro a partir da categoria rede; compreender a formação socioespacial da metrópole goianiense e tentar inserir a questão racial nessa compreensão; e analisar a trajetória socioespacial dos(as) militantes na metrópole e a sua relação com a produção do espaço urbano. O trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa. A trajetória histórica espacial do local de moradia dos militantes trouxe à tona uma dimensão da segregação, em que além do estigma da classe social, do local de moradia, a questão racial também foi referida pelos(as) militantes negros(as). A migração da população negra para áreas segregadas da metrópole planejada correspondeu a uma continuidade da periferização desta população no Brasil. A organização e espacialização do Movimento Negro em rede correspondem a uma forma de interação entre as ações locais, regionais, nacional e internacional para a construção de propostas e mudanças na sociedade. O Movimento Negro é produzido a partir da relação dialética das diversas escalas de suas atuações. As ações locais são essenciais para a construção de identidades e territorialidades negras nas cidades. Na metrópole goianiense, através das trajetórias socioespaciais, os(as) militantes espacializam, territorializam suas ações e produzem o espaço urbano. A construção de identidades negras, através da valorização política e social do corpo negro e da cultura negra, faz o sujeito empoderar-se. Surge para os militantes a preocupação em espacializar as lutas nos âmbitos político e social, mas também em ocupar certos espaços na cidade. A partir das sedes das entidades do movimento, de áreas públicas como praças e escolas onde ocorrem as manifestações político-culturais de cunho racial e em alguns terreiros religiosos, as ações dos militantes materializam-se, produzindo territórios (i)materiais no espaço urbano. A complexidade e diversidade de lugares criados e fortalecidos pelos(as) militantes desse movimento remetem à compreensão da cidade a partir de um recorte racial, no sentido de construção de territorialidades negras e de matriz africana na cidade. Novos/velhos territórios na cidade são descobertos, fortalecidos e produzidos pelos que participam do movimento negro.

Palavras-chaves: movimento negro, trajetória socioespacial, território

ABSTRACT

The activists subjects of the black movement are among the responsible for the change of the thought of the Brazilian racial relationships. This actors can be also put among the builders of the public politics for the black population. The goal of this thesis is to understand the relationship between the black movement and the production of the urban space in the metropolitan region of Goiânia, from the socio-spatial trajectory in the city and in the neighborhood, the family trajectory/memory, at work, at school, at the places of activism of the subjects who make the movement. The specific goals are: to investigate a form of organization and spatial distribution of the black movement from the network category; to understand the socio-spatial formation of the metropolis Goiânia and try to insert the racial issue on this understanding; and analyze the socio-spatial trajectory of the activists on the metropolis and your relationship with the production of the urban space. The work characterizes itself as a qualitative research. The spatial trajectory of the living place of the activists brought out the dimension of the segregation, in which beyond the stigma of the social class, the living place, the racial issue was also mentioned by the black activist. The migration of the black population to the segregated areas of the projected metropolis corresponded to the continuing peripherization of this population in Brazil. The organization and spatialization of the black movement en network correspond to a way interaction between the local, regional national and international actions for the building of proposes and changes on the society. The Black Movement is produced from the dialectic relationship of the many scales of yours actuations. The local actions are essential for the building of black identities and territorialities in the cities. On the metropolis Goiânia, through the socio-spatial trajectories, the activists specialize, territorialize, their actions and produce the urban space. The construction of the black identities, through the political and social value improve of the black body and culture, makes the subject empower himself. Appears for the activists the concerning on specialize the fights on the political and social scope, but also on occupying certain spaces on the city. From the headquarters of the entities of the movement, the public areas such as parks and schools where the political-cultural manifestation of racial focus happens in some religious bases, the actions of the activists materialize itself, producing (un)material territories in the urban space. The complexity and diversity of some places created and strengthened by the activists from this movement refers to the understanding of the city from the racial perspective, on the meaning of construction of black territorialities and the African origin on the city. New/old territories on the city are discovered, strengthened, and produced by the ones who make part of the black movement.

Key-words: black movement, socio-spatial trajectory, territory.

PRÓLOGO

A ideia inicial desta dissertação era espacializar e analisar os dados de cor/raça do censo 2000 por setor censitário, cruzando com outras variáveis, como por exemplo a renda, no intuito de saber onde se concentra a população negra na região metropolitana de Goiânia e problematizar sua situação social no espaço urbano. A busca por estes dados foi exaustiva, somente após muito tempo, funcionários do IBGE do Rio de Janeiro informaram-me que os dados na escala que gostaria não existiam para Goiânia. Foi dito que a pergunta sobre a cor/raça só se encontrava no questionário da amostra e não no questionário base, esses dados existiriam somente no censo de 2010. Até o final da pesquisa, os microdados não tinham sido disponibilizados pelo IBGE. Sendo assim, tive que mudar todo o curso do trabalho. Nesse momento, não tive dúvida de qual seria o novo objeto de pesquisa.

Após conhecer, por meio de conversas, os alunos(as) e professores(as) do LAGENTE (Laboratório de Estudos de Gênero, Étnico-Raciais e Espacialidades) do IESA/UFG dos quais uma parte é militante do movimento negro e do movimento feminista, muitas questões, curiosidades e vontade de aprofundar meu conhecimento sobre o movimento negro surgiram. Resolvi assim, pesquisar os sujeitos do movimento na metrópole goianiense, a partir da categórica trajetória socioespacial, trabalhada por muitos mestrandos e doutorandos do laboratório. A minha identidade étnica-racial é branca e não encontrei durante a pesquisa restrições por parte dos militantes, em parte graças ao respeito e confiança que o LAGENTE possui diante desses sujeitos. Percebi então, que a minha responsabilidade ao produzir a dissertação seria grande. Trazer esse tema e esses sujeitos, no intuito de inspirar geo-grafias, foi muito prazeroso.

Apesar de estar na cidade há pouco tempo (somente dois anos desde o início da pesquisa), a leitura que eu tinha de Goiânia era uma. Durante o trajeto da pesquisa, conheci uma Goiânia até então não descoberta por mim. Conheci os diversos trabalhos das entidades do movimento, mulheres e homens negros militantes, conheci grupos de capoeira, hip hop, dança afro, samba e pagode, terreiros de candomblé e umbanda, grupos de congos, congadas e afoxés. Conheci uma Goiânia negra que possibilitou uma

transformação na forma de relacionar-me com a cidade e que mudou a minha trajetória socioespacial. É por meio desta dissertação que pretendo compartilhar estas descobertas.

INTRODUÇÃO

Início esta dissertação por uma introdução teórica à maneira de pensar e compreender o espaço através das principais categorias que foram escolhidas para analisar a realidade estudada que correspondem ao território, à trajetória socioespacial e à rede. O tema da pesquisa corresponde à compreensão da produção do espaço urbano da região metropolitana de Goiânia a partir das trajetórias socioespaciais dos(as) militantes do movimento negro.

Bourdieu (1996) critica o ponto da narrativa em que uma vida é tratada como coerente e linear, quando na realidade, à existência de qualquer pessoa multiplicam-se as causalidades e as oportunidades. O autor também critica o pensamento de que os acontecimentos biográficos são originais, singulares e pessoais, quando na verdade são, frequentemente, experiências coletivas e compartilhadas com outras pessoas. Para Bourdieu, não se pode compreender uma trajetória sem que se tenha antes disposto “os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado (...) ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis” (BOURDIEU, 1996, p.190). Assim, o movimento que leva a trajetória de um indivíduo de uma posição à outra é definido pela relação entre “o sentido e o valor dessas posições num espaço orientado” (BOURDIEU, 1996, p.190).

Partindo da análise do autor, a trajetória socioespacial envolve a história de vida e pode ser compreendida como as miríades de “deslocamentos” do sujeito em lugares no espaço. E muitas vezes esses lugares produzem novas “colocações” desses indivíduos nos espaços experimentados por eles.

Souza (2007), ao estudar a trajetória socioespacial de professoras negras, afirma que existe uma sucessividade de lugares percorridos por estas mulheres no seu cotidiano e que as trajetórias desenhadas por elas são também produtoras de suas visões de mundo.

Cirqueira (2010), ao trabalhar com a trajetória socioespacial do intelectual negro Milton Santos, diz que para se compreender as trajetórias socioespaciais é preciso unir “um ator social a outros cujas vivências se desenvolvem no mesmo campo e no mesmo conjunto de possibilidades” (CIRQUEIRA, 2010, p. 44).

As trajetórias socioespaciais individuais que mantêm relações coletivas indissociáveis, também produzem marcas no espaço a partir dos lugares onde os sujeitos percorrem. Os deslocamentos e as colocações dos atores são produtores de “geo-grafias”, ou seja, formas de grafar o espaço (PORTO-GONÇALVES, 2001), de territorializar.

Diante do meio técnico-científico-informacional que se insere no sistema moderno-colonial, emergem novos protagonistas na cena política, pondo em xeque certos aspectos desse sistema. Muitos sujeitos organizam-se em torno de movimentos sociais que mostram as desigualdades existentes e lutam pela ocupação de espaços e por “novos” territórios.

O território pressupõe uma apropriação do espaço, isto é a territorialização. Sujeitos organizados em grupos também (se) territorializam. Neste caso, o processo de territorialização se dá mediante indivíduos possuidores de identidades, correspondendo à territorialidade. As territorialidades não são fixas, inseridas nos processos, elas são dinâmicas e mutáveis. O território é material, é espaço definido por e a partir de relações de poder (SOUZA, 1995).

O simbólico e o material, diante da análise de territorializações de grupos sociais, não são distintos, são fruto e resultado do mesmo processo. Como para Porto-Gonçalves “os homens e mulheres só se apropriam daquilo que faz sentido; só se apropriam daquilo a que atribuem uma significação e, assim, toda apropriação material é, ao mesmo tempo, simbólica” (PORTO-GONÇALVES, 2001, p.230). Sodré (1988) aborda a importância da relação homem-meio, em que o espaço afeta o comportamento humano. Para o autor:

“(…) na verdade (…) estuda-se muito o espaço como algo a ser submetido ou melhor aproveitado (quanto mais se representa intelectualmente o espaço, mais é ele controlado e ocupado por organizações produtivas), mas se deixam de lado as afetações simbólicas que na cultura opera o espaço-lugar, o território, enquanto força propulsora, enquanto algo que possa engendrar ou refrear as ações” (SODRÉ, 1988, p. 12).

A inseparabilidade entre material e simbólico também se apresenta na concepção de espaço. Para Milton Santos (1996), o espaço geográfico “é um misto, um híbrido, formado da união indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações” (SANTOS, 1996, p.18), resultado das relações entre os elementos que compõem o espaço (os objetos geográficos) e os condicionantes de modificação desse espaço (as ações humanas e os

processos físicos ao longo do tempo). “Os sistemas de objetos, o espaço-materialidade, formam configurações territoriais, onde a ação dos sujeitos, ação racional ou não, vem instalar-se para criar um espaço”, sendo assim, “não há significações independentes dos objetos” (SANTOS, 1996, p. 234 e 70).

Sobre o espaço urbano, ele é aqui compreendido como movimento e processo realizando-se na tríade condição-meio e produto da produção/reprodução da sociedade. Carlos (2007) parte de três níveis de análise para compreender o espaço: o nível econômico, político e social.

O nível econômico pode ser compreendido a partir das necessidades da produção capitalista na cidade. O nível político envolve como condição para a sua realização, a existência do território definido como ação do Estado – através da mediação do poder local. E por último, no nível social, os dois outros ganham visibilidade, realizando-se. É nele que se revelam as condições para se realizar a vida da sociedade, corresponde ao plano do espaço vivido (CARLOS, 2007)¹.

Foi a partir do plano do espaço vivido que este trabalho iniciou-se, para então, compreender dialeticamente a produção do espaço urbano e a luta vivenciada quotidianamente pelos militantes negros na região metropolitana de Goiânia. A presente dissertação parte da importância do movimento social para a produção de um espaço urbano menos desigual, como indica Souza:

Se é certo que as forças de mudança devem contar, cedo ou tarde, com a reação [...] da ordem vigente de autênticos movimentos sociais (referenciados não somente à esfera da produção, mas à questões de gênero e racial, da humanização do espaço urbano, etc.) *podem*, de toda sorte, a longo prazo e por efeito cumulativo complexo, provocar alterações dignas de nota, rupturas. Assim, uma luta pontual e, em si, temática e socialmente limitada [...], *pode* polinizar outras lutas e ajudar a instaurar uma sinergia transformadora; ademais ela pode permitir aos atores uma ampliação de sua margem de manobra contra os efeitos mais alienantes do processo de globalização hoje em curso – o que, dialeticamente *pode* vir a ser um fator sustentador de um avanço da consciência crítica dos atores e de seu potencial de combate. (SOUZA, 1995, p.109, grifos do autor).

Sendo assim, o movimento negro representa uma força para a mudança social. As ações, a organização e espacialização do movimento negro são analisadas a partir da

¹ A dimensão do vivido para Carlos vem da leitura de H. Lefebvre (2000).

categoria rede construída, através dos estudos em geografia e nas ciências sociais. A rede é vista como dimensão organizacional dos grupos sociais (CORRÊA, 2005) e também a partir da ideia de “rede de movimento social” (SCHERER-WARREN, 2006), que representa as ações dos movimentos sociais as quais transcendem as experiências empíricas, concretas, datadas e localizadas dos atores coletivos.

Pretende-se discutir Goiânia como metrópole, espaço real, concreto, mas também simbólico; produto sócio-histórico e materialidade resultante da prática espacial da sociedade local e também do próprio processo da urbanização brasileira sob o capitalismo. O espaço urbano é resultado da complexidade social. Esta se fundamenta na diferença, que dá a possibilidade a cada lugar de informar aos outros e de receber informações dos outros. Mas a cidade é produtora e produzida por territórios de poder, este não apenas atuando nas relações econômicas, mas permeando todas as relações sociais, culturais e étnico-raciais.

Para Santos (1987), é no espaço que acontece a mobilidade e esta é disputada, e, diante do processo de espoliação vivenciado pelo negro, as oportunidades de mobilidade vão diminuindo. Segundo Silva “diante das forças hegemônicas da sociedade que preservam privilégios em detrimento da maioria da população, resta-lhe a resistência a partir de estratégias alternativas, como os movimentos, as associações culturais, o espaço dos terreiros, etc” (2006, p.53).

O movimento negro organizado nas cidades brasileiras denuncia o racismo e seus desdobramentos e reivindica a inserção da população negra nos espaços na sociedade e melhorias das condições de vida. Os grupos sociais levantam questões que muitas vezes representam um desafio para os pesquisadores brasileiros. As relações raciais, a miscigenação, o preconceito racial, a segregação racial são alguns temas estudados no Brasil. A raça aqui não é entendida como categoria biologicista, mas como construção social da diferença, corresponde às características fenotípicas dos indivíduos que influenciam a forma de estar no mundo, as trajetórias socioespaciais.

Surge então para os Geógrafos, um desafio: entender como o espaço na cidade se produz a partir das relações raciais, utilizando-se da abordagem geográfica para entender o real².

² Autoras como Maria Nilza da Silva (2006), Antônia dos Santos Garcia (2009), Raquel Rolnik (1989) são exemplos de pesquisadoras contemporâneas que estudam a segregação espacial e racial nas cidades. Esses(as)

Em sua comunicação no Encontro Nacional de Geógrafos (ENG) 2010, Carlos Walter Porto-Gonçalves relaciona o papel das universidades com o pensar conceitualmente as discussões dos movimentos sociais. Para isso, é necessário compreender as expressões territoriais, as linguagens de representação dos movimentos sociais e estudar os sujeitos que grafam a terra a partir do espaço enquanto experiência (os mapas mentais) e da valorização do ato de ouvir³. Pois os militantes dos movimentos sociais estão entre aqueles que nos mostram as agruras da vida cotidiana e os espaços dos grupos esquecidos devem ser hoje o espaço da análise dos geógrafos⁴.

O objetivo desta dissertação é compreender a relação entre o movimento negro e a produção do espaço urbano na região metropolitana de Goiânia. São estudadas as trajetórias socioespaciais dos sujeitos que compõem o movimento. Tenta-se analisar a trajetória na cidade, no bairro, a trajetória familiar/memória, no trabalho, na escola, nos locais de lazer e nos locais de militância dos(as) participantes das entidades do movimento negro na metrópole goianiense.

Os objetivos específicos são: investigar a forma de organização, espacialização e atuação do movimento negro a partir da categoria rede; compreender a formação socioespacial da metrópole goianiense e inserir a questão racial nessa compreensão; e analisar a trajetória socioespacial dos(as) militantes na metrópole e a sua relação com a produção do espaço urbano.

Durante o processo da pesquisa surgiram algumas perguntas, as quais se pretende refletir, são as seguintes: qual a relação entre a segregação do espaço urbano e a questão racial? O envolvimento no movimento negro influencia nas trajetórias dos seus membros? O movimento negro é produtor de novas espacialidades e/ou territorialidades no espaço metropolitano de Goiânia?

pesquisadores(as) são em sua maioria da história e da sociologia. Porém, geógrafos como Andreilino Campos (2007), Alex Ratts (2009a), Renato Emerson dos Santos (2007) e Rafael Sanzio A. dos Anjos (2005), também inserem por diferentes abordagens a cor ou raça nos seus estudos.

³ Carlos Walter Porto-Gonçalves, comunicação oral, Encontro Nacional de Geógrafos, em Porto Alegre, em julho de 2010.

⁴ Boaventura Souza Santos, comunicação oral, Encontro Nacional de Geógrafos, em Porto Alegre, em julho de 2010.

Procedimentos metodológicos

O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, pois esta busca um contato direto entre o pesquisador e a situação estudada e valoriza mais o processo do que o produto. Para a entrevista, foram escolhidos militantes de sete (7) entidades do movimento negro de cunho político,⁵ com suas sedes localizadas na região metropolitana de Goiânia. As entidades são: CACUNE (Casa de Cultura da Comunidade Negra de Goiás), CANBENAS (Coletivo de Estudantes Negros Beatriz Nascimento), APNs (Agentes de Pastorais Negros), Grupo de Mulheres Negras Dandara no Cerrado, Centro de Referência Lélia Gonzalez, Associação Pérola Negra e CENEG-GO (Centro de Cidadania Negra do Estado de Goiás).

As entidades de cunho político escolhidas possuem também ações culturais em sua pauta. O recorte espacial centra-se na região metropolitana de Goiânia, pois é onde as sedes das entidades escolhidas localizam-se, assim como quase a totalidade de seus participantes e de suas ações.

Como procedimento metodológico, o que se fez, basicamente, foram entrevistas individuais e semi-estruturadas. Para as entrevistas foram escolhidos onze (11) militantes⁶, com diferentes perfis: mulheres e homens com diversas idades, a mais jovem tinha 23 anos e o mais idoso, 70 anos; com diferenciado tempo de militância, alguns participaram da construção das entidades e outros militam há pouco tempo, a militante mais recente no movimento possui quatro (4) anos de atuação e a mais antiga vinte e oito (28) anos; incluindo as lideranças e demais participantes das entidades; moradores(as) de diferentes cidades que constituem a metrópole e de distintas regiões de Goiânia; com diversas faixas de renda, de um até dez salários mínimos (correspondendo a renda da pessoa responsável pelo domicílio, critério adotado pelo IBGE, 2000).

Foram realizadas entrevistas baseadas em roteiro bastante extenso, com noventa e cinco (95) perguntas (parte do roteiro foi uma adaptação do trabalho de Silva, 2006) divididas em oito (8) blocos temáticos compreendendo: Identificação, Trajetória Familiar/Memória, Migração, Participação no Movimento Negro, Trajetória Profissional,

⁵ Considera-se aqui que existam grupos culturais que possuem também um caráter político e de luta contra a discriminação. E em muitas entidades do movimento negro, o político e cultural se misturam.

⁶ Identificados neste texto pelas referências: Entrevistado(a) A... L. As informações sobre os(as) entrevistados(as) encontram-se no apêndice. E as entrevistas completas estão disponíveis no LAGENTE.

Trajetória Escolar, Trajetória no Bairro e Trajetória da Vida Social⁷. A média do tempo de cada entrevistado(a) foi de setenta (70) minutos.

Buscou-se explorar possibilidades analíticas, descobrir, tencionar, provocar e inspirar geo-grafias nas construções raciais pensadas espacialmente. Pensar o espaço das relações raciais, mas também pensar as relações raciais a partir das relações espaciais (SANTOS, 2007). Nesse contexto, o espaço passa a ser uma categoria de reflexão das relações raciais brasileiras, que se constituem com ele e nele. Pretende-se instigar um olhar das relações raciais e de geo-grafias da região metropolitana de Goiânia a partir da trajetória socioespacial dos militantes.

A relevância deste trabalho para a ciência geográfica é uma maior compreensão da produção do espaço da metrópole a partir da trajetória socioespacial da população negra organizada em entidades do Movimento Negro. Espera-se que esta dissertação possa contribuir para a sociedade e para o estudo em Geografia sobre as questões raciais. Possibilitando um melhor entendimento da dinâmica do espaço urbano. Uma tarefa desafiadora que abre a possibilidade de complexificar a interpretação e a imaginação geográfica ao incorporar elementos que, por vezes, são tratados de maneira desvinculada.

Este trabalho é dividido em três capítulos. O Primeiro - *Da geograficidade dos movimentos sociais à geograficidade das relações raciais* – visa a discutir como os movimentos sociais e as relações raciais são estudados pela Ciência Geográfica.

O segundo capítulo – *Movimento negro em redes* – visa investigar a forma de organização, espacialização e atuação do movimento negro a partir da categoria rede.

O terceiro capítulo – *Militância negra, novas geo-grafias da região metropolitana de Goiânia* – busca compreender a formação socioespacial da região metropolitana de Goiânia e sua relação com a questão racial. Também procura desvendar como as trajetórias socioespaciais dos militantes do movimento negro são produtos e produzem o espaço urbano. Visa, portanto, compreender os processos que o movimento desenvolve, pelos espaços que constroem e pelos territórios que dominam.

⁷ O roteiro de entrevista encontra-se no apêndice.

CAPÍTULO 1

Da geograficidade dos movimentos sociais à geograficidade das relações raciais

Neste capítulo, num primeiro momento, é realizada uma discussão acerca dos estudos sobre o movimento social produzidos por geógrafos. E posteriormente, tenta-se compreender a inserção das relações raciais na Ciência Geográfica como uma tentativa de trazer questões e contribuições sobre o assunto.

1.1. Geografia, Território e Movimentos Sociais

Uma definição de movimento social genérica realizada por Dalton e Kuechler (1990) e apresentada por Boaventura Santos (1999) corresponde a “um setor significativo da população que desenvolve e define interesses incompatíveis com a ordem social e política existente e que os persegue por vias não institucionalizadas” (p. 227). Outra definição construída por Thompson (1979) trata-se do movimento social como força social coletiva organizada.

Alguns movimentos sociais possuem um grande potencial de organização e mobilização, como por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por isso são mais conhecidos. A partir do final da década de 1970 e durante a de 1980, novos grupos inseriram-se na cena política, aparecendo em meios de comunicação, podemos citar o movimento sindical, o movimento por moradia nas cidades e as Comunidades Eclésias de Base da Igreja Católica. E posteriormente, com a intensificação do processo de urbanização, (re)surgiram, por exemplo, o movimento negro, feminista, ecológico, e o LGBTQTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros). Todos esses movimentos sociais urbanos, do campo ou da floresta têm como objetivo a mudança social e/ou política do status quo.

Para Jean-Yves Martins (1997), diferente de outros pesquisadores, como sociólogos, economistas e antropólogos, os geógrafos (até meados da década de 1980 e os

não ligados à vertente da Geografia Crítica) não se dedicavam muito aos estudos sobre os movimentos sociais, mesmo quando esses movimentos tinham uma nítida dimensão espacial. Porém, vem intensificando-se o estudo desse tema pela Geografia, como demonstraram as discussões no ENG 2010 em Porto Alegre, materializando-se nas falas de algumas mesas, em alguns ESCs (Espaço de Socialização de Coletivos) e EDPs (Espaços de Diálogos e Práticas)⁸.

Para Martins (1997), a importância da Geografia nos estudos sobre movimentos sociais está em compreender o aparente paradoxo entre a intensificação do processo de globalização que ocorre ao mesmo tempo em que o desenvolvimento dos movimentos aumenta no Brasil. Por isso, a importância de analisar os movimentos sociais a partir das transescalaridades: do local ao global.

Os movimentos sociais encontram-se na dimensão do local e/ou global. Com o processo de globalização, novas formas de organizar, espacializar e atuar dos movimentos sociais surgem, e para compreendê-los é necessário analisar a relação existente entre as diferentes escalas. A relação entre o local e o global torna-se entrecruzada, um produzindo o outro. A rede surge nas ciências sociais como categoria para compreender esta relação. Ela corresponde aos fluxos materiais e imateriais que se intensificam com o passar dos anos e influenciam cada vez mais na produção dos territórios.

Martins (1997) afirma que nos estudos sobre movimentos sociais, o território possui grande importância, pois a apropriação social do espaço no caso dos movimentos sociais se dá mediante os conflitos conduzidos por eles, que são ao mesmo tempo sociais e territoriais, gerando rupturas com a ordem e o consenso territoriais vigentes.

Fernandes busca diferenciar os movimentos sociais em movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais (FERNANDES, 2005). Para ele, os movimentos sociais produzem e constroem novos espaços, espacializam-se e possuem espacialidade. Alguns deles transformam espaços em territórios, portanto, territorializam-se, são desterritorializados, reterritorializam-se e carregam consigo suas identidades territoriais. Para esse geógrafo, todos os movimentos produzem espaços, mas nem todos possuem o território como triunfo.

⁸ Temas das mesas redondas: “A Geografia no contexto da Educação Popular e Movimentos Sociais” e “Geografia, Movimentos Sociais e Resistência”. Temas dos EDPs “Movimentos Sociais” e “Ativismos e Movimentos Sociais na/da cidade”. Tema do ESC: “Cartografia e Territorialidade dos Movimentos Sociais”.

Numa tentativa de construir um referencial que permita a ciência geográfica entender como as formas de organização e as relações sociais delimitam espaços e territórios de ações dos movimentos, Fernandes (2005) analisa como ocorre a produção do espaço em território. Para ele, é a partir da “intencionalidade” que se dá o deslocamento do território imaterial para o material sobre o espaço geográfico (FERNANDES, 2005).

Segundo Lefebvre (1991), a “intencionalidade” corresponde ao modo de compreensão que um grupo utiliza para se realizar, ou seja, materializar-se no espaço. Ela é a maneira de ser e agir no mundo de determinado grupo e constitui-se em uma (ou várias) identidade. Fernandes diz que “a relação social em sua intencionalidade cria uma determinada leitura do espaço, que conforme o campo de forças em disputa pode ser dominante ou não. E assim, criam-se diferentes leituras socioespaciais” (FERNANDES, 2005, p.27).

Já a “conflitualidade” é vista como responsável pela transformação do espaço em território, o qual é constituído durante os conflitos no enfrentamento entre as forças políticas que os grupos pretendem criar, conquistar e controlar seus territórios (PORTO-GONÇALVES, 2004 e 2005). As relações sociais produzem vários tipos de territórios, eles podem ser contínuos e descontínuos em pontos e redes, formados por diferentes dimensões e escalas.

Fernandes (2005) caracteriza os movimentos socioterritoriais como criadores de relações sociais para tratarem diretamente de seus interesses e assim produzirem espaços e territórios, como por exemplo, movimentos indígenas, camponeses e sindicatos. Neste caso, o território apresenta-se como essencial para a existência desses movimentos. Segundo Fernandes, os movimentos socioterritoriais, ou seja, territorializados:

(...) são aqueles que atuam em diversas macrorregiões e formam uma rede de relações com estratégias políticas que promovem e fomentam a sua territorialização. Todos os movimentos territorializados começam como movimentos isolados. Estes ao se territorializarem e romperem com a escala local, se organizam em redes e ampliam suas ações e dimensionam seus espaços. Os espaços produzidos pelos movimentos socioterritoriais são diversos e são constituídos de acordo com as suas ações. Esses movimentos fazem-se nos espaços de socialização política e espaços de socialização propositiva, onde geram as práticas políticas de seu desenvolvimento. A construção de espaços políticos, sociais, culturais e outros acontecem em diferentes lugares e territórios. A construção desses espaços e seus dimensionamentos são essenciais para

as ações dos sujeitos que procuram transformar a realidade. Não existe transformação da realidade sem a criação de espaços. (FERNANDES, 2005, p. 32)

Para o autor, os movimentos socioespaciais são compostos por entidades mediadoras de apoio a outros movimentos, elas são produtoras de espaço político e espacializam-se, como por exemplo, as ONGs. As “imaterialidades representadas pelas intencionalidades defendidas” (FERNANDES, 2005, p.31) pelas entidades dos movimentos socioespaciais “não se materializam como território próprio, mas como território dos movimentos socioterritoriais que elas defendem” (FERNANDES, 2005, p. 32). Sendo assim, os movimentos sociais podem ser socioespaciais e/ou socioterritoriais, dependendo das relações sociais com as quais trabalham, eles “podem ser agências de mediação” ou/e “defenderem seus próprios interesses” (FERNANDES, 2005, p. 32).

A categoria território tornou-se importante na análise dos movimentos sociais pela Geografia, através do estudo da territorialidade e da produção de territórios de resistência na cidade, no campo e na floresta pelos grupos, representando processos que possibilitaram a reprodução de novas significações do território nacional. A expansão do conceito de território possibilitou a aproximação desta categoria aos estudos sobre os movimentos sociais. O território agora não está associado apenas ao conceito estado-nação, mas também às dimensões sociais, culturais e políticas.

Essa nova forma de compreender o território foi possibilitada, principalmente a partir da década de 1980 e vem intensificando-se pelo processo de globalização, tanto das mercadorias, do capital, da comunicação como também das relações sociais e dos movimentos sociais. Novas/velhas territorialidades que estão em curso no mundo a partir das migrações, das diásporas, dos movimentos sociais, produzem novos processos de territorialização.

Nos anos 1950 e 1960, já se inicia uma concepção renovada de território realizada por pesquisadores como Jean Gottmann e Giuseppe Dematteis. Na década de 1970 surgem novos nomes como Claude Raffestin e os filósofos Felix Guatarri e Gilles Deleuze (Saquet e Gagliotto, 2009). Esses autores compreendem o território a partir da sua multidimensionalidade social, política e cultural e consideram os seus elementos materiais e imateriais. Serão abordados alguns aspectos na produção teórica desses autores, considerados importantes para se pensar o movimento social.

Gottman (apud SAQUET, 2010) busca compreender o território a partir de dois conceitos centrais: a “circulação” e a “iconografia”. A circulação corresponde aos fluxos de homens e ideias que envolvem edificações materiais, ela se estabelece em redes e favorece a abertura dos espaços. Já a iconografia é formada por elementos como a religião, a linguagem e a história, definida por símbolos e funciona como resistência à mudança. Saquet, ao estudar Gottman, diz que “quando uma *comunidade* se sente ameaçada por constantes mudanças, ela pode recorrer a sua iconografia, a sua identidade, como força de resistência e reforço da coesão interna, através de um *sistema* de símbolos” (SAQUET, 2010, p. 47, grifos do autor).

Já Dematteis (apud SAQUET, 2010) utiliza da “concepção metafórica” para explicar a relação entre território-terra. Saquet (2010) afirma que essa concepção parte da representação e estudo da vida quotidiana, a qual é possível apreender os conflitos e os sujeitos nas relações entre o global e o local. Dematteis aborda a questão da territorialidade ao afirmar que o território é substanciado por ela (territorialidade ou relações sociais) e é construído historicamente e geograficamente.

Uma abordagem que tem marcado a geografia no Brasil é a de Raffestin. O autor destaca o caráter político do território. Tendo com referência Michel Foucault, o autor (Raffestin, 1993) defende as diferentes variantes do poder, para além do Estado, estando presente também nas ações das instituições e das empresas, as quais se realizam na vida quotidiana, buscando o controle e a dominação sobre os homens e as coisas. Para Raffestin:

Do Estado ao indivíduo passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que ‘produzem’ o território. [...] Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem ‘território’.
(RAFFESTIN, 1993, p. 152)

Segundo o autor, o território implica territorializações a partir das diferentes atividades quotidianas realizadas nele. A rede também é central na produção do território, pois ela corresponde às relações entre circulação e comunicação, como fluxos materiais e imateriais.

Os autores Guattari e Deleuze (1992), através de uma análise filosófica, afirmam que diante da desterritorialização há a reterritorialização, ou seja, o território desaparece

sem deixar de existir, pois há sempre recriação de novas territorialidades, novas identidades, novos arranjos territoriais e novos significados (SAQUET, 2010).

Como fruto do processo dialético e contínuo da desterritorialização e reterritorialização (TDR) está a multiterritorialidade (HAESBAERT, 2004), ou seja, a ocorrência de múltiplos territórios articulados que podem ser de natureza funcional e simbólica, material e virtual e de sobreposição entre territórios-rede e territórios zona, bem como articulação simultânea entre ambos (HAESBAERT, 2004). Para Haesbaert, os grupos sociais excluídos não se vêem sem nenhum território, mas se inserem numa territorialização precária, onde, na verdade, estão incluídos precariamente na ordem global, em busca de apropriar-se de um território mínimo.

Saquet (2010) chama-nos a atenção acerca das análises sobre o território e a territorialidade, pois estas categorias são estudadas por muitos autores a partir de uma realidade europeia. Ao pensar esses conceitos para a realidade brasileira, precisam-se levar em conta as especificidades e os múltiplos territórios existentes. Para ele:

(...) é preciso construir abordagens e concepções para o Brasil, que auxiliem na compreensão de des-continuidades (...), multitemporalidades, multiescalaridades e especificidades, como a vida indígena; a ruptura provocada pela exploração europeia efetivada no pós-1500; a Amazônia; a gestão de energia hidroelétrica; a arenização; a geopolítica na América Latina; a caatinga e o cerrado, entre outros processos como a produção agrícola e artesanal de base familiar e os movimentos sociais. (SAQUET, 2010, p.157)

Para o autor, os processos materiais precisam ser compreendidos para então serem transformados em práxis cotidiana e em novas práticas de troca solidária. A mudança social dá-se com a mudança territorial e vice-versa, que se concretiza na e com a territorialidade quotidiana (SAQUET, 2010).

Segundo Martins (1997), no final da década de 1980, muitos pesquisadores (muitos marxistas) procuravam explicar as origens dos movimentos sociais pela mobilidade forçada da mão de obra. No campo, “a expropriação gera um conflito pela perda do território e manifesta-se na luta pelo acesso à terra”, já na cidade, “o conflito refere-se à necessidade de criar um território, manifestando-se nas reivindicações por acesso a trabalho e moradia” (BECKER, 1988, p. 120). E nos estudos de hoje, a questão territorial ultrapassa apenas a luta pelo lugar e trabalho, tornando-se uma luta por todas as dimensões do “espaço vivido” (FREMONT, 1976), pela vida quotidiana (MARTINS,

1997). Conforme Fernandes (1996), parece que é na sua capacidade de espacializar e territorializar as suas lutas que reside a explicação dos êxodos dos movimentos sociais atuais.

Para Martins (1997), os movimentos sociais locais conseguem influenciar na determinação de identidades territoriais, nos acontecimentos do quotidiano, nas outras escalas até, finalmente, influenciar no direcionamento do processo de transformação social. Becker diz que “a multiplicação de movimentos de protestos localizados reivindicando contra-espacos evidencia a importância do lado prático do processo de produção do espaço” (BECKER, 1990, p. 118). Portanto, como afirma Porto-Gonçalves (2006), todo movimento é portador de uma nova ordem social que pressupõe novas posições, relações, sempre socialmente instituída entre lugares. Para o autor:

[...] a dialética entre o ser e o dever ser se instaura não como categoria abstrata, mas no chão concreto das lutas, nas lutas. Afinal, toda(o) aquela(e) que se sente oprimido ou explorado diz querer mais espaço (...) as mulheres querem mais espaço, os negros querem mais espaço, os sem-terra ocupam, isto é se co-locam (...) Enfim, os diferentes grupos sociais re-significam o espaço e assim, com novos signos grafam a terra, geografam, reinventando a sociedade. A Geografia, deste modo, de substantivo se transforma em verbo – ato de marcar a terra. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.21)

Porto-Gonçalves dialoga com a possibilidade de se construir uma teoria geográfica dos movimentos sociais levando em conta as experiências dos “homens e mulheres de carne e osso” (THOMPSON, apud PORTO-GONÇALVES, 2006). Sendo assim, a luta social é uma luta pelo espaço. A resistência e a esperança localizam-se no espaço, pois todas as relações sociais são relações espaciais.

Diante dessa discussão, as entidades dos militantes entrevistados constituem-se em movimento socioterritorial. Pois elas defendem seus próprios interesses e territorializam-se na cidade. Isso será evidenciado e analisado nos capítulos 2 e 3.

Após a abordagem realizada no início deste capítulo acerca do movimento social e da categoria território, utilizada como contribuição da Geografia para os estudos sobre o tema, o próximo item visa dar continuidade às colaborações desta ciência, agora, às relações raciais.

1.2. Geografia e Relações Raciais

Ratts (2010) afirma que há vinte anos as temáticas relacionadas às questões étnico-raciais eram raras na Geografia brasileira, porém isso não quer dizer que não houvesse discurso relacionando a raça e etnia com o espaço e o território. Apenas não existia uma análise onde se localizassem as comunidades contemporâneas indígena, quilombola, negra, tanto no espaço urbano quanto no rural e que também fosse produzida pelos sujeitos vinculados a estes grupos e movimentos.

Existem apontamentos que a Geografia sempre tratou da questão étnico-racial, como assinala Ratts ao observar a obra de Ratzel, a “Antropogeografia”, trabalho de gabinete que contempla em muitos dos seus capítulos a discussão sobre grupos étnicos, território e espaço. Também a obra de Élysée Reclus que aborda a escravidão nas Américas e a de Max Sorre, geógrafo francês. Já na Geografia tradicional brasileira, essa questão é contemplada, por exemplo, por Aroldo de Azevedo e Delgado de Carvalho, nos artigos da revista de Geografia Brasileira (exemplo o “Paisagens Brasileiras” de 1962) e em artigos do IBGE (RATTS, 2010). Os temas relacionados à questão étnico-racial são também geográficos, pertencem à vida social nacional e internacional e perpassam as escalas locais, regionais e globais.

Desde que o modo de produção capitalista, hegemônico pelos europeus e depois pelos estadunidenses, internacionalizou-se, Max Sorre afirma que houve o branqueamento⁹ da terra (RATTS, 2010). Para Ratts, neste momento, ao invés da questão étnico-racial desaparecer, ela toma forma de fato.

O autor assinala que o mito das três raças¹⁰ é também um mito geográfico e possui variações regionais. A partir de uma geografia imaginativa regionalizada, o discurso do mito das três raças sobre o território dificulta ou possibilita o aparecimento de determinados grupos e coletividade. Por exemplo, o discurso que predominava na década de 1970 na Geografia e que se materializou em um cartograma, no livro escrito por

⁹ No caso do Brasil, o branqueamento da população foi um resultado da política de miscigenação, onde a hierarquia racial se manteve inalterada. A ideia do branqueamento, difundida pela propaganda oficial, teve como ponto de partida o favorecimento da imigração européia e a restrição da entrada no Brasil de africanos.

¹⁰ Mito das três raças é uma noção desenvolvida por alguns autores (exemplo, Darcy Ribeiro) que afirmam que a sociedade brasileira foi construída pelas culturas de três raças: branca, negra e indígena. Mas esta noção não analisa as formas de opressão e dominação que existiram no período colonial e que se estendem hoje e a raça biologicista, nesta concepção, é considerada como determinante no processo de construção cultural.

Aroldo de Azevedo, indica que a maioria da população brasileira era branca, depois vinham os mestiços, depois os negros e por último, os índios. Os índios estavam espacializados e concentrados na Amazônia, os negros na Bahia e a população estava cada vez mais branqueando. E esta geografia imaginativa do território nacional teve repercussões nas políticas de ações afirmativas no país (RATTS, 2003).

Que possibilidades de papel e atuação a Geografia teria hoje no projeto de construção de uma sociedade anti-racista que o movimento negro coloca? Emerson dos Santos diz que pensar nessas possibilidades da geografia implica, inicialmente, pensar e compreender a importância da raça como elemento constituinte da construção do espaço. Se a raça é um elemento que influencia comportamentos e relações sociais, estas se dão no espaço e a partir dele, segundo Renato Emerson dos Santos (2007), pode-se inferir que a questão racial também grafa o espaço, interfere na sua organização e nas experiências de espaço dos indivíduos e grupos (SANTOS, 2007).

A conceituação de raça aqui não é advinda de uma categoria biológica, mas como indica RATTS:

É, sobretudo, uma construção social da diferença baseada em marcadores de corporeidade, em traços fenotípicos como a cor da pele, a textura do cabelo, o formato de nariz e lábios, elementos que não definem um grupo social, mas contribuem, por exemplo, para a identificação racial de quem é negro ou branco no Brasil. A diferença racial, assinalada desta maneira, compõe e agrega ônus ou bônus à trajetória sócio-espacial dos indivíduos racializados. (RATTS, 2010, p.132-133)

Corresponde, portanto, pensar na construção racializada do espaço. O espaço enquanto estrutura, organização de objetos e de ações, mas também enquanto experiências de indivíduos e grupos que são reguladas pelo pertencimento racial, pela corporeidade e pelas marcas que são atribuídas no caso das relações raciais brasileiras. No padrão brasileiro de relações raciais, o preconceito racial é um preconceito de marca e não de origem¹¹. No Brasil o marcador corpóreo é o elemento central. Portanto, a raça regula as experiências, as trajetórias espaciais de indivíduos e grupos.

O dado racial também informa as diferentes posições no mundo, como para Porto-Gonçalves:

¹¹ Na formação social brasileira o preconceito de marca é o importante de ser compreendido, enquanto o preconceito de origem não o é como em outras formações, por exemplo, nos EUA.

[...] uma sociedade que construiu suas relações por meio do racismo, [...] [tem] em sua geografia lugares e espaços com as marcas dessa distinção social: no caso brasileiro, a população negra é francamente majoritária nos presídios e absolutamente majoritária nos presídios e absolutamente minoritária nas universidades; [...] essas diferentes configurações espaciais se constituem em espaços de conformação das subjetividades de cada qual. (PORTO-GONÇALVES, 2002, p.4).

Novas abordagens que envolvem a questão racial são incorporadas em alguns estudos sobre as questões Urbana, Rural, Cultural, da Saúde, do Turismo, Escolar e áreas afins. Por exemplo, Raquel Rolnik ao estudar cidades coloniais como Rio de Janeiro e São Paulo, afirma a existência de territórios negros que possuem uma história e uma tradição, mas que também são marcados pela estigmatização e marginalização (ROLNIK, 2007).

Renato Emerson dos Santos partindo da ideia de “Geo-grafias” formulada por Porto-Gonçalves, vista como conseqüências de regulações das relações sociais, afirma que a inserção da questão racial na Geografia Escolar é essencial para romper-se com as hierarquias existentes entre indivíduos e grupos a partir de seus pertencimentos raciais (SANTOS, 2007). Pois para ele:

[...] a produção de ‘imagem de território’ vinculadas à supremacia das manifestações socioculturais de alguns grupos, que desautoriza outras manifestações e elimina outros grupos das representações destes territórios, lugares e regiões, acaba por invisibilizar grupos e autorizar violências contra estes grupos. (SANTOS, 2007, p.34-35)

Uma corrente de pensamento vem sendo constituída por intelectuais latino-americanos que trabalham com a teoria da colonialidade do saber. Esta leitura coloca as relações raciais no centro da constituição dos processos de dominações e exploração constitutivos do próprio sistema capitalista, no centro da formação das relações de dominação e desapropriação que afirmam hegemonias no mundo contemporâneo na constituição da modernidade, as quais não se pode afirmar apenas pela ideia da própria modernidade, mas também, pela colonialidade.

Intelectuais dessa corrente de pensamento¹² afirmam que existe um legado epistemológico no pensamento eurocêntrico que impede os grupos e sujeitos de compreenderem o mundo a partir do seu próprio mundo, sendo deslegitimados e inferiorizados por suas potencializadoras formas de entender a sua realidade.

¹² Autores como Aníbal Quijano, Carlos Walter Porto-Gonçalves, Francisco López Segura, Edgardo Lander, Enrique Dussel, Walter D. Mignolo, Fernando Coronil, Arturo Escobar, Santiago Castro-Gómez, Alejandro Moreno.

Segundo Quijano (2007), a “raça” é um instrumento e resultado da dominação colonial moderna. E o “racismo” nas relações sociais cotidianas é a manifestação mais perceptível e ubíqua da colonialidade do poder.

O autor considera a raça como “um evidente constructo ideológico que não têm nada a ver com nada na estrutura biológica da espécie humana – e tudo a ver (...) com a história das relações de poder no capitalismo mundial, colonial/moderno, eurocentrado” (QUIJANO, 2007, p. 45). Ele diferencia a cor e a raça nas suas origens, mas diz que ambas são hoje construções sociais. Quijano considera a cor como um modo tardio e eufemístico de dizer raça desde o final do século XIX (QUIJANO, 2007, p. 48).

Para Quijano a ideia de “cor” é anterior e não tem na sua origem uma conotação racial. A ideia de cor foi utilizada pelos europeus às pessoas dominadas, aos escravos negros seqüestrados e negociados em áreas do continente Africano. Já a ideia de raça nasce na América e se refere às diferenças entre os índios e os conquistadores. Segundo Quijano, a identificação dos próprios europeus como “brancos” só se deu com a expansão da escravidão negra na América do Norte e nas Antilhas Britânicas (século XVIII). Nestes locais, o branco é considerado uma construção da identidade dos conquistadores e o negro, identidade dos conquistados (QUIJANO, 2007, p.47). Estabelece-se assim, uma concepção racial da cor¹³.

A raça foi utilizada como uma forma de legitimar a dominação europeia, uma vez que se estabelecia uma hierarquia entre os povos dominados e os dominadores. Os povos dominados foram inferiorizados, assim com seus fenótipos¹⁴, suas descobertas, suas culturas, suas maneiras de pensar o mundo.

O Brasil, a partir de 1930 até o fim da ditadura militar, seguiu o modelo francês próprio do iluminismo na construção de uma identidade nacional voltada para o futuro e não a ênfase na ancestralidade. Trata-se de uma ideologia não racial, no sentido de que “evita” a raça (COSTA, 2002). Mas as características que distinguem o modelo francês do brasileiro, é que no segundo, a ênfase na participação cívica e na igualdade entre os cidadãos é ausente.

¹³ Há autores, como Carlos Moore (2007), que falam de um “proto-racismo” anterior a este período.

¹⁴ A cor e a raça não se referem à configuração biológica do organismo, às funções e comportamentos, mas apenas às características corporais externas não possuindo nenhuma relação com nenhum dos subsistemas e processos biológicos do organismo humano (QUIJANO, 1999;2007).

A ideologia da mestiçagem ao tentar banir do debate político nacional a raça, apresenta dois resultados ambíguos, que para Costa (2002) correspondem à eliminação da legitimação do racismo biologicista, mas também à permanência intocada do racismo presente nas estruturas e relações sociais. Segundo Costa, “no âmbito de tal ideologia e do conjunto de práticas políticas que a acompanha, a ênfase no branqueamento, no sentido biológico até então dominante, é substituída pelo discurso da modernização, no sentido econômico e social” (COSTA, 2002).

Michel Wieviorka diz que um novo racismo surgiu durante e após o período industrial e de intensificação das imigrações das forças de trabalho no mundo, chamado racismo “diferencialista” (WIEVIORKA, 2006, p.111). Corresponde a um racismo que exige a exclusão, a separação e desqualifica populações acusadas de serem diferentes culturalmente. Esse racismo desenvolve-se no meio do grupo dominante, que ao sentir-se ameaçado, torna-se nacionalista e fecha-se em grupos com lógicas comunitárias. Assim como grupos que se formam diante de um sentimento de déficit, grupos excluídos socialmente e culturalmente, não possuidores de um sentimento de comunidade. Ambos os grupos não reconhecem os valores universais dos direitos e da razão e alimentam as lógicas do racismo. Porém, a partir do momento que os grupos excluídos, discriminados querem encontrar o seu lugar na sociedade e recebem o tratamento político permitindo-lhes serem reconhecidos, eles se tornam portadores da transformação social.

A partir de 1970 ocorreu em toda parte do mundo a afirmação de atores coletivos (negros, mulheres, indígenas, migrantes...) querendo ser reconhecidos nos espaços públicos a partir da sua memória, seu passado, sua cultura. Para Wieviorka, “esses novos pedidos (...) que desembocam em grandes debates sobre o lugar da diferença cultural, sobre o multiculturalismo como resposta eventual etc., podem ser considerados como expressões, ainda no nascedouro, do que serão os grandes movimentos sociais do amanhã” (WIEVIORKA, 2006, p.112).

O movimento negro traz à tona a questão da raça e cor, importantes de serem pensadas na sociedade. Tanto no viés trazido por Quijano a partir da colonialidade do saber, como também essencial para se entender as desigualdades de educação e de renda a partir das relações sociais racistas introduzidas na sociedade desde a época da colonização. Como Porto-Gonçalves explicita, ao citar Boaventura de Sousa Santos, que “os negros tenham direito de invocar sua diferença toda vez que a igualdade lhes discrimina e

reinventar a igualdade toda vez que a diferença lhes desqualifique” (PORTO-GONÇALVES, 2007, p. 11).

Como já exposto, as relações raciais são objeto de reflexão da intelectualidade brasileira há muito tempo, mas que hoje vem sendo também objeto de reflexões críticas, sobretudo tendo como protagonista o movimento negro, uma perspectiva crítica afinada com as lutas dos movimentos sociais para transformação da sociedade. E essa transformação passa por uma transformação da Geografia que nós praticamos, produzimos e ensinamos (SANTOS, 2007).

A rearticulação do Movimento Negro construiu uma nova forma de (re)pensar a questão racial, a partir da afirmação do caráter multicultural em oposição à ideologia da mestiçagem que tentou esmagar as diferenças no modelo étnico-cultural vigente até o final da década de 1970.

A partir da década de 1980, novos pressupostos teóricos e epistemológicos multiplicaram-se na Geografia. E o movimento negro, através de suas lutas e conquistas, traz novas análises para a Geografia, mostra a importância de uma (re)leitura de dimensões espaciais das relações raciais na sociedade (SANTOS, 2007, p. 21). As relações raciais são incorporadas por alguns geógrafos para a compreensão da produção do espaço. É sobre aspectos do movimento negro brasileiro que o próximo capítulo destina-se a compreender.

CAPÍTULO 2

Movimento Negro em redes

O movimento negro é uma rede temática transnacional que liga os movimentos locais, regionais, nacionais e internacionais e entrecruza-se com outras redes de movimentos sociais. No Brasil, o movimento negro agrupa as entidades de caráter cultural, político, grupos formando coletivos dentro de outros grupos, etc.

Neste capítulo, inicialmente, pretende-se fazer alguns apontamentos sobre a organização e espacialização do movimento negro brasileiro a partir do início do século XX. Posteriormente, abordar a construção do movimento negro em Goiás e Goiânia a partir da década de 1970.

Por último, procura-se compreender as redes como forma da atual organização, espacialização e atuação dos movimentos sociais. Para o estudo sobre movimentos sociais, as categorias rede social e rede de movimentos sociais estudadas pelas ciências sociais, tornam-se importantes para análises geográficas sobre o tema. Será levantada a relevância dos agentes sociais no estudo da categoria rede pela Geografia, no intuito de compreender as relações entre as trajetórias e as atuações dos(as) militantes do movimento social com as formações de novas territorialidades e de territórios na cidade; e a construção do sujeito coletivo e seu significado na mudança social com a construção do espaço.

2.1. Apontamentos sobre o Movimento Negro Brasileiro a partir do Século XX

As transformações histórico-sociais da sociedade brasileira no final do século XIX e início do XX não significaram o rompimento das relações raciais existentes no país. Para Florestan Fernandes (1978), o enfrentamento de dois dilemas sociais era crucial para a transformação da sociedade em sociedade de classe. O primeiro é a questão da absorção do negro às formas de vida social organizadas na ordem social competitiva. O segundo

corresponde ao preconceito de cor, no qual o negro era excluído conforme os comportamentos e os direitos sociais. Assim, o negro incorporava-se à sociedade de classes de forma desigual no que diz respeito às bases materiais, jurídico-políticas e morais do novo regime. Tornando os princípios que legitimam a ordem social competitiva em válidos para alguns e impraticáveis ou parcialmente praticáveis para outros (FERNANDES, 1978).

Neste contexto, surgem dos segmentos as reações contra a persistência do antigo regime nas relações raciais existentes na nova ordem social. Culminando com o contexto histórico de inquietações criadas na revolução de 1930 nos protestos negros e materializado, por exemplo, no “Clarim da Alvorada”¹⁵ em São Paulo. A região sudeste foi um grande palco nacional destes protestos. Estes movimentos objetivaram projetar o negro nas tendências globais da nova ordem social. Segundo Fernandes, eles foram importantes para mobilizar a população negra e inseri-la diretamente no debate e soluções dos problemas raciais brasileiros, emergiu-se um “novo estado de espírito que polarizou as aspirações integracionistas e assimilacionistas em direções reivindicatórias de teor igualitário” (1978, p. 12).

Fernandes (1978) diz que muitos destes movimentos vão desaparecer antes de alcançarem seus objetivos. Para o autor, este desaparecimento ocorreu devido à própria natureza dos movimentos que propugnavam uma revolução dentro da ordem estabelecida. De acordo com o autor, vários fatores impediram que os negros desenvolvessem uma ação consciente e conjugada aos problemas sociais que o afligiam no final do século XIX. Entre eles está o desalento crônico causado pela pobreza e pelo período do pós-colonialismo, a dominação branca que mantinha os modelos antigos de ajustamento racial, colocando o negro num lugar de passivo e que possuía a percepção deformada da realidade (FERNANDES, 1978).

Segundo Santos (1994), muitos negros, em seu conjunto, participavam das crenças oriundas da democracia racial¹⁶, e por isso a luta organizada contra o racismo, até a

¹⁵ Jornal fundado por Jaime de Aguiar em companhia de José Correia Leite em 1924, tinha pretensões literárias, tornando-se um ano depois um jornal doutrinário e de luta pela causa negra. Surgiu com a orientação de aproximação ao branco e recuperação do negro, além da ideia de união da classe de “homens de cor” (FERNANDES, 1978). O termo “negro” substituindo a expressão “homens de cor” só mais tarde foi aceito no movimento.

¹⁶ O autor aborda os seguintes princípios da democracia racial: “1) Não deve ser admitido, em nenhuma circunstância, que existe discriminação racial no Brasil; 2) Qualquer expressão, que possa surgir de uma discriminação deve ser atacada como não brasileira.” (SANTOS, 1994, p. 91).

década de 1970, foi caracterizada por uma “sorte de integracionismo”. Os negros sentiam-se atrasados na corrida pela ascensão social e tirariam esse atraso através do estudo e da autodisciplina (SANTOS, 1994).

No período do desenvolvimento industrial e da intensa urbanização estabeleceram-se novas tendências sociais. Com o crescimento das cidades, os problemas urbanos como as más condições de habitação e higiene surgem. E nesse contexto o negro começa a construir seu espaço social, reivindicando melhores condições de emprego e de valorização da cultura negra.

Fernandes (1978) discerne o que ele chama de “incentivos histórico-sociais” específicos que tiveram importância na dinâmica local dos movimentos sociais do “meio negro”. O mais importante corresponde à reação do negro ao seu bloqueio tanto em conquistar, manter e melhorar sua renda, como mesmo depois de conquistado, de fazer render os meios materiais, políticos e morais que tais meios proporcionavam ao branco. Esse contexto fez surgir uma consciência dentro dos movimentos da época, de que as suas reivindicações constituíam conteúdo de justiça social mínima, devendo inspirar em argumentos simplesmente éticos (e não racistas, segregacionistas ou radicalistas). O autor afirma que a principal fonte de alteração da inquietação no “meio negro” em movimento social integrado foi a revolta contra a rendição passiva, a heteronomia racial e a resistência à ascensão social do negro.

Nos anos de 1914-1918 com a efervescência do comunismo e socialismo, muitas reuniões de grupos marxistas uniam a causa do negro com a do proletariado. Mas as esperanças que os negros depositavam nesses grupos foram contraditas com a crise de 1929 e as decepções com a Revolução de 30. A crise de 1929 fez agravar entre os negros o desemprego e a Revolução de 30, a qual muitos negros depositavam todas as esperanças de solução dos seus problemas e participaram ativamente, não mudou a sua situação no país (FERNANDES, 1978). Mas, para Fernandes, tudo isso resultou em uma radicalização imprevisível das manifestações coletivas dos protestos negros.

O movimento negro até a década de 1970 vivia a seguinte realidade: de um lado havia a ideologia da democracia racial afirmando que o progresso mataria o complexo de inferioridade daqueles oriundos da escravidão e de outro lado, o discurso de esquerda marxista, de que a interação da classe esgota a interação racial. Em ambos os casos, o negro brasileiro tornava-se invisível (SANTOS, 1994).

Fernandes assinala que as tendências sócio-dinâmicas mais importantes da época, compreendendo já o período de 1926 a 1929, correspondiam: o esforço do movimento negro de atrair homens negros de prestígios para o debate, o entrosamento do negro na vida intelectual do país e por último, relacionava-se com o alongamento cultural do branco (para o autor, o engajamento do branco nos ideais e estilos de vida forjados pela democracia, atenuou vários focos de intolerância diante dos comportamentos dos militantes negros). Nesse clima de mudanças sócio-dinâmicas¹⁷, foram formados jornais (exemplo, o Clarim da Alvorada), clubes ou bibliotecas (como exemplo o Centro Cívico Palmares) como locais de discussão sobre a situação racial brasileira, isto é, ocorreu uma maior autonomia intelectual e moral da população negra.

Em São Paulo foi criada, em 1931, a Frente Negra Brasileira (FNB), a mais importante organização da primeira fase do movimento negro. A FNB trabalhava em torno do combate ao “preconceito de cor”. A Frente fazia protestos contra a discriminação racial em lugares públicos, sob a perspectiva de integrar os negros na sociedade nacional. Assim, combatia os hotéis, bares, barbeiros, clubes, guarda-civil, departamentos de polícia que vetavam a entrada ao negro (NASCIMENTO, 1976). A organização criou escola, grupo musical, time de futebol, grupo teatral, oferecia assistência jurídica, serviço médico e odontológico, cursos de formação política, de artes e profissionalizantes e publicou o jornal “A Voz da Raça” (DOMINGUES, 2005).

A FNB buscou atrair os dois tipos de entidade do movimento negro existentes na época que para Gonzalez correspondiam às entidades “negras *recreativas*, com “perspectivas e anseios ideológicos elitistas” e às *culturais de massa* (afoxés, cordões, maracatus, ranchos e posteriormente, blocos e escolas de samba)” (GONZALEZ, 1982, p.21, grifos da autora). Para a autora, as entidades culturais de massa “têm sido de grande importância na medida em que, ao transarem o cultural, possibilitaram ao mesmo tempo o exercício de uma prática política, preparadora do advento dos movimentos negros de caráter ideológico” (GONZALEZ, 1982, p.22).

A forte organização da FNB, centralizada na figura de um "Grande Conselho" de 20 membros, presidida por um "Chefe" e contando com milhares de associados e simpatizantes, foi vista pelos militantes como essencial por ter obtido uma atuação destacada na luta contra a discriminação racial na época.

¹⁷ Foi também nesse período que o termo “população de cor” foi substituído pelo termo “negro”.

Em 1936, a entidade contava com mais de 60 delegações distribuídas no interior de São Paulo e em outros Estados, como Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, além de manter certo contato com organizações de mesmo nome no Rio Grande do Sul e na Bahia. Elizabeth Larkin Nascimento ainda indica a existência de delegações da Frente Negra no Maranhão e em Sergipe, mas não apresenta nenhuma evidência que ateste essa informação (DOMINGUES, 2006). Em 1936, a FNB transformou-se em partido político.

No período do Estado Novo, em 1937, a FNB foi extinta (DOMINGUES, 2005). No Brasil, durante a fase da Ditadura de Getúlio Vargas, todo movimento contestatório foi violentamente reprimido. Mas no final da ditadura, reergueu-se uma nova fase do movimento negro, surgindo, em 1943, em Porto Alegre, a União dos Homens de Cor (UHC). E no Rio de Janeiro, em 1944, o Teatro Experimental do Negro (TEN). Domingues (2005) chama atenção para a complexa estrutura organizativa e a escalada expansionista da UHC. Na segunda metade de 1940, ela teve representantes em dez Estados: Minas Gerais, Santa Catarina, Bahia, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Sul, São Paulo, Espírito Santo, Piauí e Paraná, estando presente em vários municípios do interior (SILVA, 2003).

O TEN possuiu um papel importante ao ir além dos limites da comunidade negra, sua posição crítica diante do racismo, a afirmação da identidade cultural negra e a denúncia da exploração dos oprimidos constituíram a base da sua atuação, que se consolidou na criação de peças, na formação de atores, em trabalhos de alfabetização e informação.

O golpe de 1964 desarticulou e enfraqueceu o movimento negro. Mesmo assim, foram criados os grupos culturais como os Blocos Afros na Bahia na década de 1970 e o “Black Rio” no Rio de Janeiro, onde possibilitou pontos de encontros entre a turma que, posteriormente, articulou o movimento negro. O golpe também implicou no processo de integração do movimento negro cultural de massa numa perspectiva capitalista. Visto o que aconteceu com as escolas de samba do Rio de Janeiro, transformadas em empresas da indústria turística.

A emergência de uma geração de graduandos negros e o aumento das frustrações desses trabalhadores ao entrar no mercado de trabalho, bem como o aumento das desigualdades raciais, formaram um terreno fértil para, na década de 1970, ressurgir o movimento negro político. A princípio com o objetivo de denúncia ao racismo brasileiro.

O movimento politicamente organizado ressurgiu no cenário nacional apenas no final da década de 1970, com o Movimento Negro Unificado (MNU) (DOMINGUES, 2008). Sua criação efetiva deu-se no ano de 1978 em São Paulo. O MNU foi criado como um instrumento de luta da Comunidade Negra. Os princípios básicos da entidade eram a denúncia ao ato de discriminação racial e a organização da Comunidade Negra para o enfrentamento do racismo.

O MNU organizou-se no mesmo período de outros diversos movimentos populares, como o estudantil, sindical, de mulheres e de homossexuais. O MNU formou “Centros de Luta” no Rio de Janeiro, em Salvador, Porto Alegre e Vitória (MOURA, 1983; CARDOSO, 2002; SILVA, 1994; HANCHARD, 2001). Como para Lélia Gonzalez, ativista do MNU:

[...] propomos a criação de CENTROS DE LUTAS DO MOVIMENTO UNIFICADO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL¹⁸, nos bairros, nas vilas, nas prisões, nos terreiros de candomblé, nos terreiros de umbanda, nos locais de trabalho, nas escolas de samba, nas igrejas, em todo lugar onde o negro vive; CENTROS DE LUTA que promovam o debate, a informação, a conscientização e organização da comunidade negra, tornando-se um movimento forte, ativo e combatente, levando o negro a participar em todos os setores da sociedade brasileira. (GONZALEZ, 1982, p. 50)

Em setembro de 1978 ocorreu a segunda Assembléia do MNU. Nela estavam presentes as delegações de São Paulo, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro (GONZALEZ, 1982), como publicado na Revista *Tição* de 1979:

Quase 300 pessoas distribuídas em 20 centros de Luta participaram da segunda Assembléia Nacional, realizada nos dias 9 e 10 de setembro, no Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN), Rio de Janeiro. Em pauta: discussão final para a aprovação da carta de princípios, os estatutos, o programa de ação e oposição do movimento diante das eleições. Todos estes itens foram aprovados, além do apoio dado pelo “voto racial” aos candidatos negros que assumissem o programa mínimo do movimento” (Revista *Tição*, N.º 2, Ano II, Ago/79)

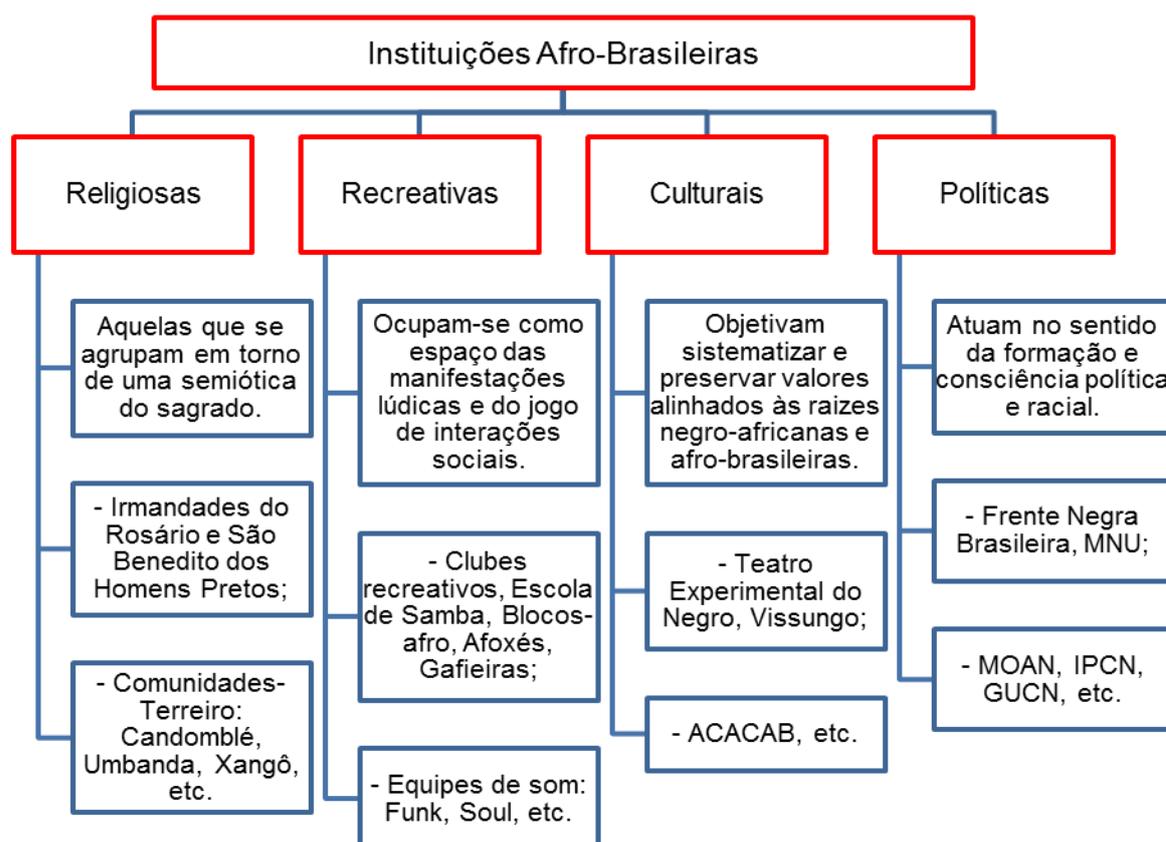
Nas décadas de 1970 e 1980, diversas outras organizações negras foram criadas. Um levantamento feito em 1988 indicou a existência de 343 organizações negras dos tipos culturais e políticas, 138 delas em São Paulo, 76 no Rio de Janeiro, 33 em Minas Gerais,

¹⁸ Esse foi o primeiro nome dado ao movimento em 1978, cuja sigla era MUCDR. Já na primeira Assembléia Nacional de Organização e Estruturação da entidade, foi adicionada a palavra Negro ao nome do movimento, passando a ser chamado de Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial - MNUCDR (DOMINGUES, 2007).

27 na Bahia e as demais espalhadas por outros estados (ALBUQUERQUE e FRAGA FILHO, 2006).

Paulo Roberto dos Santos (1984) realizou um levantamento de instituições negras no Brasil e classificou-as de acordo com a Figura 1.

Figura 1: Classificação das Instituições Afro-Brasileiras



Fonte: Elaborado por Santos (1984).

Já neste trabalho, para o autor apenas as instituições políticas e culturais de diversos tipos e articuladas (presente em 21 dos 23 estados brasileiros na época) comporiam o movimento negro brasileiro (cerca de 400 entidades). Havia as organizações com políticas rígidas, instituições semi-acadêmicas e centros autônomos de pesquisa histórica e cultural do negro. Mesmo assim, as entidades religiosas e recreativas sempre possuíram caráter de resistência, comprovando a tendência associativista do negro.

Em 1981, nasce em Brasília o Grupo de União e Consciência Negra com representantes de 14 estados do Brasil, assim distribuídos: Goiás, Mato Grosso, Brasília, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, Rondônia, Paraíba, Maranhão e Bahia. Esse movimento surge de um grupo de negros e negras que propõe uma reflexão acerca do racismo nas igrejas e na sociedade. Era alimentado pelas leituras da teologia da libertação e pelas preocupações específicas sobre a negritude (COELHO & SOUZA, 2010). Em 1983 uma parte do grupo faz outro encontro, agora como Agente de Pastorais Negros (APNs).

Como visto, até o final da década de 1970, apesar de existirem representantes em muitos Estados brasileiros, os grupos nacionais do movimento negro concentravam-se principalmente nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro (contando com grupos regionais em Belém, São Luís e Porto Alegre). A partir de 1980, com a redemocratização do país, essa realidade muda. O movimento negro se pulveriza em centenas de grupos afro-brasileiros por todo o território nacional (DOMINGUES, 2005). Essa nova espacialização do movimento negro se dá diante da diversidade de temas trabalhados como desdobramentos da questão racial. As ações se tornam cada vez mais locais e ligadas a diferentes linhas temáticas. No mapeamento realizado pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares do Negro Brasileiro (NEINB/USP), constatou-se a existência de mais de mil e trezentas (1.300) entidades na década de 1990 (GUIMARÃES & HUNTLEY, 2000, p. 70), as quais realizavam um trabalho de cunho cultural, recreativo, religioso, educacional e/ou político (DOMINGUES, 2008).

A tendência de descentralização das ações e descentralização nacional da organização, passou a compor a maneira de espacialização do movimento negro no território nacional. Como para Domingues:

Na década de 1990, continuou a tendência quer de fragmentação quer de multiplicação do movimento negro, com a formação de vários grupos regionais, de atuação local. A “regionalização” do movimento implicou na diluição do MNU, que perdeu muito de sua força política aglutinadora, isto é, de sua capacidade de canalizar em frente única a luta anti-racista do país. No bojo desse processo, paradoxalmente, surgiram outras organizações de inserção nacional. As mais importantes foram: os Agentes de Pastoral Negros (APNs), ligados à Igreja Católica; a União de Negros pela Liberdade (Unegro), vinculada ao Partido Comunista do Brasil (PC do B); o Congresso Nacional Afro-Brasileiro (CNAB), o Fórum Nacional de Mulheres Negras, a Coordenação Nacional dos Estudantes Negros Universitários (CECUN); a Coordenação Nacional

dos Remanescentes de Quilombos; a Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN) e o Movimento Nacional pelas Reparações. (DOMINGUES, 2008, p. 104)

Os encontros nacionais das entidades, realizados na década de 1990, foram essenciais para o fortalecimento do relacionamento entre elas e para a sua regionalização. Como os 1º (em São Paulo) e 2º (no Rio de Janeiro) Encontro Nacional de Entidades Negras (ENEN). O 2º ENEN contou com a participação de grupos e organizações negras de base de 17 Estados Nacionais.

Segundo Gohn (2010), o movimento negro, assim como movimento de mulheres e feminista, o movimento indígena, movimento de jovens, idosos, etc, é considerado movimento identitário, pois confere aos seus participantes uma identidade centrada em fatores raciais. Por sua vez, Ratts (2009b), classifica os movimentos acima citados como movimentos vinculados com a questão da diferença étnica, racial, etária ou de gênero. Gohn (2010) assinala que entre as redes temáticas, os movimentos identitários e culturais foram os que mais cresceram a partir dos anos 1990.

Castells assinala que:

O florescimento de movimentos sociais e culturais [...] tiveram um importante papel na conformação da sociedade atual, reagindo de múltiplas formas contra o uso arbitrário da autoridade, se revoltaram contra a injustiça e procuraram a liberdade necessária para a experimentação pessoal. Em sua luta, questionaram as bases profundas da sociedade e rejeitaram os valores estabelecidos, prepararam o cenário para uma ruptura fundamental na sociedade. No entanto, embora esses movimentos fossem em principio culturais e independentes das transformações econômicas e tecnológicas, seu espírito libertário influenciou, de forma considerável, a mudança para os usos individualizados e descentralizados da tecnologia. Sua cultura aberta estimulou a experimentação, com a manipulação de símbolos e seus internacionalismos e cosmopolismos estabeleceu as bases intelectuais para um mundo independente. (CASTELLS, apud GOHN, 2010, p. 90)

Como a maioria desses movimentos sociais, as organizações negras têm sua base principalmente urbana. Mas a zona rural também esteve ativa, com a participação no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e em outras frentes de atuação dos negros do campo, como os Quilombos.

A formação em 1996 da CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades de Quilombo e em 1997, a ACONERUQ – e da Associação das

Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão, possibilitou o cruzamento da questão racial com a questão do território com foco na área rural. Estas entidades lutam também pela inserção dos quilombolas em programas e projetos em outras redes temáticas, como o que aconteceu no PNAE – Programa Nacional de alimentação escolar.

As bandeiras de lutas que têm mobilizado nacionalmente grande parte das entidades do movimento negro desde 2002, têm sido o Estatuto da Igualdade Racial, as Ações Afirmativas e o sistema de cotas em Universidade pública. A maioria das entidades locais apresenta como uma das suas principais bandeiras a melhoria do ensino na escola pública e a aplicação da Lei 10639/03.¹⁹

Observa-se que há um cruzamento das ações entre a rede temática racial com outras redes temáticas sociais (questão educacional, de saúde, alimentar, em outros a habitacional, saúde mental, etc.). Novas redes temáticas têm se formado em articulações eventuais ou mais permanentes, onde se juntam movimento de moradia, de transporte, de mulheres, de negros, de grupos culturais, de atividades artísticas e sindicais, etc. (GOHN, 2010). Entre as formas de comunicação transnacional, as redes de movimentos sociais têm desempenhado recentemente um papel importante, em torno das quais se mobilizam grupos diversos promovendo bandeiras como a igualdade de raça e gênero e o respeito aos direitos humanos, produzindo novas territorialidades. Como para Domingues:

Na década de 1990, [...] surgiram as entidades voltadas para atuar na área da educação, como a Associação Afro-Brasileira de Educação Cultural e Preservação da Vida (Abrevida), em São Paulo; o Educafro, no Rio de Janeiro; o Núcleo de Estudos do Negro (NEN), em Florianópolis; as entidades dedicadas à saúde reprodutiva da mulher negra, como a ONG Fala Preta!, de São Paulo; as direcionadas aos empresários negros, como o Coletivo de Empresários e Empreendedores Afro-Brasileiros do Triângulo Mineiro (Ceabra); as destinadas a enfrentar o racismo à luz do Direito, como as Comissões do Negro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); as dirigidas para tratar dos problemas psicológicos decorrentes do racismo, como o Amma – Psique e Negritude, de São Paulo; as voltadas para conscientizar os protestantes negros, como o grupo Negros em Cristo e, até mesmo, aquelas criadas para defender os direitos dos negros, como o Quimbanda-Dudu, de Salvador. (DOMINGUES, 2008: 105)

Para Domingues (2008), as tendências contemporâneas crescentes ou já cristalizadas de organização do movimento negro, correspondem: a sua

¹⁹ Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Africana e Afro-Brasileira", e dá outras providências.

institucionalização, o fenômeno das ONGs, a valorização racial para o terreno político-institucional, a intervenção no meio sindical e a celebração (racial e política) da negritude pela música, pelo corpo, pela dança, pela estética, enfim, por símbolos artísticos e artefatos culturais (DOMINGUES, 2008).

Hoje, o movimento negro é unidade analítica e política construída por diferentes agências de divergências e convergências. Ele se caracteriza por uma pluralidade de formas de organização, formas de ação e intervenção social e uma complexidade das pautas desses movimentos. Como por exemplo, as entidades de caráter cultural, político, grupos formando coletivos dentro de sindicatos, de universidades, grupos formando núcleos de estudos afro-brasileiros e propondo produção do conhecimento, ONGs, grupos disputando o plano de construção das leis, professores e professoras negras e negros que encaram a luta antiracismo dentro do cotidiano escolar, acadêmico, etc.

O sociólogo italiano Alberto Melucci (1989) trabalha com a ideia de “área de movimento ou rede de movimento”, onde as ações pulverizadas entre atores em diferentes arenas vão construindo a unidade analítica como convergência no processo de luta. Essa complexidade permite que se tenham pessoas atuando na escala nacional, regional e local. Por exemplo, a atuação de militantes do movimento negro nas escolas públicas, local de fluxo cotidiano de ações e de processos de disputa por interpretação, constituindo uma ação pontual, mas importante naquele contexto.

A rede de movimento social se torna, portanto, noção importante para a compreensão da atuação, tanto na escala local como global dos movimentos sociais e do movimento negro.

2.2. Movimento Negro Goiano a partir da Década de 1970

Na retomada do movimento negro no cenário nacional no final da década de 1970, uma das entidades mais importantes foi o Movimento Negro Unificado. Essa organização incentivou a criação de grupos para estarem presente do contexto de Goiás. Surgiu então o Movimento Negro Unificado de Goiás (MNU/GO), através de um grupo de acadêmicos que se reuniram no Centro de Estudo Brasil África (CEBA) da Universidade

Católica de Goiás, mas que também contou com a participação da comunidade em geral, pessoa ligadas à escola de samba, religiosos, professores e estudantes secundarista. A entrevistada I fala sobre a sua entrada no movimento e o papel dele na região metropolitana de Goiânia:

Estamos saindo do processo de ditadura, o movimento no começo da década de oitenta já está constituído em vários lugares, Salvador, São Paulo. E em 1989, eu entro no MNU. Há uma unificação nacional das entidades que trabalhavam sozinhas. Então a CONER, Congresso Nacional do Negro, e outros estavam pensando um projeto político nacional de intervenção negra. Quando eu entrei no movimento entrei já com dezoito, dezenove anos. Foi em 1989, um ano depois dos cem anos de abolição. Então tem uma ação muito intensa do movimento. Eu andava com a bolsa cheia de panfletos nas ruas, dizendo “reaja ao racismo”. Era um momento de denúncia. A década de oitenta foi assim. Hoje a gente parte da ideia que a sociedade é racista, que há uma exclusão. (Entrevistada I)

A entrevistada F, uma das fundadoras do MNU/GO, narra o papel da entidade para a conscientização racial da população goiana.

Então entrei para o MNU. Já fui estudando, no sábado, domingo e feriados. Nós fomos nos organizando. E o que a gente fazia no MNU aqui na sessão Goiás? Nós tínhamos que fazer curso de formação. Então além de discutir na universidade, nós tínhamos que fazer o trabalho de base, junto às comunidades. Nós trabalhávamos nas áreas de invasão, como por exemplo, no Emílio Povoá e numa área grande de invasão no Setor Universitário. Nós tínhamos esse campo de atuação. E dialogando também com a questão religiosa. E nós tínhamos alguns professores que nos incentivavam na universidade, que discutiam a questão do movimento negro. E nós levantamos a bandeira. Então a gente provocava o Serviço Social, provocava o Direito, provocava a Administração, provocava a Pedagogia para discutir na semana 13 de Maio, e na semana do 20 de novembro nós convocávamos todos de fora, para estar dando curso, também convidávamos a comunidade. Foi super interessante porque nós não tínhamos o contato com os países de língua portuguesa na África, Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, e nós tivemos a possibilidade de trazer as pessoas nessas áreas, conversando com as embaixadas, para que eles pudessem contar para a gente a realidade. E nós trouxemos as pessoas, como Clóvis Moura para discutir e Lélia Gonzalez. Então nós fomos criando dentro da universidade, durante o longo tempo, um local que a gente partia para fazer um trabalho de base.(Entrevistada L)

O trabalho de conscientização da entidade tinha como foco as áreas urbanas e na capital goiana, as áreas irregulares, onde a maioria da população era negra. A universidade também se tornou palco das discussões sobre a questão racial e um local importante para se pensar as ações locais.

Em 1981, o Estado de Goiás possuía representantes no Encontro Nacional do Grupo de União e Consciência Negra, que posteriormente migrariam para os Agentes de Pastorais Negros (APNs). Havia representantes dos municípios de Goiânia, Piranhas, Anápolis e Mineiros. No Estado existiam cinco grupos ativos (COELHO & SOUZA, 2010). No primeiro Encontro Regional dos APNs foi discutida a situação do negro na cidade e na zona rural, tratou-se também da questão dos índios e dos direitos humanos (COELHO & SOUZA, 2010).

Os grupos de negros e negras ligados à igreja católica em Goiânia desenvolveram trabalhos com a população de conscientização da questão racial. O entrevistado D narra como foi sua entrada no movimento negro católico no início da década de 1980:

Eu casei, ia para a Igreja, fiz encontros de casais e apareceu uma freira, a irmã Gildete, ela era negra e sempre ficava parecendo que estava pesquisando os casais negros que tinham na Igreja, pegava o endereço e depois ela ia na casa, fazia um trabalho muito bonito. E veio aqui em casa sentou e procurou se eu já tinha ouvido falar da questão racial e eu falei que já ouvi falar sim. Ela perguntou se eu já tinha participado de alguma ONG ou grupo que trabalha com a questão racial e eu respondi que nunca participei não. E ela me falou que tinha um trabalho sobre a questão racial na Igreja, na Diocese e que em quinze em quinze dias tinha uma reunião e perguntou se eu queria participar, eu falei “participo sim”. Mas só que antes disso ela falou “depois eu volto cá pra nós conversar”. E ela veio aqui em casa no outro dia a noite e trouxe uns objetos que os negros trabalhavam na época da escravidão. Ela trouxe uns “gain” de café, trouxe umas “paias”, umas folhas de palha e trouxe umas folhas de mandioca. E botou um paninho bem bonito. E botou no chão e colocou aquelas coisas lá e botou um santinho e uma vela. Aí eu falei: “nossal Aí vem”. E nós sentamos alí, ela falou “senta aqui pra nós conversar. Esse símbolo aqui é a folha do café, é o símbolo que nossos antepassados vieram para trabalhar no Brasil, na lavoura de café. Essas folhas de cana aqui foram os negros que foram trabalhar no engenho. E essas folhas de mandioca aqui era alimentação que eles tinham. Então, isso aqui a gente nunca pode esquecer. São símbolos que nós negros tem que levar isso em conta por enquanto a gente tiver vida”. E leu passagens da Bíblia. E aquilo me tocou. Daquele dia em diante eu me tornei um cara da pastoral do negro da Diocese. Fui para reuniões e comecei e até hoje nunca parei. (Entrevistado D)

Após a campanha da fraternidade em 1998, houve o fortalecimento em todo país de grupos de mulheres negras ligados à igreja católica. A militante narra como ocorreu a criação em Goiânia da Casa de Mulheres Negras da congregação:

Em 1993, em Goiânia, nós tivemos o encontro de mulheres negras na congregação das mulheres e definimos uma comunidade só de mulheres negras e a casa seria no Alphaville, chamava Quilombo Missionário.

Então fundamos essa casa que só morava mulher negra para discutir a questão racial. Então de 1993 para cá, na verdade foi em 1988 com a campanha da fraternidade que nos fortaleceu, mas em Goiânia foi em 1993. Mas desde 1991 nós já nos reuníamos e fazíamos encontros aqui. Depois da campanha da fraternidade já foram se formando os grupos. A Raimunda morava em São Paulo, então tinha toda essa articulação nacional. Eu morei em 1987 no Espírito Santo, lá tinha o Grupo de União e Consciência Negra. (Entrevista G, 55 anos. Data da entrevista: fevereiro de 2011)

Após o processo de denúncia e conscientização que marcou o Estado de Goiás, principalmente o município de Goiânia, na década de 1980, houve a criação de vários grupos do movimento negro ligados a diversos eixos temáticos, como por exemplo, a saúde, a educação, o mercado de trabalho, o gênero, a arte, a dança, a música.

A descentralização dos grupos, antes organizados em entidades nacionais, fortaleceu a atuação local em Goiás. A década de 1990 foi marcada por uma nova forma de organização do movimento negro. A proliferação de entidades do movimento negro está ligada ao novo quadro de organização da sociedade.

Segundo Castells (1999), a informação é o principal elemento da organização social no começo do século XXI. A revolução tecnológica permitiu o fluxo de mensagens e imagens por meio de redes que se tornaram forma básica da estrutura social. A Sociedade em Rede é marcada por uma nova dinâmica dos movimentos sociais, que se apropriaram das invenções tecnológicas e das novas facilidades de comunicação para fortalecer alianças entre grupos, formando novos padrões de atuação, a partir da utilização das ferramentas tecnológicas, principalmente a internet, para a organização, troca de informações e mobilização em rede. Esse cenário foi influenciado pela mudança do meio técnico-científico-informacional (SANTOS 1994 e 1996).

Tendo um papel local muito forte, o movimento negro cresceu e se adaptou para se organizar em redes de informação e de ação, promovendo políticas, troca de experiências e mobilizações. A entrevistada diz sobre a ação da entidade que participa:

Na Organização W, nós desenvolvemos esse Projeto que é o A. que é um projeto de formação de mulheres para o mercado de trabalho. Um projeto que eu acompanho desde 1998, trabalhamos junto com a universidade, que é um curso de introdução aos estudos Africanos. O Projeto B., que é com jovens, que a gente prepara para o mercado de trabalho, eles fazem dança, percussão e aulas de história da África brasileira. A gente está querendo trazer agora, que eles aprendam a fazer essas esculturas e vivenciem a arte Afro-brasileira. E estamos montando

uma biblioteca para trazer a discussão das relações raciais para os alunos do Setor Pedro Ludovico. No curso de estudos Africanos, eu levo os professores das escolas municipais e estaduais ao terreiro, eles fazem dança, percussão. Mas a atuação da Organização W é com toda Goiânia. Eu apresentei o trabalho da Organização W em vários estados do Brasil. Nós temos uma ação, que não fica restrita só em Goiânia. (Entrevistada I)

Portanto, as ações locais se tornam nacionais e muitas vezes internacionais e vice versa, a partir não só da troca de informações via internet e outros, mas também do deslocamento dos(as) militantes em palestras, encontros, seminários no mundo acadêmico, político e do próprio movimento. Esse novo quadro da mobilização e ação do movimento em rede possibilitou às entidades de atuarem nas diversas escalas, tornando possível o surgimento das ações políticas locais, regionais e nacionais.

A Associação Pérola Negra surgiu em 1993, na área de posse urbana Emílio Póvoa, no Setor Criméia Leste. Em 2008 mudou sua sede para o Setor Pedro Ludovico, próximo à outra área irregular. Nos primeiros anos, a associação atuou junto à Associação de Moradores da área de posse e desenvolveu trabalhos preocupados com a inserção da população excluída do mercado de trabalho e do processo educacional, mas também de valorização da cultura e das religiões de raízes africanas.

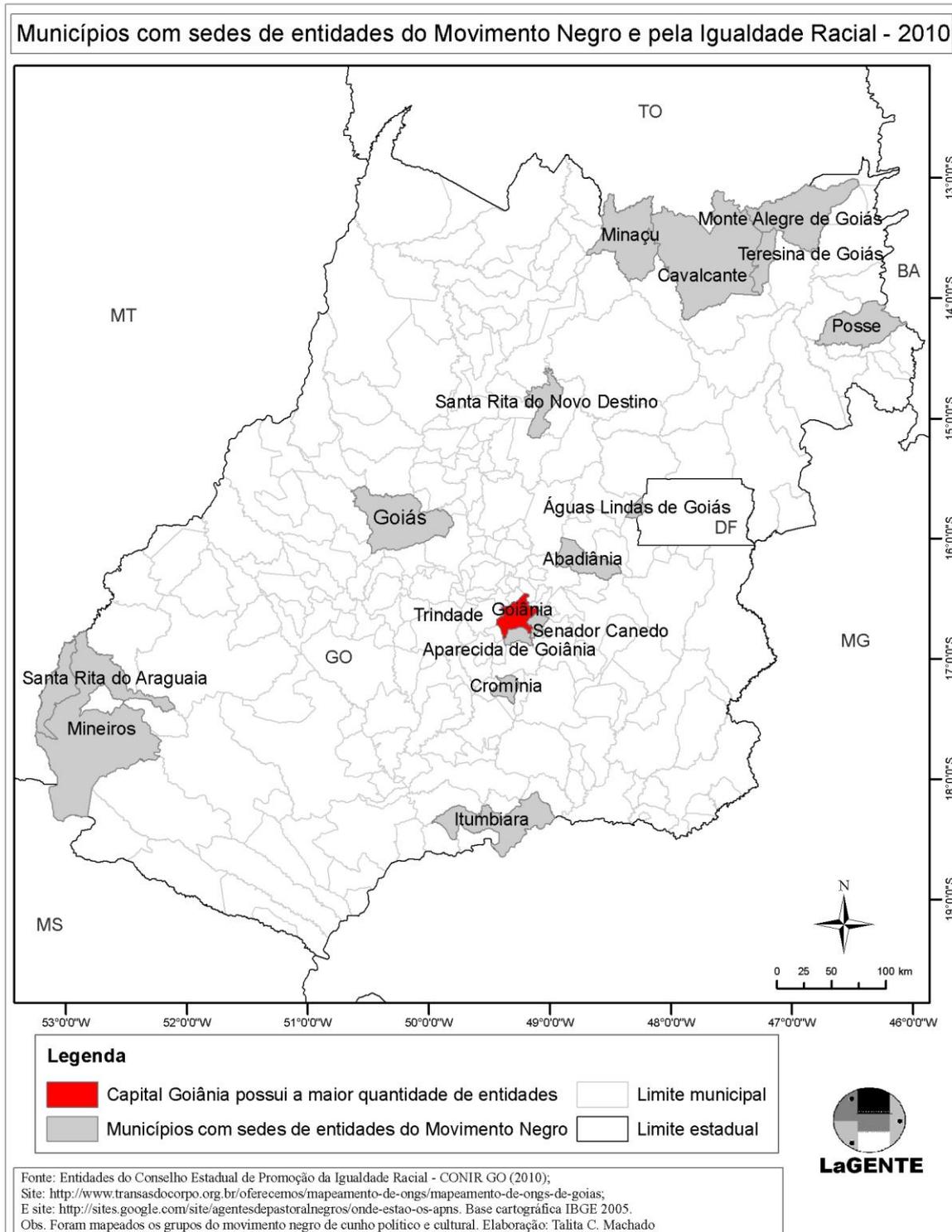
O Centro de Referência Lélia Gonzalez, criado em 1998, possui uma atuação focada principalmente na área da educação, na inserção da discussão sobre a questão racial nas escolas.

O Fórum de Entidades Negras de Goiás (FENEGO) nasce em 1991 através de um grupo de mulheres negras e militantes da União e Consciência Negra, com o objetivo de reunir várias entidades e agentes negros ligados a religiões, congadas, escolas de samba, grupos de afoxés e outros, gerando um espaço de discussão e de fortalecimento do movimento negro local. O FENEGO é uma articulação Estadual de Interesse Social (OIS) e contou para a sua criação com a participação de diversos grupos, como os APNs, grupos de mulheres negras, quilombolas, etc.

Segundo integrantes, a criação do Fórum teve o intuito de reviver a proposta de unificação das forças negras, como o MNU em 1978. Estando assim, sempre presente a tentativa de articulação regional do movimento negro de Goiás, a fim de fortalecer a luta local, tarefa muitas vezes difícil, por causa de posicionamentos políticos divergentes entre as entidades.

A partir de 1990, muitos grupos do movimento negro foram criados em Goiás, contendo as mais diversas redes temáticas nas suas atuações. Como por exemplo, a União do Movimento hip-hop em Goiás; o Centro de Cidadania Negra do Estado de Goiás (CENEG-GO), associação civil de utilidade pública representante da cultura hip-hop em Goiás; o Grupo de Mulheres Negras Dandara no Cerrado e o Grupo de Mulheres Negras Malunga; a Casa de Cultura da Comunidade Negra de Goiás (CACUNE), entre tantos outros. A Figura 2 mostra os municípios que possuem sede de entidades da sociedade civil do movimento negro.

Figura 2: Municípios que possuem sedes do movimento negro e pela igualdade racial – 2010



O mapa (Figura 2) mostra os municípios que possuem representantes de entidades da sociedade civil do movimento negro no Estado de Goiás. O mapa abrange as entidades do movimento negro de cunho político e cultural que possuem a questão racial

como princípio base de constituição. Portanto alguns grupos de quilombos e congadas são aqui considerados. Mas é importante dizer que como as redes temáticas e de atuação do movimento são amplas, existem por exemplo projetos e trabalhos de entidades políticas, como a Dandara, nos quilombos e de trabalhos de entidades culturais, por exemplo da congada, nos encontros das entidades políticas, como os APNs. Sendo assim, muitas vezes não existe um limite bem delimitado entre os campos cultural e político na atuação do movimento negro.

Quadro 1: Entidades do movimento negro e pela igualdade racial

| | ÓRGÃO/INSTUIÇÃO |
|----|--|
| 1 | Associação dos Remanescentes do Quilombo de Pombal |
| 2 | Associação Quilombo Nossa Senhora Aparecida |
| 3 | Associação de Desenvolvimento da Comunidade dos Quilombolas de Minaçu |
| 4 | Associação Quilombola do Cedro |
| 5 | Associação Quilombola Kalunga |
| 6 | Associação Quilombola Comunidade Baco-Pari |
| 7 | Associação Beneficente Agente Pastoral Negros do Brasil – APNS |
| 8 | Grupo de Mulheres Negras Dandara do Cerrado |
| 9 | Centro de Cidadania Negra do Estado de Goiás – CENEG-GO |
| 10 | Grupo de Mulheres Negras Malunga |
| 11 | Ilê Asé Omi Gbatô Jegedé |
| 12 | Espaço Cultural Vila Esperança |
| 13 | Grupo de Congo Beira Mar e Moçambique Navio Negreiro e Moçambique Real |
| 14 | Casa de Cultura da Comunidade Negra de Goiás – CACUNE |
| 15 | Centro de Referência Negra Lélia Gonzáles |
| 16 | Federação de Umbanda e Candomblé de Goiás |
| 17 | Associação Pérola Negra |
| 18 | Movimento Negro Unificado |
| 19 | Coletivo de Estudantes Negros Beatriz Nascimento – CANBENAS |
| 20 | Fórum de Entidades Negras de Goiás – FENEGO-GO |
| 21 | Núcleo de Pesquisa, Prática e Divulgação da Capoeira Angola - CALUNGA |
| 22 | Movimento GRAAL do Brasil E-Reprolatina |

Fonte: Elaborado pela autora a partir da figura 2.

Grupos e coletivos de estudantes e professores nas Universidades Federais e Estaduais foram criados a fim de discutir a implementação do sistema de cotas nas

universidades públicas. Como o Coletivo de Estudantes Negros Beatriz Nascimento (CANBENAS) da Universidade Federal de Goiás. Muitos avanços foram alcançados, mais ainda há muito para progredir. Todos esses avanços, de representações política e de criações de leis no Estado e no município, foram travados a partir da luta do movimento negro local, mas também foram proporcionados pelo atual quadro nacional de discussão da questão racial.

A espacialização e as formas de organização do movimento negro a partir da década de 1990 no Estado de Goiás e principalmente na região metropolitana de Goiânia, baseadas na troca de informações e articulações com as entidades de nível local, regional e nacional, representam uma nova forma de organização do movimento social nesse período. A rede se torna, portanto, uma forma de compreender as teias de atuação, organização e espacialização. No próximo item, será discutida a categoria rede para compreender as ligações existentes entre as ações locais e nacionais do movimento negro.

2.3. Redes: formas de Organização, Espacialização e Atuação dos Movimentos Sociais

A rede e o território são duas categorias que têm sido utilizadas nos estudos atuais sobre movimentos sociais. A categoria território é ressignificada e passa a ser utilizada para entender as ações locais. O conceito de território não é mais o da Geografia tradicional, o que possibilitará o uso das redes territoriais que transpõem as fronteiras das nações. Gohn assinala que:

Território passa a se articular à questão dos direitos e das disputas pelos bens econômicos, de um lado, e, de outro, pelo pertencimento ou pelas raízes culturais de um povo ou etnia. Tudo isso porque, com a globalização, ocorre a desnacionalização, e outros atores além do antigo Estado-nação, participam da disputa pelos territórios (...) Classe social, raça, etnia, grupos religiosos recursos e infra-estrutura passam a ser indicadores para a análise de um território e seus conflitos (GOHN, 2010, p. 29)

Esta definição mais complexa de território permitiu formulações também mais complexas do conceito de rede. Para a Geografia, o estudo do território a partir de determinadas representações cartográficas euclidianas correspondiam a um instrumento de

poder. Pois esta cartografia “só fornece a origem da representação, isto é, fornece o suporte egocêntrico da representação, pois esta é sempre uma manifestação do ‘eu’ em relação ao ‘não eu’”(RAFFESTIN, 1993, p. 146), e as cartografias produzidas por outros sujeito e grupos não dominantes eram desconsideradas.

Segundo Raffestin todo indivíduo e grupo, em graus diversos, momentos diferentes e em lugares variados são atores sintagmáticos que produzem territórios e os cartografam a partir de sua imagem de espaço, do território vivido. Para o autor, através de uma representação original, o ator pode decidir construir vários tipos de tessituras, e articular com outros pontos em redes. Esses pontos simbolizam as posições dos autores (RAFFESTIN, 1993), e eles “agem e, em consequência procuram manter relações, assegurar funções, se influenciar, (...) se distanciar ou se aproximar e assim, criar redes entre eles. Uma rede pode ser abstrata ou concreta, invisível ou visível.” (RAFFESTIN,1993, p.156).

A rede é uma categoria utilizada de vários sentidos. O conceito de rede é por vezes bastante banalizado na sociedade. Essa palavra transita entre vários campos do conhecimento. Mas relacionar os movimentos sociais, especificadamente o movimento negro, com as redes nos remete a uma reflexão do conceito de redes sociais nos estudos das ciências sociais (que se constrói transitando no campo também da geografia). Para Gohn(2010), as redes sociais são importantes na análise das relações sociais de um dado território porque permite a leitura da diversidade sociocultural e política existente nessas relações.

Para Scherer-Warren (2005) apesar das diversas definições de redes sociais existentes, ela destaca duas vertentes principais: uma que busca na rede uma explicação da estrutura social, caracterizada como uma rede social realmente existente. E outra que utiliza essa noção para descrever as relações sociais primárias do cotidiano, classificando-as em relações fechadas, abertas, elos fortes ou fracos, etc. Portanto, essa última definição se interessa na constatação empírica de diferentes formas ou intensidade das relações sociais num determinado campo social (vizinhança, amizade, parentesco, religião, etc).

Para Barnes (1987), um dos percussores da segunda vertente acima mencionada, redes sociais são como um conjunto de relações interpessoais concretas que vinculam indivíduos a outros indivíduos, num dado campo social – composto, por exemplo, por

uma série de atividades, eventos, atitudes, registros orais e escritos (SCHERER-WARREN, 2005).

Segundo o método de análise das redes sociais, existem duas classificações: os chamados métodos quantitativos e os qualitativos. Com o desenvolvimento de novas técnicas, grupos de intelectuais das ciências sociais (provindos principalmente dos EUA) têm produzido métodos computadorizados e teorias gerais de análise de rede baseado em dados quantitativos. Por exemplo, o chamado “capital social” (social capital) e a “estrutura x agenciamento” (structure x agency) que passaram a ser empregados nos estudos sobre movimentos sociais, como instrumento que permite examinar os impactos dos atores coletivos na esfera pública e institucionais locais à globais (SCHERER-WARREN, 2005).

Já nos métodos ditos qualitativos, se tenta recuperar a representação que os agentes fazem do mundo social e a contribuição que eles trazem à sua construção (SCHERER-WARREN, 2005). Neles os movimentos sociais, como redes, são estudados a partir das perspectivas etnográficas ou históricas.

Na Geografia, as redes já foram analisadas apenas como uma estrutura física e euclidiana. Corrêa (2005) afirma que as concepções de rede foram mudando ao longo da história. Com a organização e expansão do capitalismo e a mudança das técnicas, proporcionando um mundo informacional, os estudos sobre as redes na Geografia deixaram de ter apenas uma concepção física e euclidiana e se tornaram mais complexas.

Corrêa define as redes geográficas como um conjunto de pontos articulados entre si por fluxos, em suas palavras, “um conjunto de localizações geográficas interconectadas entre si por um certo número de ligações”. Os nós e fixos da rede são “lugares de conexão” (DIAS, 1995, p.148) e os fluxos correspondem à circulação ou transferência de pessoas, coisas, ideias ou energia entre nós. Para Santos:

Animadas por fluxos que dominam o seu imaginário, as redes não prescindem de fixos – que constituem suas bases técnicas – mesmo quando esses fixos são pontos. Assim, as redes são estáveis e, ao mesmo tempo, dinâmicas. Fixos e fluxos são intercorrentes, interdependentes. (SANTOS, 1996, p.221)

As redes, hoje, são também abstrações e estão no nosso imaginário, mas são os fixos que a determinam e os fluxos podem ser imateriais. Para Santos “o mundo está

apanhado nas malhas da rede”, portanto, não tem como estudar o espaço sem considerar as inúmeras conexões que existem entre as localidades.

Para Maia (2002), os estudos das redes pela Geografia têm discutido de modo geral sobre a determinação de padrões espaciais e as dimensões de análise. Os primeiros tornaram-se um assunto explorado pela Geografia Neo-Positivista, partindo-se de princípios da geometria euclidiana (MAIA, 2002). Já a segunda, para Corrêa (1997) busca compreender a organização, a temporalidade e a espacialidade das redes.

Corrêa (2005) propõe uma metodologia para o estudo das redes geográficas. Nessa concepção metodológica, as redes geográficas podem ser analisadas na dimensão organizacional: agentes sociais (grupos sociais, instituições, empresas e Estado), origem da rede (planejada e espontânea), natureza dos fluxos (informações, pessoas, mercadorias) função (realização e suporte), finalidade (dominação, acumulação e solidariedade), existência (real e virtual), construção (material e imaterial), formalização (formal e informal) e organicidade (hierárquica e complementariedade); na dimensão temporal: duração (longa e curta), frequência (permanente, periódica e ocasional) e velocidade dos fluxos (lenta e instantânea); e finalmente na dimensão espacial: escala (local, regional, nacional e global), forma espacial (solar, dendrítica, circuito e barreira) e conexão (interna e externa).

Apesar de trabalhar principalmente com as redes econômicas e urbanas, a dimensão de grupos sociais articulados em rede é considerada pelo autor em sua proposta. Na perspectiva de grupos sociais ou movimentos sociais, no qual o movimento negro se insere, é necessário entender as características principais que definem uma organização em rede. Para Costa, Martinho e Fecuri (2003), a rede é uma forma de organização democrática constituída de elementos autônomos, interligados horizontalmente e que cooperam entre si, salientado pelo caráter democrático aberto e emancipatório, pelo potencial de interatividade, o que pode denotar uma contribuição para o exercício da cidadania.

As principais características da rede são: a forma estrutural horizontal, a insubordinação, a conectividade entre os pontos, a não-linearidade, o dinamismo, a descentralização e a abertura (AMARAL, 2005). Para Costa, Martinho e Fecuri:

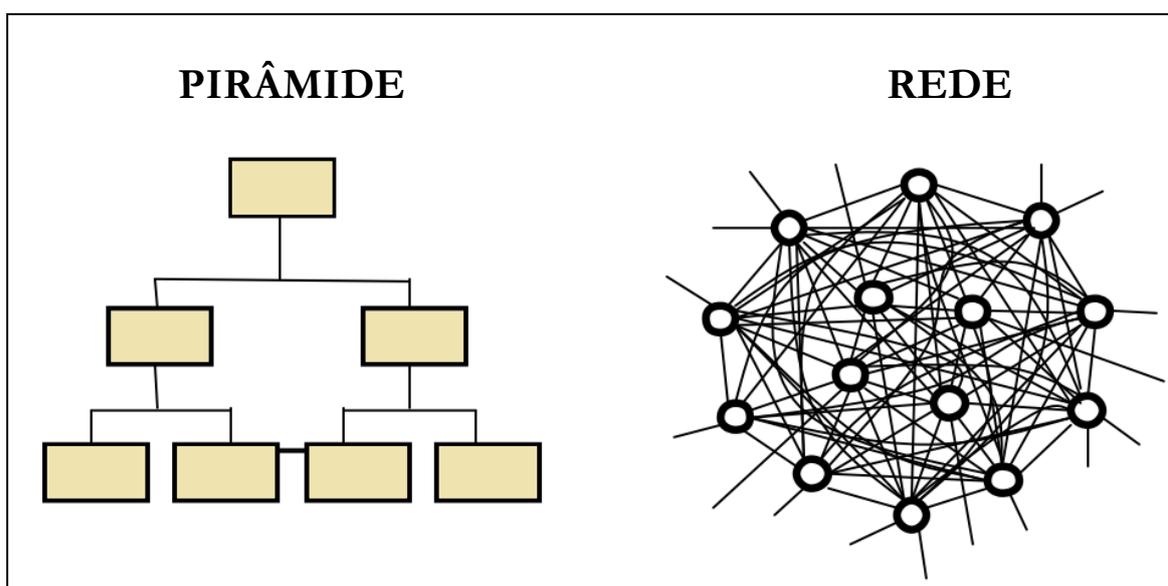
As redes tornaram-se a principal forma de expressão e organização coletiva, no plano político e na articulação de ações de grande envergadura, de âmbito nacional ou internacional, das ONGs e dos

novos movimentos sociais. (COSTA, MARTINHO & FECURI, 2003, p. 11)

Apesar de existirem representantes locais e regionais, o movimento negro brasileiro, até meados da década de 1980, centralizava-se em entidades nacionais. Havia uma hierarquia organizacional entre as entidades locais, regionais e nacionais. Essa forma de organização era essencial para as atuações e principalmente para a construção de políticas públicas. A partir da década de 1990 e principalmente nos dias atuais, com as mudanças no meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1994 e 1996), as entidades do movimento começaram a ser organizar em redes, possibilitando uma maior independência e uma relação mais horizontal entre as entidades, a ação local se torna mais diversificada e mais importante no processo de transformação social.

Para Amaral (2005), praticamente a totalidade de nossas instituições são verticais, ou seja, possuem características de subordinação, concentração de poder, controle da informação, competição, individualismo e na grande maioria das vezes possui formato piramidal. Já nas estruturas horizontais a situação é outra, como mostra a Figura 3.

Figura 3: Duas formas de organização básica: hierarquia (Pirâmide) e horizontal (Rede)



Fonte: COSTA, L.; MARTINHO, C.; FECURI, J., 2003, p.45.

A conexão entre os nós de uma rede, segundo Castells (1999), dois atributos são fundamentais: a capacidade estrutural para facilitar a comunicação entre seus componentes e sua consistência. Assim, a participação se torna coletiva e democrática, essenciais para agir e atingir os objetivos coletivos.

Gohn (2010) afirma que a sociedade fragmentada e polimorfa que se configurou na década de 1990 fez consolidar o modelo de associativismo, caracterizado pela tendência de movimentos sociais organizados de se articularem em redes e criarem fórum a partir dessas redes. Segundo a autora os movimentos sociais na atualidade “(...) tematizam e redefinem a esfera pública, realizam parcerias com outras entidades da sociedade civil e política, tem grande poder de controle social e constroem modelos de inovações sociais, podendo vir a ser matriz geradora de saberes” (GOHN, 2010, p.16).

Houve uma mudança de orientação das ações coletivas e associações da sociedade civil organizada, focando menos nos pressupostos políticos e ideológicos (predominantes nos movimentos sociais da década de 1970 e 1980) e mais nos vínculos sociais comunitários organizados segundo critérios de cor, raça, gênero, idade, etc. Embora muitos dos atuais movimentos sejam herdeiros daqueles dos anos 1980 (movimentos populares reivindicatório de melhorias urbanas articulados com pastorais, grupos políticos de oposição ao regime militar, etc). Ainda, segundo Gohn (2010), essa mudança de orientação das ações coletivas se deve também a mudança nos últimos anos do papel do Estado e a sua relação com a sociedade civil. As novas políticas do Estado priorizam a inclusão de setores ou grupos tidos como excluídos ou vulneráveis de condições socioeconômicas ou culturais.

A autora diferencia o conjunto dos sujeitos sociopolíticos existentes na atualidade, que se articulam nas redes, em: os “movimentos sociais” e as “redes de mobilização” expressas em associações civis, ONGs, fóruns, plenárias e articulações nacionais e transnacionais. Estes dois conjuntos muitas vezes se entrecruzam em função de projetos sociais pontuais. Para a autora, eles atuam segundo pólos diferenciados de ação sócia. O movimento social trabalha o campo de conflito e o as redes de mobilização no campo da cooperação e integração social (GOHN, 2010, p.27).

Os movimentos sociais têm sido considerados por vários analistas internacionais como fontes e elementos de inovação e mudança social. Existe um conhecimento de que eles detêm o saber, decorrentes de suas práticas cotidianas passíveis de serem apropriados

e transformados em força produtiva (GOHN, 2010). Costa complementa afirmando que a existência de uma esfera pública influente e porosa, possíveis através das redes de mobilização, torna-se condição necessária para conferir transparência aos processos decisórios e dinamismo à vida cívica e do arcabouço institucional do Estado democrático (COSTA, 2003).

Raffestin (1993) aborda o caráter político da rede. O autor afirma que ela é um instrumento de poder eficaz, pois “ela faz e desfaz as prisões do espaço, tornando território: tanto libera como aprisiona. (...) A rede é proteiforme, móvel e inacabada” (RAFFESTIN, 1993, p. 204), por isso ela se adapta às variações do espaço e às mudanças que advém do tempo.

Portanto esta dinâmica socioespacial dos sujeitos sociopolíticos, representada tanto pelas redes de movimento sociais quanto pelas redes de mobilização social, possuem importância, nas diferentes escalas, na compreensão da atuação contemporânea dos(as) militantes na sociedade e no espaço nacional.

Scherer-Warren (2005) argumenta sobre a importância da análise da rede para a compreensão das relações entre sujeitos e atores coletivos, dos movimentos sociais e de seu significado na mudança social. Ela propõe que a análise das redes sociais considere seu caráter multidimensional, isto é, se realize com base nas dimensões temporal, espacial e social (como a proposta já citada de Corrêa, 2005). Pois ajudam na busca de uma dialógica entre tradicional e moderno, entre o local e o global e entre o individual e o coletivo.

Mance (1999) examina como as redes solidárias dos movimentos sociais podem organizar laços que contribuem para a construção ao avesso de fluxos econômicos, políticos e culturais, tornando possível a construção de sociedades pós-capitalistas centradas na promoção do bem-viver, expandindo-se as liberdades públicas e privadas eticamente exercidas, conectando-se ações locais e globais.

Para Scherer-Warren (2005, p.36) as redes não se definem por si mesmas os movimentos sociais, elas podem “ser formas solidarialísticas ou estratégias de instrumentalização das redes dos movimentos sociais”. A autora afirma que as redes de movimentos sociais são:

[...] redes sociais complexas, que transcendem organizações empiricamente delimitadas, e que conectam, simbólica e solidaristicamente, sujeitos

individuais e atores coletivos, cujas identidades vão se construindo num processo dialógico:

- de identificações sociais, éticas, culturais e\ou político-ideológico, isto é, formam a “identidade” do movimento;
- de intercâmbios, negociações, definição de campos de conflito e de resistência aos adversários e aos mecanismos de discriminação ou exclusão sistêmica, isto é, define seus “adversários”;
- com vistas à transposição dos limites desta situação sistêmica na direção da realização de propostas ou projetos alternativos, ou seja, estabelecem seus “objetivos”, ou constroem um “projeto” para o movimento (SCHERER-WARREN, 2005, p.36).

Segundo Scherer-Warren (2005) a sociedade civil é composta por vários níveis de organização em prol dos interesses e valores da cidadania. A autora classifica estes níveis em: numa maior escala existe o “associativismo local”, como os movimentos comunitários, as associações civis, os sujeitos sociais envolvidos com causas sociais ou culturais do cotidiano, os coletivos informais, sem nenhuma ou pouca institucionalidade, que lutam por modos de vida alternativos, por reconhecimento ou são produtores de novas formas de expressão simbólicas, como as diversas tribos urbanas. Essas forças associativistas são expressões locais ou comunitárias da sociedade civil organizada e muitas delas buscam se organizar nacionalmente e participar de redes transnacionais de movimentos (por exemplo o Movimento Negro, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o Movimento dos Catadores de Lixo, o Movimento Indígena, etc.), ou através de articulações inter-organizacionais (SCHERER-WARREN, 2006).

Num segundo nível, numa escala intermediária, existem as “formas de articulação inter-organizacionais” que representam as organizações e movimentos do associativismo local, são por exemplo os fóruns da sociedade civil, as associações nacionais de ONGs e as redes de redes, que buscam se relacionar entre si para o empoderamento da sociedade civil e propor interlocução e as parcerias mais institucionalizadas entre a sociedade civil e o Estado (SCHERER-WARREN, 2005).

Num terceiro nível, estão as “mobilizações na esfera públicas”, resultados da articulação de atores dos movimentos sociais localizados, das ONGs, dos fóruns e redes de redes, que buscam expandir essas articulações, com o objetivo de produzir visibilidade através da mídia e transformações no sentido político-pedagógico dos manifestantes e da sociedade em geral, por meio de grandes manifestações na praça pública, incluindo a

participação de simpatizantes (SCHERER-WARREN, 2005). O mesmo movimento social pode estar em mais de um destes níveis.

Como resultado de todos esses processos de articulações acima mencionados está a “rede de movimento social”. Portanto, a ideia de rede de movimento social é “[...] um conceito de referência que busca apreender o porvir ou o rumo das ações de movimento, transcendendo as experiências empíricas, concretas, datadas, localizadas dos sujeitos/atores coletivos” (SCHERER-WARREN, 2006, p. 113).

Scherer-Warren chama atenção quanto à existência permanente de uma tensão no movimento social, entre participar com e através do Estado para a formulação e a implementação de políticas públicas ou em ser um agente de pressão autônoma da sociedade civil. Para a autora, esse fato é resultado das articulações de grupos com outros grupos com a mesma identidade social ou política, que por um lado, atribuem legitimidade nos fóruns e redes às mediações entre os movimentos localizados e o Estado, e por outro, buscam construir redes de movimento com relativa autonomia.

O Movimento Negro encontra-se nas mais diversas representações de associativismo local e setorizado. Por exemplo, graças aos seus aspectos organizacionais e de ação movimentalista, o Movimento Nacional Quilombola se constitui um exemplo de rede de movimentos sociais. Movimento esse que vem se constituindo em uma expressão ativa do movimento negro brasileiro. Para Scherer-Warren, o Movimento Nacional Quilombola:

Do ponto de vista organizacional, inclui várias redes de redes, desde a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), criada em 1996, até as organizações das comunidades locais de “mocambos”, “quilombos”, “comunidades negras rurais” e “terras de preto”, que são várias expressões de uma mesma herança cultural e social, e ONGs e associações que se identificam com a causa. Do ponto de vista da ação movimentalista, apresenta as várias dimensões definidoras de um movimento social (*identidade, adversário e projeto*): unem-se pela força de uma identidade étnica (negra) e de classe (camponeses pobres) – a *identidade*; para combater o legado colonialista, o racismo e a expropriação – o *adversário*; na luta pela manutenção de um território que vive sob constante ameaça de invasão, ou seja, pelo direito à terra comunitária herdada – o *projeto*. Nesse momento, unem-se também ao Movimento Nacional pela Reforma Agrária na luta pela terra, mas mantendo sua especificidade, isto é, pela legalização da posse das terras coletivas. (SCHERER-WARREN, 2006, p. 115, grifos da autora).

As entidades do movimento negro goiano atuam em diversas redes temáticas de ação, trabalham por exemplo nas áreas da cultura, educação, saúde, psicologia, alimentação e emprego. Estas ações são construídas a partir das necessidades locais ou são trazidas de outras entidades do ou não do estado. As ações produzidas pelas entidades goianas locais, podem se tornar agendas de ações de outras entidades fora do território estadual. Para atuar, algumas entidades de cunho político se articulam com entidades de cunho cultural do movimento negro e vice-versa.

Os APNs, por exemplo, apesar de terem sido criados pela igreja católica, possui militantes da Umbanda, do Candomblé e Evangélicos. A entidade possui projetos em várias redes temáticas, como na educação, com mulheres negras, com crianças negras, na criação de políticas em favor da segurança alimentar e em defesa das comunidades quilombolas. Os APNs se articulam com outras entidades em congressos, encontros, reuniões, etc. Eles participaram e ajudaram a coordenar as edições do Congresso Nacional das Entidades Negras Católicas (CONENC) e integraram o Grupo de Trabalho Afro (GTA) do secretariado de Pastoral Afro da CNBB (PAB) (COELHO e SOUZA, 2010). Os APNs participam do Conselho Nacional da Igualdade Racial (CNPIR) e no Estado de Goiás faz parte do Conselho Estadual da Igualdade Racial (CONIR-GO).

As entidades goianas se articulam e formam outras organizações regionais que as representam (os conflitos pela representatividade regional acabam levando a formação de mais de uma organização). Militantes das entidades que constituem as organizações de representatividade regional participam de reuniões nacionais, e por vezes internacionais, para construir a pauta das políticas públicas nas diversas áreas para a população negra.

Duas principais dimensões de redes foram discutidas aqui para a análise do movimento negro. A primeira corresponde às diversas redes temáticas de ações do movimento, unindo a questão racial com outros temas. A outra representa as ações locais que produzem e são produzidas pelas ações de outras localidades, indicacando a construção das relações entre as várias escalas de atuação do movimento e o seu fortalecimento.

O espaço de mobilização de base local possui papel fundamental na preparação dos sujeitos para atuar nas novas formas de governança, pois para Sherer-Warren, é no local onde se reafirmam e consolidam: as identidades coletivas, reforçando o sentimento de pertencimento (o que é ser, se sentir e atuar como um afro-brasileiro); os

simbolismos/místicas das lutas, criando-se a ideia de unidade na diversidade e força interior para prosseguir (através do culto a bandeiras dos movimentos, músicas, objetos culturais, ritos, etc.); e os projetos/utopias, que dão longevidade e significação ao movimento (as ações afirmativas, o igualitarismo e o reconhecimento das diferenças de gênero, étnicas, etc.) (SCHERER-WARREN, 2006).

Alguns aspectos aqui apontados sobre as dimensões organizacional e espacial das redes do movimento negro brasileiro são importantes para compreender a atuação dos(as) militantes na construção e o fortalecimento de territórios negros na cidade. Pois os grupos qualificam os lugares. Territórios negros pressupõem uma diferenciação racial, corporal e cultural.

Os territórios negros aqui definidos vão além da descrição de territórios específico nas cidades que possuem uma história, uma tradição e são historicamente segregados (ROLNIK, 2007), mas são também territórios politicamente produzidos pelo processo de resistência dos grupos desfavorecidos e participantes do movimento negro. Como para Ratts “no espaço urbano sobretudo nas grandes cidades configuram-se territórios étnicos antigos e novos, permanentes e transitórios” (RATTS, 2003, p.45).

Para Rolnik, nas cidades coloniais os pontos focais do território negro urbano eram os mercados, os espaços das irmandades religiosas negras, as ruas e os quilombos urbanos. Já o terreiro, como lugar de celebração das formas de ligação da comunidade, representou e representa um elemento espacial fundamental na configuração dos territórios negros urbanos – são os terreiros de candomblé, de samba, de jongo, etc. (ROLNIK, 2007, p.77).

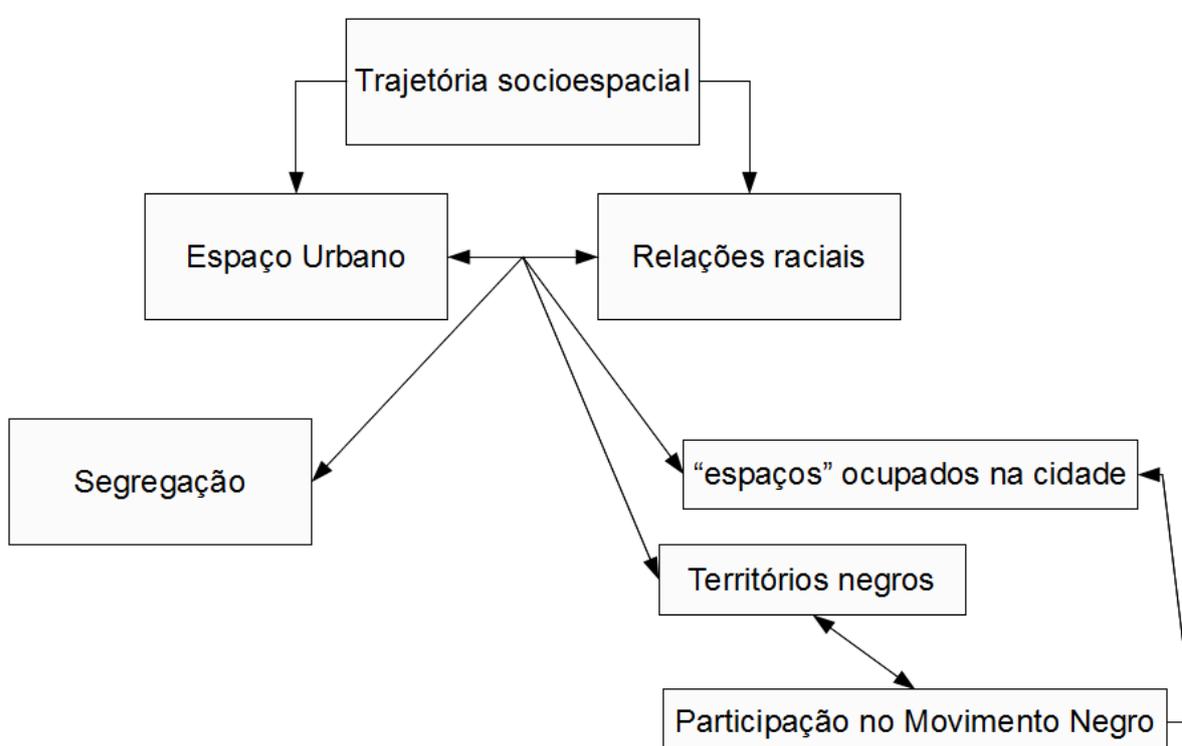
É no local onde se dá, a partir da vida cotidiana e das trajetórias socioespaciais daqueles que militam no movimento negro no espaço urbano, a construção de territorialidades. Estas trajetórias também constroem e determinam as ações do movimento negro. É a partir do local, no espaço da região metropolitana de Goiânia, que os(as) ativistas do movimento negro constroem seu cotidiano, suas relações, seus trajetos e assim contribuem para a produção do espaço da metrópole. É sobre essa complexidade e diversidade de espaços fortalecidos e ocupados pelos(as) ativistas desse movimento, compreendendo a cidade a partir de um recorte racial e no sentido de construção de possíveis territórios negros, que o próximo capítulo irá analisar.

CAPÍTULO 3

Militância negra, Trajetórias socioespaciais e geo-grafias da região metropolitana de Goiânia

Nas entrevistas sobre a trajetória socioespacial dos(as) militantes negros(as) na região metropolitana de Goiânia, a relação entre o espaço urbano e as relações raciais resultaram em respostas relacionadas a dois grandes blocos temáticos que serão discutidos, como indica a figura 4.

Figura 4: Esquema dos resultados das entrevistas



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

O primeiro bloco temático corresponde a uma análise sobre a questão racial e a produção da segregação na região metropolitana de Goiânia (item 3.1). O segundo (item 3.2) é sobre a participação dos (as) militantes no movimento negro e a construção de

novas trajetórias socioespaciais, a partir da ocupação de “espaços” na cidade e da construção e do fortalecimento de territórios negros.

3.1. Geo-grafias Negras no Espaço Urbano

Este item discute a vinda para a metrópole dos (as) militantes migrantes e a formação socioespacial da região metropolitana de Goiânia. Mostra-se alguns dados dos censos do IBGE sobre a migração e a população negra no estado de Goiás, principalmente nas décadas de 1940 e 1950, época da construção de Goiânia. Discute-se sobre a formação socioespacial da metrópole goiana nas décadas de 1980 e 1990, período em que a maioria dos militantes migrantes vieram para Goiânia e da criação da Região Metropolitana de Goiânia.²⁰

Posteriormente, é discutida a trajetória do local de moradia na região metropolitana de Goiânia dos militantes e a sua relação com a produção da segregação na cidade e a questão racial.

3.1.1. Trajetórias e memórias dos(as) militantes negros(as) migrantes e a formação socioespacial da região metropolitana de Goiânia

Dos 11 entrevistados, 45,5% são goianienses, 45,5% são de outros municípios do Estado de Goiás e 9% são de outros estados brasileiros. Já os pais dos entrevistados são 50% mineiros, 18% goianos, 18% baianos, 4,6% pernambucanos, 4,6% maranhenses e 4,6% paraenses. Portanto, a maioria dos entrevistados é migrante intra-estadual ou extra-estadual (54,5%). E a grande maioria, correspondente a 82%, são filhos de migrantes extra-estaduais.

²⁰ Não será abordado o período de 1950 a 1970 pois ainda não era relevante a taxa de crescimento da população nos municípios vizinhos de Goiânia.

No início do século XX Goiás inseria-se nos quadros da frente de expansão capitalista. A transferência da capital do Estado, após a eclosão da Revolução de 30, representou uma alternância das oligarquias brasileiras, antes as decisões políticas concentravam-se na Cidade de Goiás (antiga capital) e ocorriam de acordo com os interesses da oligarquia dominante (CHAUL, 1999).

Para o historiador Chaul (1999), a construção de Goiânia em 1933 representou uma transferência de poder para os grupos oligárquicos do Sul e do Sudeste, que tinham como objetivo a inserção de Goiás na economia de mercado e a acumulação capitalista no Estado. Além de tornar Goiânia uma representação da consolidação da frente pioneira e utilizando-a como um trampolim para a conquista da Amazônia.

No plano ideológico, inaugurada em junho de 1942, Goiânia representava o espelho do desenvolvimentismo do Brasil, foi construída em nome da visão burguesa do progresso. A nova capital era um exemplo da política expansionista, pois criou um espaço urbano viável para a acumulação capitalista e proporcionou a dinamização de Goiás, através da expansão de suas fronteiras agrícolas, da mecanização, do crescimento da sua produção e aumento das exportações (CHAUL, 1999). A criação da nova capital também foi responsável pelo crescimento da migração para o Estado.

Em 1940 a população de Goiás era de 826.414 habitantes e dez anos depois (1950) alcançou 1.214.921 habitantes. Esse grande aumento da população foi determinado pelas altas taxas de natalidade registradas no estado e o aumento da migração. A construção de Goiânia é considerada como o maior fator que influenciou o crescimento da migração para Goiás entre os anos de 1940 e 1950. A nova capital em 1942, ano de sua inauguração, já possuía 15.000 habitantes, o dobro da antiga capital (cidade de Goiás) com seus 200 anos (PALACÍN & MORAES, 2008).

Após 1930, Goiás recebeu significativo contingente de migrantes vindos de todos os estados nacionais, mas com predomínio dos nordestinos e mineiros. Segundo dados do IBGE, em 1940, viviam em Goiás 159.479 migrantes vindos de outros estados brasileiros, a maioria de Minas Gerais, seguido da Bahia e do Maranhão. Já em 1950 foram contabilizados 270.000 imigrantes, ou seja, mais de 22% da população total do estado.

Em 1940, a população negra (pretos e pardos) em Goiás correspondia a 23% da população total (IBGE, 1940). Já no censo de 1950 essa porcentagem saltou para 41,76%, como mostram as tabelas 1 e 2. Portanto, entre os censos de 1940 e 1950, houve o

aumento da população negra do estado de Goiás assim como o crescimento dos migrantes no Estado.

Para Martiniano J. Silva, Goiás seria o “paraíso dos mulatos” (SILVA, p. 26-28, 1974), baseando-se em dados do IBGE de 1950, o estado que possuía uma população branca de 703.375 pessoas, os mestiços já apresentavam 384.046 e os pretos 123.298 (ver tabela 2). No maior país de população negra fora da África, os negros desaparecem das estatísticas oficiais (SILVA, p. 26-28, 1974).

Tabela 1: População presente segundo a cor em Goiás - 1940

| | Preta | Parda | Branca | Amarela | Sem declaração | Total |
|-------|---------|--------|---------|---------|----------------|---------|
| Goiás | 140 090 | 89 311 | 595 890 | 380 | 793 | 826 414 |
| % | 16,95 | 10,81 | 72,11 | 0,05 | 0,10 | 100,00 |

Fonte: IBGE, Censo 1940.

Tabela 2: População presente segundo a cor em Goiás - 1950

| | Preta | Parda | Branca | Amarela | Sem declaração | Total |
|-------|---------|---------|---------|---------|----------------|-----------|
| Goiás | 123 298 | 384 046 | 703 375 | 1 163 | 3 039 | 1 214 921 |
| % | 10,15 | 31,61 | 57,89 | 0,09 | 0,25 | 100,00 |

Fonte: IBGE, Censo 1950.

A população de Goiás chegou em 1960 a 1.954.860 habitantes. Os fatores que influenciaram fortemente o crescimento da população nesse período foram a diminuição do índice de mortalidade e a construção de Brasília. No mesmo ano (1960), houve um aumento de 325% de migrantes em relação a 1940. Já em 1980, houve mais um aumento de 172% em relação a 1960. Os migrantes mais numerosos continuam sendo os mineiros, seguidos por baianos, maranhenses e paulistas.

Os resultados do censo de 1960 só foram divulgados depois de 1978. Já o censo de 1970 não contemplou o dado de cor ou raça, pois como foi declarado em parecer técnico, o quesito cor “nem sempre, ou de modo geral, pode-se confiar plenamente na exatidão da resposta” (IBGE, 1970, p. 13).

O mito da democracia racial correspondia a uma política nacional (como já discutido no capítulo 1). O dado de cor/raça só permaneceu no censo de 1960 devido à

importância de o Brasil mostrar ao mundo a propaganda da imagem de população mestiça. Como está documentado em relatório produzido pelo IBGE (1970):

O Sr. G. Mortara, Consultor-técnico, opinou que a questão era mais política do que técnica, opinião a qual logo após, o Sr. Lourival Fontes, deu refôrço de um argumento decisivo ao dizer que o quesito era fundamental para a propaganda do Brasil no estrangeiro. Posta a votos a supressão do quesito, foi rejeitado; em face da declaração do Sr. Lourival Fontes, contra os votos dos Srs. Costa Miranda e Cerqueira Lima, ficando, pois, mantido no questionário o quesito côr, sem quaisquer explicações.” (p. 4).

A avaliação da cor/raça da pessoa recenseada era realizada pelos recenseadores e não por auto-atribuição. O dado de cor até o Censo de 1970 foi tema para discussões no IBGE, de um lado, alguns sociólogos defendendo a sua entrada e de outros, alguns estatísticos falando de problemas técnicos dos resultados obtidos.

A informação de cor retorna ao censo em 1980, onde a população negra correspondia a 50,07% da população do estado de Goiás (Censo 1980), como mostra a tabela 3.

Tabela 3: População presente segundo a cor em Goiás - 1980

| | Preta | Parda | Branca | Amarela | Sem declaração | Total |
|---------|-------|-------|--------|---------|----------------|--------|
| Goiás % | 4,67 | 45,40 | 49,40 | 0,14 | 0,39 | 100,00 |

Fonte: IBGE, Censo 1980.

Já no censo de 1980, a informação de “cor ou raça” foi coletada por meio de auto-atribuição induzida, isto é, o entrevistado tem a liberdade para indicar sua “cor ou raça” entre as cinco categorias possíveis (preta, parda, branca, amarela, sem declaração). Percebe-se no estado de Goiás, comparando os censos de 1960 e 1980, um aumento da população parda (de 31,61% para 45,4%), já uma diminuição da população branca (57,89 para 49,4) e preta (10,15% para 4,67).

Silva (1974) ao falar sobre a influência cultural e social do negro no território goiano, afirma que “embora com forte percentagem da raça negra em suas terras, não é mesmo uma unidade da Federação que conserva grandes traços da cultura africana”. Apenas com o “advento de Brasília é que alguns cultos africanos, ou afro-brasileiros, chegaram às terras de Anhangüera” (SILVA, 1974, p. 31).

O autor afirma que a população negra teve uma grande contribuição na construção de Goiás, “participando na economia, no tipo humano, na língua, na alimentação, no folclore, como elemento quase sedentário da terra”. Porém, no processo de miscigenação, foi tendo sua cultura reduzida e incorporada à civilização goiana, brasileira, desaparecendo no ambiente moderno e liberal (SILVA, 1974 p. 32). Compreende-se aqui que não há o desaparecimento, mas sim, a reprodução dos traços da cultura negra em novas reinterpretações culturais como as Congadas e os grupos de capoeira no estado Goiás.

Apesar do quesito cor está presente nos censos seguintes a 1980 (e em outros levantamentos como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD), até meados da década de 1990 ainda era muito rara a divulgação de indicadores e estudos em perspectiva racial, por falta de pessoal especializado, de recursos e de interesses (OSORIO, 2003). Somente na década de 1990, esse tipo de estatística social começou a ser divulgado e produzido de formas progressivamente mais intensas para o público em geral. (OSORIO, 2003).

Nos censos de 1980, 1990 e 2000 o dado de cor ou raça foi disponibilizado por município. Portanto, poder-se-ia nesses anos obter os dados de cor ou raça para os municípios que compõe a região metropolitana de Goiânia.

Goiânia, entre os anos de 1970 e 1980, obteve uma queda da taxa de crescimento populacional em comparação a taxa entre os anos de 1950 a 1960. Porém, ocorreu um aumento dessa taxa em muitos municípios vizinhos, principalmente em Aparecida de Goiânia e Goianira. Já a aglomeração urbana de Goiânia em 1980 correspondeu a 98,1% da população. Em quase todos os municípios vizinhos, a porcentagem da população urbana cresceu. Aparecida de Goiânia em 1970 possuía 11,8% da população em área urbana, passando para 48,9% em 1980. Já Goianira passou de 24,5% (em 1970) para 63,0% (1980) (IBGE, Censos 1970 e 1980).

Em 1980, o aumento da população urbana em Goiânia deu-se principalmente ao grande número de loteamentos aprovados (total de 160 parcelamentos segundo dados da Secretaria de Planejamento Urbano do Município de Goiânia - SEPLAM), a grande maioria correspondia à regularização de loteamentos clandestinos e irregulares que haviam surgidos nas décadas de 1970 e 1980, a maior parte destes localizada na zona rural. Estes loteamentos foram aprovados devido às mudanças dos limites da zona de expansão

urbana, realizadas por motivos políticos e interesses do mercado imobiliário, pois em zona rural não se pode parcelar.

Alguns fatores relacionados ao planejamento urbano em Goiânia, realizado pelo corpo técnico da prefeitura e por políticos, foram cruciais para o crescimento da população urbana nas cidades vizinhas, pois não se pensou em conjunto ao planejar a metrópole. Entre estes fatores: a nova lei sobre parcelamento do solo urbano, na década de 1970, que exigia do loteador a implantação de infra-estrutura; a proibição de lotear na região norte da cidade, por razões de preservação da bacia hídrica; e a construção do limite entre a zona rural e urbana, como objetivo de impedir o avanço sobre a zona rural (MOYSÉS, 2004).

O período entre as décadas de 1980 a 1990 também foi marcado tanto pela expansão da cidade legal, quanto da cidade ilegal. Ambas ocupam a cena política, social e ideológica da cidade nesse período (MOYSÉS, 2004).

Grande parte dos migrantes que chegaram a Goiânia nas décadas de 1980 e 1990 estabeleceu-se de forma desorganizada em espaços físicos que correspondiam à zona rural da cidade, muitas vezes inadequados para o assentamento urbano. E o Estado, portanto, foi um dos maiores responsáveis por estes estabelecimentos.

A taxa de crescimento da população em Goiânia deixou de ser expressiva depois do ano de 1980 (apenas 2,1% entre os anos de 1980 e 1991). Contudo, o crescimento populacional das cidades vizinhas foi alto. Goiânia continuou atraindo populações pelo seu pólo dinâmico de prestações de serviços e de emprego, porém não mais para dentro dos seus limites, mas para o seu entorno (veja a tabela 4). Fenômeno este constatado em quase todas as áreas metropolitanas brasileiras entre 1980 e 1991.

Tabela 4: População da Aglomeração de Goiânia em 1980 e 1991

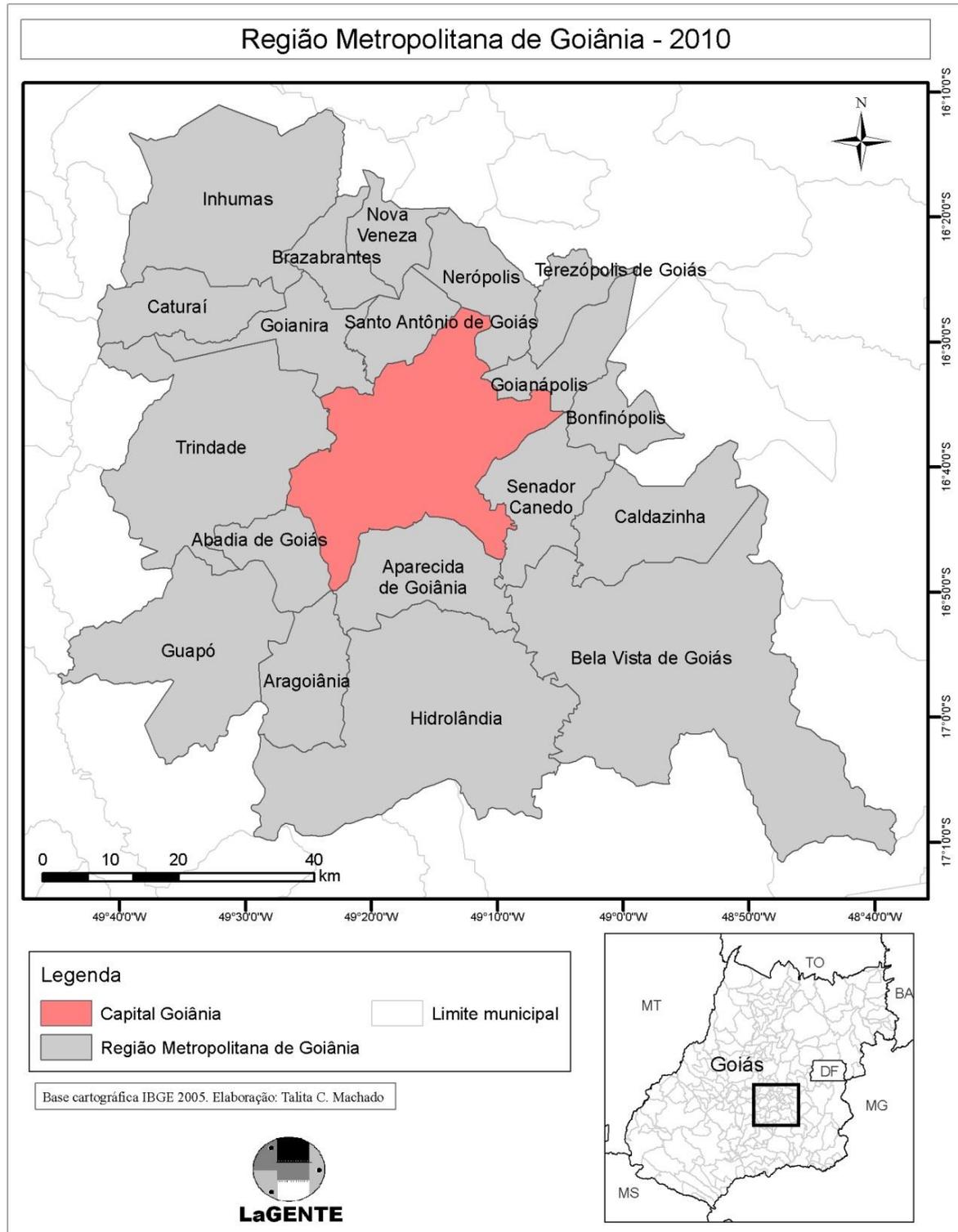
| Municípios | 1980 | | | 1990 | | |
|-----------------------------|----------------|-------------|------------|------------------|-----------|----------|
| | Total | Urbana(%) | Rural(%) | Total | Urbana(%) | Rural(%) |
| Aparecida de Goiânia | 43.405 | 48,9 | 51,1 | 178.483 | 98,4 | 1,6 |
| Goiânia | 738.117 | 98,1 | 1,9 | 922.222 | 99,1 | 0,9 |
| Goianira | 7.545 | 63 | 37 | 12.896 | 78,6 | 21,4 |
| Nerópolis | 9.449 | 75,8 | 24,2 | 12.987 | 87,1 | 12,9 |
| Senador Canedo | 3.090 | 27,8 | 72,2 | 23.905 | 36,6 | 63,4 |
| Trindade | 31.039 | 72,9 | 27,1 | 54.072 | 90,5 | 9,5 |
| Total da Aglomeração | 832.645 | 93,8 | 6,2 | 1.204.565 | 97 | 3 |

Fonte: IBGE – Censos 1980 e 1990.

No final de 1999 ocorreu a implantação e consolidação da Região Metropolitana de Goiânia. O espaço metropolitano de Goiânia, instituído pela Lei Complementar 027, de 31 de dezembro de 1999, era constituído por onze municípios. Após a Lei Complementar Estadual de número 78, aprovada em 25 de março de 2010, a “Grande Goiânia” passou a abranger vinte municípios²¹. Veja na figura 5, os municípios pertencentes à Região Metropolitana de Goiânia em 2010.

²¹ Municípios de Goiânia, Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Bonfinópolis, Brazabrantes, Caldasinha, Caturai, Goianópolis, Goianira, Guapó, Hidrolândia, Inhumas, Nerópolis, Nova Veneza, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo, Terezópolis de Goiás e Trindade.

Figura 5: Região Metropolitana de Goiânia – 2010



Fonte: Lei Complementar Estadual de número 78, 25/03/2010.

A região metropolitana de Goiânia foi se consolidando e crescendo no contexto de expansão da economia capitalista, da conseqüente valorização da terra urbana, da riqueza concentrada nas mãos de poucos e da exploração do trabalho. Possuindo hoje, mais de dois milhões de habitantes (IBGE, 2010) e seus diversos problemas de ordem social e política.

Goiânia não se diferencia de muitas cidades brasileiras no que corresponde à presença das tendências à homogenização, diferenciação e desigualdade espacial resultando em locais segregados por classe, raça e gênero. A população de baixa renda excluída que chega à cidade, em sua maioria negra, procura viver nas “franjas” da cidade ou em áreas centrais, mas irregulares, constituindo as invasões sem nenhuma estrutura.

Na Região Metropolitana de Goiânia, a população negra, segundo censo de 2000, correspondia a 45,13% da população (tabela 5). Algo interessante de se realizar seria cruzar os dados de renda com os de cor/raça e localizar a população negra na RMG, descobrir onde ela se concentra. Porém, os microdados que possibilitam o cruzamento dos dados de classe com os de cor /raça por setor censitário não existiam até o censo de 2000 na RMG.

Tabela 5: População residente por cor/raça em Goiás, na Região Metropolitana de Goiânia e em Goiânia - 2000

| | Preta | Parda | Branca | Amarela | Indígena | Sem Declaração | Total |
|---------|-------------|--------------|--------------|-------------|-------------|-------------------|------------|
| Goiás | 226.963 | 2.176.260 | 2.538.412 | 12.052 | 14.110 | 36.399 | 5.004.197 |
| % | 4,53 | 43,48 | 50,73 | 0,24 | 0,28 | 0,72 | 100 |
| RMG | 70.462 | 669.586 | 877.794 | 4.811 | 4.312 | 12.550 | 1.639.516 |
| % | 4,29 | 40,84 | 53,54 | 0,3 | 0,26 | 0,77 | 100 |
| Goiânia | 41.202 | 411.663 | 625.922 | 3.386 | 2.920 | 7.915 | 1.093.007 |
| % | 3,77 | 37,66 | 57,26 | 0,31 | 0,26 | 0,72 | 100 |

Fonte: IBGE, Censo 2000.

Já no censo de 2010 o dado de cor ou raça foi incorporado ao questionário básico (até 2000 encontrava-se apenas no questionário da amostra) possibilitando a obtenção da informação de cor ou raça nos microdados dos municípios, isto é, por setor censitário²².

²² Porém, até o término da escrita da versão final da dissertação (junho de 2010), os microdados do Censo 2010 não haviam sido publicados.

Os entrevistados migrantes vieram para Goiânia em busca da realização do sonho de uma vida melhor, diferente daquela do campo, onde a maioria vivia numa situação de pobreza. As famílias dos entrevistados vieram em busca de novas perspectivas educacionais e profissionais, devido à presença de mais infra-estruturas públicas na cidade, assim conta a entrevistada A que saiu de Corumbá de Goiás para Goiânia ainda criança:

Minha mãe separou do meu pai e veio em busca de uma melhor perspectiva de vida. Por que ela achava que lá onde ela tava era um ciclo vicioso. Ela não ia sair daquilo. Ela separou deixou duas crianças pequenas pra trás, veio pra Goiânia trabalhar, estudar. Ela tinha um estudozinho, mas ela trabalhou de doméstica nas casas dos outros pra fazer o curso dela de Técnico de Enfermagem. E quando ela se estabilizou, ela buscou os filhos, ela buscou o mais velho, depois eu vim. Já o meu pai ficou trabalhando na roça e quando a minha avó vendeu a terra e se estabilizou aqui (em Goiânia). Aí meu pai estava sem perspectiva nenhuma lá de trabalho, ele era trabalhador rural. E então veio pra Goiânia. Ele ficou uns dois anos morando na casa da minha avó, e foi aí que ele conseguiu esse emprego de gari e depois ele se estabeleceu. Minha vó está assim numa condição estável, mas ela sente muito por que até hoje ela não conseguiu desvincular a questão da ruralidade, sabe? Na casa dela tem galinha, que ela cria, ela cria pato. E tem assim um girau cheio de planta, tem cebola e tem um monte de coisas que ela planta. (Entrevistada A)

Os entrevistados migrantes participaram da construção de uma nova territorialidade, muitas vezes deixando para trás a cultura herdada para participar da formação de uma nova cultura com elementos da vivida anteriormente. Como para Milton Santos:

Vir para a cidade grande é, certamente, deixar para atrás uma cultura herdada para se defrontar com uma outra. O fato de que, como homem, viva um permanente processo de mudança e de adaptação é que vai permitir aos recém-chegados participarem como ator, e não apenas passivamente, do seu novo quadro de vida, graças às novas incitações às suas capacidades e ao seu gênio criativo. A desculturalização é perda, mas também doação. O novo meio ambiente opera como uma espécie de detonador. Sua relação com o novo morador se manifesta dialeticamente como territorialidade nova e cultura nova, que interferem reciprocamente, mudando-se paralelamente territorialidade e cultura e mudando o homem. Quando essa síntese é percebida, o processo de alienação vai cedendo ao processo de integração e de entendimento, e o indivíduo recupera a parte do seu ser que parecia estar perdida. (SANTOS, 1987, p. 63).

Para alguns, a adaptação à nova realidade na cidade é vivida de forma penosa. Muitas contradições acompanham o cotidiano dos migrantes que deixaram para trás um modo de vida que não mais encontraram na cidade grande. Já para outros, apesar da perda, morar na cidade corresponde uma melhoria das condições de vida.

Hoje, os seres humanos (como migrantes ou turistas), as mercadorias, as imagens, as idéias mudam de lugar. Segundo Santos (1996) desterritorialização corresponde a estranhamento e a desculturalização. Para o autor “quando o homem se defronta com um espaço que ele não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação” (p. 263). Ortiz (1999) afirma que o processo de desterritorialização e reterritorialização corresponde à construção de uma nova história em um novo território.

Apesar da perda, a alienação se interrompe quando há a construção cultural pelo e no sujeito a partir de sua raiz cultural e a sua nova realidade vivida na cidade grande. A reterritorialização ocorre sem que se perca a cultura herdada, que muitas vezes se manifesta como saudade do passado.

Goiânia foi uma cidade construída a partir da concepção modernista e capitalisticamente planejada, com vistas à fascinação e muitas vezes levando ao esmagamento das diferenças (lembrando que nem sempre esses processos se complementam).

No que refere às relações raciais, Goiânia foi considerada “como cidade sem racismo, democrática, onde qualquer pessoa nela ‘chega, enrica e sobe na vida’, seja negro ou branco” (BAIOCCHI, 1983, p. 12-13). Mas pesquisas sobre o assunto mostram resultados divergentes dessa realidade imaginada para a cidade.

Em 1970, Mari Baiocchi ao estudar o bairro rural negro de Cedro, em Mineiros, localizado no sudoeste goiano, volta-se para Goiânia, por ser a cidade com maior densidade populacional. Através de questionários, ele visava compreender como, nos discursos, o negro é visto em Goiás. E conclui que há a separação do branco e do negro,

[...] onde as relações associativo-profissionais se caracterizam por relações assimétricas, de dominação e sujeição, onde o negro participa ativamente do processo produtivo, sofrendo discriminação, que lhe dificulta inserir-se na sociedade local e usufruir os seus bens, levando-o à marginalização como indivíduo e como grupo de cor (BAIOCCHI, 1983, p. 12)

A partir de questionários respondidos por intelectuais goianos, a maioria sendo professores universitários, a autora demonstra como o racismo e a discriminação no discurso dos entrevistados contribuíram para o apagamento do povo negro no estado de Goiás. Já a idéia da miscigenação parece nos discursos negar o negro e sua cultura em Goiás. Por outro lado, em Goiânia, segundo Garcia²³:

[...] podemos deduzir que a continuidade da exclusão e a manutenção da subalternização negra, tanto material como psicologicamente, também contribuiu grandemente para sua desapareção, reafirmando a idéia de que diante de relações racistas e de dominação o negro tendeu a se “auto-branquear” como forma de ter reconhecida sua cidadania e dignidade. (2007, p. 40)

No entanto, deve-se observar que nenhum processo destes é conclusivo. Na capital goiana há muitas expressões culturais e religiosas negras além dos grupos políticos que são foco deste trabalho. Diante deste contexto da metrópole goianiense, o próximo item discute, a partir das experiências vividas pelos(as) militantes negros(as) na região metropolitana de Goiânia, a relação entre a segregação socioespacial e a questão racial.

3.1.2. Trajetória histórico-espacial dos(as) militantes negros(as) na região metropolitana de Goiânia: um olhar sobre a segregação do espaço urbano

Partindo na noção de que a segregação representa uma contradição no sentido de cidade e ela destrói o urbano, como para Lefebvre:

[...] já que o urbano é resultado da complexidade social. Esta complexidade se fundamenta na diferença, que dá a possibilidade a cada lugar de informar aos outros e de receber informações dos outros. Contrário a esta dinâmica, a segregação corta a informação e conduz à uniformidade, em outras palavras, impede a diferença entre os diferentes grupos sociais e entre as distintas áreas da cidade. (LEFEBVRE, 1983, p. 139)

A cidade implica concentração de pessoas e atividades, complexidade funcional e convivência entre os grupos sociais. A segregação diminui ou elimina a convivência, ao

²³ O autor pesquisou a ampliação do que ele chamou de “esfera pública negra” e o movimento hip-hop em Goiânia (GARCIA, 2007).

negar as trocas e o convívio entre os grupos de diferentes níveis socioeconômicos (CARLOS, 2007). Deste modo, na cidade atual, onde se verifica o processo de segregação espacial há a fragmentação da unidade do espaço urbano. A segregação espacial e racial contribui para que se perpetuem as desigualdades e desencontros entre as miríades de trajetórias, não possibilitando a efetivação da cidade como local de encontro e de respeito à diversidade.

A segregação espacial influencia na trajetória socioespacial das pessoas e contribui para a formação de um indivíduo fragmentado, o qual percebe a cidade como exterioridade. Ela influencia na forma como o indivíduo viverá a cidade. O homem e a mulher segregados não conhecem e participam da diversidade. Spósito (2007) entende a segregação espacial como o resultado de um processo de diferenciação que se desenvolve ao extremo e que leva, na cidade, ao rompimento da comunicação entre as pessoas, da circulação entre os subespaços e do diálogo entre as diferenças.

Para Carlos “a diferenciação se estabelece e se realiza, a partir do lugar, entre escalas e em cada uma delas” (CARLOS, 2007, p.49). Segundo Carlos, à diferença de outros(as) autores(as), o lugar se refere à escala local, assim como para Massey (2000). É no local entre as relações com o outro, com identidades e corpos diferentes que se dá o racismo, influenciando na produção do espaço da cidade e influenciado por ele. É através do corpo que o indivíduo apropria-se do espaço e é através dele que se reconhece de imediato o outro.

Para Lefebvre (1991), a segregação espacial não ocorre de forma espontânea e derivada de uma ação sem intencionalidade. Sendo assim, a segregação espacial costuma aparecer no mesmo momento das intervenções que ocorriam no espaço urbano, derivadas de um projeto urbanístico de “modernização” da cidade. Souza (2002) diz que essas intervenções não foram realizadas pensando no conjunto da população que nela é habitada. Na realidade elas mascaravam uma estratégia da classe dominante ao transformar a cidade em um produto mercadológico. Surgindo assim a segregação espacial e racial nas cidades brasileiras.

Para Hasenbalg (1988), o racismo pode ser definido como o conjunto de práticas do grupo branco dominante, dirigidas à preservação do privilégio de que usufrui por meio da exploração e controle do grupo submetido, portanto ele é visto como prática social.

Robert Blauner afirma que além de ser prática social, o racismo encontra-se institucionalizado na sociedade:

O racismo está institucionalizado. Os processos que mantêm a dominação – o controle dos brancos sobre os não brancos - estão incorporados nas principais instituições sociais. Estas instituições excluem ou restringem a participação de grupos raciais por meio de procedimentos que tornaram-se convencionais, parte do sistema burocrático de regras e regulamentos. (BLAUNER, apud HASENBALG, 1988, p. 120).

O lugar urbano e social que o negro ocupa não é o mesmo do branco. Para Silva, a separação é “evidente” (2006, p.70), embora haja um permanente controle para que possa parecer que todos têm o mesmo tipo de acesso a algo de interesse. Por isso a importância de se pensar a segregação urbana analisando a dialética social e racial da mesma.

Durante o processo da intensificação da urbanização no Brasil no final do século XIX e início do século XX:

[...] os negros e os mulatos ficaram à margem ou se viram excluídos da prosperidade geral, bem como de seus proventos políticos, porque não tinham condições para entrar nesse jogo e sustentar suas regras. Em consequência viveram dentro da cidade, mas não progrediram com ela e através dela. Constituíam uma congêrie social, obscura e muitas vezes deletéria. Nessa situação, agravou-se, em lugar de corrigir-se. O estado de anomia social transplantado do cativo. (FERNANDES, 1978, p. 99).

Para Andreino Campos (2005), o preconceito e a segregação estão interligados, mas têm características diferentes. Enquanto o primeiro faz parte de um sistema simbólico, de um imaginário, o segundo é o meio pelo qual essas ideias materializam-se. Segundo o autor, as dificuldades encontradas pelo negro hoje são decorrentes tanto do preconceito criado no tempo da escravidão, quanto da segregação causada por este preconceito, agravados pela ausência de políticas públicas visando compensar os anos de exploração dos negros.

As histórias das trajetórias espaciais na região metropolitana de Goiânia dos(as) militantes negros(as) apontam a formação da segregação na cidade vista a partir de uma perspectiva do sujeito negro. Muitos entrevistados moravam em áreas centrais e devido à expulsão, resultante de múltiplas pressões, entre elas do processo de valorização, foram obrigados a migrarem dentro da cidade.

Alguns dos (as) entrevistados (as) que moravam no centro ou em regiões próximas a ele não conseguiram permanecer no local, devido a dificuldades financeiras e foram em

busca de moradia onde não precisassem pagar aluguel e pudessem comprar a habitação mais barata. A entrevistada A, que morava de aluguel no centro e teve que mudar com sua mãe e seu irmão para o município de Aparecida de Goiânia, explica como ocorreu a mudança:

Entrou o governo Collor e teve uma redução muito drástica nos salários, e a gente teve uma queda do poder aquisitivo. Então a gente veio morar na casa minha avó. E depois, a minha mãe comprou um lote lá em Alto Paraíso, depois do Garavelo, construiu lá. Era muito ruim. Porque o seguinte: eu trabalhava o dia inteiro e estudava a noite. Então era muito difícil. Eu não dava conta. Por que eu chegava em casa meia noite. Todos os dias quinze pra seis, eu tinha que pegar o ônibus. Então eu ficava muito cansada. E também estava muito difícil, tinha muito assalto, eles entraram na casa da minha mãe, eu acho que umas três vezes. (Entrevistada A)

O deslocamento da população pobre de certos lugares das cidades foi um fator que contribuiu para a segregação. Campos trabalha com a ideia de “desconstrução do espaço favelado”, que corresponde “a ação do Estado associada aos interesses da classe dominante (...) impõem, de maneira compulsória, o deslocamento forçado da população mais pobre de uma determinada área da cidade, visando reassentá-la em áreas distantes.” (2007, p.66). Este processo iniciou-se na década de 1950 nas cidades brasileiras, a partir de uma nova política habitacional visando a valorização das áreas desocupadas para futuros empreendimentos públicos ou privados.

Considerando as colocações acima e analisando o caso do município de Goiânia, a remoção das pessoas de certos lugares na cidade está ligada a uma decisão política encoberta pelo discurso ambiental. As áreas próximas de onde ocorreram as remoções das famílias foram valorizadas (devido os parques que foram implantados) e utilizadas pelo mercado imobiliário para a construção de prédios para classe alta e média alta.

Em Goiânia, foi estabelecida uma política de criação de conjuntos habitacionais localizados nas franjas da cidade como destino das famílias que ocupavam as áreas irregulares e centrais na cidade. O entrevistado B fala sobre a sua trajetória histórico-espacial em Goiânia:

Morávamos na Vila São José (na década de 1980), nas margens do córrego, (...) naquelas casas à beira do córrego. Até, tem umas casas lá ainda. (...) conseguimos um local pra morar lá no Finsocial, mas naquela época nos anos 80, como minha mãe era trabalhadora doméstica, e era ela a fonte de renda da família. Chegou um momento que ela achou melhor voltar de novo para o centro e vender lá, porque pra deslocar de

lá pra Goiânia, e a gente tinha poucos ônibus naquela época. Era mais ou menos sair cinco da manhã, pra chegar oito da manhã no centro de Goiânia. E como ela era trabalhadora doméstica, ela lavava roupa, fazia serviço doméstico. Pra fazer serviço doméstico num bairro, onde todas as pessoas tinham a sua mesma condição. Então não era possível. Isso obrigava ela ter que sair de lá vim pro centro, e eu ficava sozinho lá. E ela achou melhor, naquela época, vender lá e nós viemos morar aqui no Setor dos Funcionários, no Setor Aeroporto, nas margens do córrego Capim Puba. Nós moramos por mais ou menos uns 18 anos nas margens do Capim Puba, nós saímos de lá em 96. Que eram casas feitas de lona, no Finsocial era feito de lona, aqui no Capim Puba também era feito de lona, depois a gente conseguiu fazer a casa de alvenaria, naturalmente não casa, um barraco na beira lá do córrego. E em 96 começou a movimentação do município pra retirar os moradores das margens do córrego. E de lá as pessoas foram transferidas para no Residencial Goiânia Viva. (Entrevistado B)

A partir da década de 1970, com a multiplicação de favelas em áreas ocupadas, a homogeneidade dos bairros brasileiros ficou comprometida. Por isso é preciso estudar a segregação como processo e tendência (VILLAÇA, 2001) e não como algo estático. Há uma tendência dos bairros segregarem-se numa mesma região geral da cidade. Villaça (2001) aborda o surgimento da “Macrosegregação” que corresponde à segregação por regiões da cidade e não por bairro. No caso de Goiânia, a região que corresponde desta forma como mais segregada é a região norte da cidade (MOYSÉS, 2004).

A vinda de muitos migrantes de áreas rurais ou urbanas para Goiânia, expulsos ou em busca de uma nova vida, e a política segregacionista do governo geraram um grande número de pessoas que moravam em áreas irregulares. Em 1982, existiam na capital, 43 ocupações irregulares com mais de 20 mil famílias e cerca de 150 mil habitantes (Jornal Diário da Manhã, 14 de novembro de 1982).

As condições de moradias das pessoas que estavam em áreas irregulares em Goiânia na década de 1970 e 1980 eram péssimas: barracos feitos de plástico, lona, adobe, madeira ou até mesmo pessoas dormiam ao relento. A remoção, quando havia, das famílias para o novo local de moradia era feita antes de qualquer serviço e infra-estrutura, como esgoto, água tratada, energia elétrica. Estas famílias também não contaram, no início, com postos de saúde, escola, centro comercial e locais para lazer.

Os loteamentos criados pelo Governo Municipal para atender os moradores das áreas irregulares eram caracterizados pela distância do centro da cidade, representando assim, um empecilho ao acesso à terra urbanizada, contribuindo para o processo de

segregação. Rolnik (2010) ressalta a importância do acesso à terra urbanizada bem localizada para a desconstrução de espaços segregados. Não obstante, muitos moradores acabavam não se estabelecendo nos novos bairros e voltando para as áreas irregulares, onde o descaso governamental continuava e as condições habitacionais eram muito precárias. Muitos destes novos loteamentos nasceram estigmatizados pela lei, excluídos pela finalidade e segregados pela localização (MOYSÉS & BERNARDES, 2005).

A Lei Municipal nº. 4.526 de 31 de dezembro de 1971 impedia a aprovação de loteamentos sem infra-estrutura de pavimentação, água, luz e esgoto em Goiânia. Essa lei reduziu consideravelmente o parcelamento do solo nesta capital. Porém, os municípios vizinhos acentuaram a aprovação de novos parcelamentos, já que neles não havia nenhuma restrição legal à aprovação dos mesmos. Esta iniciativa do governo contribuiu para o crescimento desorganizado das cidades vizinhas à capital. Resultando para estes locais, a carência de infra-estruturas básicas.

A segregação é resultado de um fluxo intenso de deslocamento interno na cidade de um contingente significativo da população, o qual é obrigado a viver parte de sua vida (ou toda) sobre péssima condição. A formação segregadora do espaço urbano na região metropolitana de Goiânia, produzido pelos agentes hegemônicos e apoiado pelo Estado, é marcada pela desigualdade e submete “os seus moradores a processos de deslocamento, ou melhor, de expulsão cotidianamente. A cidade os discrimina socialmente, economicamente e politicamente, expulsando-os para suas franjas e para suas sombras” (MOYSÉS & BERNARDES, 2005, p.199).

Castells (1977) diz que toda cidade é um entrelaçamento histórico de várias estruturas sociais e toda sociedade é contraditória, ou seja, existem várias forças atuando em diferentes direções, é nesse sentido que a segregação do espaço urbano se realiza.

Para Villaça a segregação é um processo dialético, onde a segregação de uns, gera, pelo mesmo processo, a segregação de outros. “Segue a mesma dialética do escravo e do senhor” (2001, p.148). O autor compreende a segregação não apenas como produto do preço do solo e da correlação entre classe social que ocupa determinada área e os equipamentos públicos que existem nesse local, mas como um padrão espacial produto da estrutura social.

Villaça afirma que a segregação é um mecanismo de extorsão e dominação. Pois, como para Harvey (apud VILLAÇA, 2001), as mudanças na forma espacial da cidade e no

funcionamento do processo social provocam alterações na renda do indivíduo. Vetter e Massena (apud VILLAÇA, 2001) relacionam a segregação com o poder político e econômico e seu papel na pressão sob o Estado, de modo a promover uma distribuição desigual dos investimentos em infraestrutura. A segregação é um processo necessário à dominação social, econômica e política por meio do espaço.

A cidade de Goiânia foi marcada, nas décadas de 1970 e 1980, pela luta ao acesso à moradia. O processo de ocupação da Região Noroeste, por exemplo, começou com a ocupação de terras ociosas da Fazenda Caveiras, marcada pela repressão e violência do Estado aos movimentos de ocupação. Muitos entrevistados, antes de ingressarem ou durante a militância no movimento negro, militavam em movimentos urbanos por moradia em Goiânia. A Entrevistada C fala sobre esse processo de ocupação o qual vivenciou e sobre as transformações que ocorreram no Bairro, desde a invasão até os dias atuais:

Lá no Nova Esperança²⁴ se eu não me engano tem 30 anos. Minha mãe está lá desde... Que lá era uma invasão. Lá se chamava Fazenda Caveirinha e foi invadida junto com o pessoal do PT e o Pessoal da igreja Católica. E aí foi uma guerra mesmo. O pessoal o dono da Fazenda ele chamava... aqueles capitães do Mato chamavam a polícia. Foi uma guerra. E aí eles invadiram, permaneceram. O fato é que hoje o nosso setor é um dos metros quadrados mais caros de Goiânia, é o Jardim Nova Esperança. Mas até hoje não tem escritura, não tem rede de esgoto. Não tem. Mais lá como as pessoas invadiram é uma região uma pouco afastada pra chegar ônibus, o pessoal lavava roupa no córrego que tinha lá na Caveirinha, por isso se chamava fazenda Caveirinha. Água... Tudo era lá e as pessoas começaram a empreender, criar seus negócios e hoje lá tem uma avenida que praticamente todos os negociantes são de lá. (Entrevistada C)

A convivência com os vizinhos nas áreas irregulares e/ou segregadas é marcada pela existência de uma grande maioria de negros nestes locais. O militante que morou sua infância e parte de sua juventude em acampamentos na beira de córregos em Goiânia diz: “(...) o morador de favela, é na maioria preto e pardo. Nos locais onde eu morava a grande maioria sempre foi preto e pardo” (Entrevistado B).

Entre os estudos realizados sobre a segregação espacial e racial nas cidades brasileiras podemos citar a de Donald Pierson (1971). Estudo este que apesar de ser

²⁴ Jardim Nova Esperança foi o primeiro bairro que surgiu na cidade de Goiânia através de uma “invasão”/ocupação coletiva e organizada.

primordialmente sobre relações raciais, a questão da segregação aparece num segundo plano. O autor descreveu em seu estudo sobre a cidade de Salvador, publicado em 1971:

À medida em que se percorriam as diferentes áreas residenciais, notava-se que esta segregação de acordo com as classes econômicas e educacionais obedecia de maneira geral –embora com algumas exceções importantes – as diferenças de cor da população. Na verdade, à primeira vista, a Bahia fazia lembrar- como, aliás observou na época o Prof Roberto E. Park- “uma cidade medieval cercada por aldeias africanas”. (PIERSON, 1971, p. 104)

Observe-se que os termos *cidade* e *aldeia* remetem a formas sosioespaciais com leituras hierárquicas. Pierson (1971) divide a cidade de Salvador em três zonas residenciais as quais correspondem, de modo geral, as classes econômicas e educacionais –ricos, pobres e remediados - e as cores –brancas, pretas e mestiças. Entretanto, ao constatar uma segregação espacial e racial na cidade, o autor afirma que ela seria involuntária e inconsciente, no sentido de não objetivar a manutenção de grupos fechados (GUIMARÃES, 1996). Para o autor, serão as exceções a esse padrão residencial que demonstrarão o caráter apenas aparentemente racial de segregação. Ele é levado a preconizar como causa da segregação, dita transitória, uma desvantagem inicial (a escravidão, a falta de recursos e a falta de educação) que só lentamente poderia ser revertida (p. 148).

Os estudos atuais sobre a segregação em Salvador constatarem que permanecem as desvantagens da população negra, no que corresponde ao acesso à cidade, à educação e ao emprego. O resultado da pesquisa realizada por Garcia (2009) em Salvador verifica, a partir dos microdados do censo IBGE em 2000, uma expressiva correlação entre estratificação racial e espacial. Para a autora, focalizando a habitação, as transformações históricas mostram uma transição sem rupturas do modelo de organização social e espacial: da senzala ao quilombo ou mocambo, do cortiço à favela, à expansão de loteamentos urbanos e conjuntos habitacionais precários “e seu forte contraste com as casas grandes, os sobrados e os condomínios de prédios representam formas segregadas e segregadoras” (GARCIA, 2009, p. 438).

Ao estudar os espaços segregados no município do Rio de Janeiro, Campos (2007) coloca a favela como “espaço transmutado” do quilombo. Para o autor, muitos quilombos resistiram à prepotência do Estado, à burocracia Imperial e Republicana e hoje resistem à lógica do capital como espaços transmutados para favelas. Campos afirma que

os quilombos periurbanos participaram da dinâmica de expansão da cidade, desenvolvendo o fluxo de crescimento: no sentido periferia-centro e de forma ilegal, pois não estavam previstos no plano de reestruturação urbana.

A questão da propriedade e a questão habitacional são centrais na organização da sociedade brasileira e da segregação espacial e racial. Inicialmente, a Lei de Terras, editada em 1850, pode ser considerada como responsável pela exclusão dos escravos (TRECCANI, 2006), pois proibia a propriedade de qualquer parcela do solo por negro escravo. Seu artigo 1º proíbe a aquisição de terras devolutas por outros títulos que não sejam de compra, com isso, todos os beneficiários do programa de reforma agrária e regularização fundiária deveriam pagar para receber o título definitivo (TRECCANI, 2006).

A Lei de Terras foi aprovada quase simultaneamente à aprovação da Lei que proibia o tráfico negreiro para o Brasil, segundo Martins (apud TRECCANI, 2006), a Lei de Terras foi uma condição para o fim da escravidão. Treccani diz que a partir do momento que o acesso a terra foi vetado aos libertos e eram legalmente incorporadas pelo latifúndio, “a questão fundiária passou a ser tratada como uma questão policial. Este fato perdura até nossos dias na criminalização dos movimentos de ocupação de terras urbanas ou rurais.” (TRECCANI, 2006, p. 77).

Além de serem excluídos da apropriação da terra, os negros foram impedidos de exercer funções urbanas. Nesse sentido, Cunha escreve que a presença do negro em cargos públicos foi suspensa na origem da formação socioespacial do Estado brasileiro. A autora diz da existência de um decreto em 1830 que proibia aos forros e forras de circularem livremente para fora do seu domicílio, a não ser com passaporte com validade limitada que só era concedido mediante exame de regularidade de sua conduta (CUNHA, 1985, p. 74). Foram proibidos também de ingressarem no Exército, Marinha ou Guarda Nacional. Sobre o tema Cunha descreve que:

Em um sistema eleitoral em que o acesso ao voto e aos cargos eram proporcional aos rendimentos, o liberto brasileiro, qualquer que fosse a sua fortuna, apenas podia votar nas eleições primárias. Não podia, em consequência, ser subdelegado de paz nem eleito deputado ou senador. Parece ter sido impedido também, como era o escravo, de ingressar nas ordens religiosas, muito menos podia ser alto funcionário do Estado ou prelado da Igreja. (1985, p. 74)

A segregação espacial foi colocada como condição inevitável aos negros, pois o mundo do trabalho foi vetado e com isso a ascensão social (CAMPOS, 2007). Para exemplificar tal situação, Andreilino Campos (2007) argumenta que na fase Republicana todos deveriam ser tratados igualmente, mas diante da polícia, o negro tinha menos direito, inclusive de inviolabilidade do lar.

Já o estudo realizado no município de São Paulo por Silva (2006) analisa, à luz da segregação urbana, as trajetórias das famílias negras na cidade, ela entrevista pessoas negras residentes em Bairros “pobres” e “ricos” e conclui que a presença de alguns negros em territórios consolidados na cidade torna mais “evidente” (2006, p.194) o racismo e não lhes garante a participação plena no território.

Com muita luta para superar as adversidades do caminho, alguns negros na cidade tiveram ascensão social e alcançaram poder aquisitivo semelhante àquela da classe média, ocupando territórios onde sua presença nem sempre é aceita e onde o negro é minoria. Mas o poder aquisitivo não resultou na conquista da cidadania, com direitos respeitados e acesso a serviços de qualidade; sobretudo não houve a superação do racismo no cotidiano. (SILVA, 2006, p. 194)

Portanto, a cidadania para o negro é vista por Silva como um desafio, tanto para aqueles moradores de áreas excluídas da cidade, como os de áreas consolidadas, pois o racismo é um dos elementos que ainda impede a constituição da cidadania plena (SILVA, 2006). Como para Milton Santos (1987, p.12-17), somente o acesso ao consumo não significa que o sujeito torna-se cidadão.

Apesar de muitos entrevistados que moravam no centro de Goiânia afirmarem que havia pontos positivos, pela boa localização. Eles afirmaram que tinham pontos negativos também, pois muitas vezes, eram vítimas de preconceitos. A entrevistada A passou a adolescência morando no centro e explica o que sentia:

Quando nós morávamos no Setor Central eu não gostava. Cada um na sua, você não estabelece relações, vínculos com as pessoas, essas pessoas são muito fechadas e ainda mais com nós. Por que tinha aquela questão de que minha mãe morava sozinha com os dois filhos. (...) As meias irmãs dela, que são filhas de meu avô, falavam que naquele período ali, década de 70, mulher separada, mulher que larga do marido não é uma boa mulher. (...) E também quando minha mãe mudou pra Goiânia, durante muito tempo ela foi umbandista. (...) E a gente ficava mais trancado. (Entrevistada A)

Muitos militantes negros que moravam no centro da cidade foram expulsos pelas múltiplas pressões sociais, como a perda do poder aquisitivo, mas também a falta de

integração no bairro e outros motivos provocados pelo preconceito relacionado com a questão racial, cultural e também com o local de moradia. A questão do preconceito em relação ao local de moradia está presente na fala do Entrevistado B:

Quando eu morava do Setor dos Funcionários. E nós morávamos na beira do Córrego. Os vizinhos que não moravam na beira do córrego, moravam de frente para o asfalto, eles eram considerados os que moravam na área formal. A área que tinha escritura. Os que moravam no fundo, de frente para o córrego, eram os informais, que eles chamavam de invasores. Então os formais, os proprietários, atribuíam aos invasores, e aí sim, dava problema, o que era ruim. Sumia alguma coisa, eles diziam “Ah! foi o povo ali da Favela”. Então nessa época havia sim uma relação de preconceito. Até o caso de quem morava pra frente pro asfalto jogar lixo pro fundo, na casa de quem morava no fundo. Porque quem morava no fundo era o invasor. E a grande maioria desses invasores eram negros. (Entrevistado B)

A entrevistada I fala porque não conseguiu se adaptar em morar no Setor Norte Ferroviário, próximo ao centro:

Eu só morei dez anos fora do Setor Pedro Ludovico. Morei no Norte Ferroviário. Lá no Ferroviário eu morei durante meu casamento. Lá era um prédio em frente à Câmara. Lá, eram pessoas eminentemente brancas, por isso que eu voltei para cá. Eu não tinha afinidade. Estava na universidade, tinha afinidade com o pessoal da universidade, do curso de História. Mas lá, eu vivia fora da comunidade. Ontem um menino me perguntou “por que você foi pra universidade e voltou pra cá?”, porque eu sou uma pessoa eminentemente da comunidade, das pessoas, gosto de estar em contato com a cultura, com o povo, desde pequenininha eu tenho essa coisa com a dança, da cultura. Então quando eu morava no centro, no condomínio, eu não tinha identidade com aquelas pessoas, eu gostava delas, mas não tinha identidade. Aqui, eu saio na rua tenho um amigo, uma pessoa. Se eu quero encontrar as pessoas elas estão aqui. Pessoas que eu conheço, que conhecem a minha história, a minha tradição. Então voltei para o samba, para o pagode, voltei para a comunidade negra. (Entrevistada I)

Muitas áreas, antes excluídas na região metropolitana de Goiânia, foram valorizadas. Com o tempo, o valor que é agregado nos espaços valoriza as franjas e as fronteiras, antes ocupadas pela periferia pobre – que é expulsa para áreas mais distantes. Esse processo é próprio das cidades modernas sob a hegemonia das relações capitalistas de produção (CAVALCANTI, 2007).

Para Villaça (2001), o domínio do espaço faz-se no dia-a-dia, na apropriação individual ou em grupo, daí surge o processo de segregação e valorização de determinadas

regiões. Sendo assim, os processos de valorização de certas áreas, de produção de centralidades e de segregação socioespacial estão interligados.

O entrevistado que antes morava na área na beira do córrego e mora hoje no Jardim Nova Era, em Aparecida de Goiânia, mostra como ocorreu a valorização de seu bairro:

Em 96 eu comprei um terreno que é esse do Jardim Nova Era, aliás, nós não mudamos pra lá em 96, nós compramos um terreno, depois teve que construir. Então eu mudei em torno de 98 pra lá. Eu acho que é um bom bairro. Porque quando nós compramos lá não, as ruas ainda não eram abertas. Hoje todas as ruas foram asfaltadas. Estou a mil metros do Buriti Shopping, que é um Shopping conceituado hoje. Estou morando a mil e oitocentos metros do Carrefour. Onde eu moro é próximo a uma área de bosque. Então tudo isso valoriza o terreno. (Entrevistado B)

Os militantes que hoje moram em áreas mais centralizadas na região metropolitana de Goiânia, moravam nessas áreas há muitos anos, quando ainda constituíam as periferias da cidade. Com o passar dos anos, estas áreas foram valorizadas, devido à expansão da cidade, criação de novas centralidades e de novos empreendimentos públicos e privados. Como podemos perceber na fala do Entrevistado D:

Eu tinha um amigo lá em baixo perto da Praça, das Feiras, quando que vinha falar com ele, quando eu cheguei para procurar aluguel (em 1980) ele falou: vamos lá pro Jardim América lá é fácil, você arruma casa para alugar e tal. Aí eu vim procurar casa daqui e dali, aí eu achei e fiquei... e assim.. aqui quando eu vim pra cá na época, mas isso aqui era ruim, precisa de ver... nossa senhora.. longe demais, tudo chão.. mas, hoje! É um lugar muito bom. Eu gosto daqui aqui eu vou (...) Esse bairro aqui já tem tudo. Tem banco, tem shopping, tem sabe... mas perto de casa, tem hospital ali, no Nova Suíça ali tá cheio de banco,(...) tem tudo. Aqui é completo, sabe assim, nessas partes tem de tudo. (Entrevistado D)

Mesmo com a valorização das áreas, percebeu-se que as condições de moradia dos entrevistados que habitam estes locais foram lentamente melhorando e entre casas novas e prédios novos estão suas casas mais simples. A Entrevistada C mora no Jardim Nova Esperança, mesmo sendo uma área valorizada, ela fala como foi lenta a melhoria das condições de moradia de sua família:

Tem alguns projetos que a gente ainda não concluiu. Agora a gente quer construir uma casa, até mesmo porque lá na casa da minha mãe é muito pequeno. (...) Lá em casa até uns dez anos atrás não tinha banheiro, era privada sabe? Aquela privadinha igual tem na roça. (Entrevistada C)

A valorização dessas áreas muitas vezes representou e ainda representa uma nova expulsão da população mais pobre do bairro e uma nova configuração espacial da população negra na metrópole, como aparece indicado nas duas falas abaixo:

Lá tem muitas pessoas que são negras (Jardim Nova Esperança). Tem muitas pessoas e lá perto de casa a principio quando era menor, tinha mais pessoas que eram negras. O pessoal mudou muito de lá porque valorizou e aí, por exemplo, um lote que era 80 mil reais no Jardim Nova Esperança, lá no Bairro Floresta, só era um pouquinho mais afastado, eles compravam uma casa ótima. E dá pra comprar um carrinho, alguma coisa. Então muita gente vendeu e mudou de lá. (Entrevistada C)

Aqui (Jardim América) quando eu mudei pra cá tinha muito negro amigos aqui, mas num agüentaram, venderam tudo, por último era uma menina que morava ali e acabou de vender a casa tem uns dois ou três mês, foi lá pro lado do Garavelo, construir pra lá. Agora aqui tem, eu conheço aqui perto de mim tem quatro casal negro, lá em baixo, o J. ali na frente, os outros ali pra cima, sempre tem uns gatinho pingado por aí e que resistiu também. (Entrevistado D)

A entrevistada I fala sobre o seu bairro, que era periférico e pobre. Hoje passa por um processo de valorização e saída dos moradores mais pobres e relaciona isso com a questão racial:

O Setor Pedro (Setor Pedro Ludovico) é um bairro negro, aqui se você for observar, se você descer aqui e andar pelas ruas, não sei isso em termo de pesquisa, se já fizeram. Mas aqui tem escola de samba, área de posse urbana, agora que foi urbanizado aqui. Aqui é o centro do Pedro Ludovico, mas se você desce aqui umas quatro quadras, você já começa a ver os grupos de posseiros urbanos, aquelas pessoas mais carentes que são eminentemente negras. Então você vai aqui na feira domingo, de dez pessoas, duas são brancas. Então aqui é um bairro negro. Na minha rua, dessa questão da migração das pessoas de Goiânia para Aparecida de Goiânia e Senador Canedo, porque aqui os impostos ficaram caros, essa coisa toda. Por exemplo, eu tinha dois vizinhos negros, do lado direito e esquerdo, que se mudaram, foram para Aparecida de Goiânia. E quem comprou foi um dos sócios da C&A que montou uma fábrica de etiqueta. Os donos são brancos. Aquelas casas que são vendidas, as pessoas que compram as casas, os lotes, não é uma pesquisa, é uma observação minha, porque eu trabalho com relações raciais, na minha rua, as pessoas que vendem são negras e as que compram são brancos. Perguntam para onde fulano foi? Para Aparecida de Goiânia, Senador Canedo, e vão para a região metropolitana. (Entrevistada I)

A entrevistada abaixo diz que a valorização do bairro não correspondeu a uma melhoria de alguns aspectos da qualidade de vida dos moradores que resistiram nessas áreas:

Estou morando lá desde 1995 (Parque Amazonas). E o bairro está muito diferente do que era quando a gente se mudou pra lá. Quando nós nos mudamos pra lá, era até alvo de chacota na escola que a gente estudava, não tinha asfalto, não tinha esgoto. Tinha uma ligação muito forte que as pessoas faziam com o local e a criminalidade. (...) Mudou muito a vizinhança, mas existem muitas pessoas ali que vivem uma situação e pobreza, existem muitas pessoas negras no bairro e não tem uma condição muito boa. Esse bairro tem várias ocupações irregulares, tem várias construções. Um dos motivos que é alegado mesmo pela prefeitura desse bairro por estar na região sul e por ser vizinho de bairros como a Nova Suíça e Setor Bueno e dele não ter seguido o mesmo ritmo de crescimento e só agora tardiamente é que ele vem crescendo no mercado imobiliário, é o fato de existir lá um grande território de invasões. Eu vejo muito contraste ali, porque ao mesmo tempo que a gente vê essas construções, esses novos moradores que estão chegando, eu vejo, como eu moro ali há muito tempo, tem os vizinhos que a gente conhece, tem aquelas pessoas que a gente brincava na catequese, que estão na mesma situação ou numa situação pior, muitas meninas que eu vazia catequese tem quatro, três filhos cada uma, mora todas no lote da avó, amontoadas. Vejo vizinhos que moram ali antes da gente com problemas com filho usando crack. Existe esse contraste no bairro que é gritante. Existe a praça na feira que você vê jovens, no que eles chamam de biqueiras, que é um lugar que eles vendem craque e que em sua maioria são jovens negros. Eu acho que na região sul o contraste é maior. (Entrevistada F)

A entrevistada I, diz que apesar da mudança e valorização da área, nem todos os moradores se beneficiam com as mudanças e que seu bairro continua segregado, no que diz respeito a lazer nos espaços públicos:

Houve mudanças aqui (Setor Pedro Ludovico). Antes as casas eram bem frágeis. Com a migração dos moradores, as casas foram reformadas. Foram construídas empresas, comércios. Muitas casas das minhas amigas da infância, hoje são comércios bem estruturados, prédios comerciais. Antes existia o Setor Sul, onde as pessoas que tinha um poder aquisitivo maior viviam, a classe média. Onde meus amigos moravam, em casas pobres, hoje é o Prevest. Se você observar o setor Bela Vista, hoje com aqueles prédios, antes era de fulano e cicrano. Essa urbanização aqui, marginalizou a população negra. Você pode ver algumas pessoas antigas aqui, em áreas mais periféricas, mas onde veio a especulação imobiliária, as pessoas não estão mais. Então a alteração que eu vejo é estrutural. Houve uma melhoria, mas para essas novas pessoas, para o comércio e não uma melhoria, como lazer para as crianças, praças para o lazer infantil e uma melhoria na estrutura cultural. (Entrevistada I)

A resistência de alguns moradores nas áreas, hoje valorizadas em Goiânia, gera tensões e preocupações com cuidados relacionados à questão racial, medos de incomodar a vizinhança e gerar conflitos. A relação com a vizinhança se torna conflituosa ou há a

perda da relação. Fato este perceptível na fala da Entrevistada C, sobre sua relação com uma vizinha:

[...] ela (a vizinha) já chamou a polícia pra poder tentar intimidar a gente (...). Lá em casa a gente ouve axé, a gente ouve musica de terreiro, eu adoro, eu gosto. Ela fala que esses negros macumbeiros ficam colocando essas musicas de macumba. Sabe? Usando esses tons pejorativos. (...) mas ela é muito encucada com a gente. Eu acredito é porque somos negros. Uma vez, porque o tráfico tava muito forte, ela disse que tava vindo lá de dentro da nossa casa. (...) Ela manda o marido dela bater nos meninos, ele é policial, o marido dela vai lá e espanca os moleques no meio da rua. Se ela não parar com isso eu vou dá um jeito de processá-la de alguma forma (...) Acho que uns três anos que ela mora lá (Jardim Nova Esperança). A gente morre de vontade que ela venda. Eu falo Ah!.. O meu sonho é ficar milionária e comprar o lote dessa mulher. Pra você ter uma noção, a gente não passa na calçada dela. (Entrevista C)

A entrevistada abaixo mostra como era a convivência com os vizinhos num conjunto habitacional. A relação era de conflito no que diz respeito à questão racial:

Nós éramos muito mais que cem famílias numa rua só (Conjunto Habitacional no Setor Aeroviário), com garantia de ter casa para morar. Na minha rua, eu lembro perfeitamente, eram três famílias negras. A nossa família, pai e mãe negros, a família que morava um pouquinho mais acima, que até hoje nós somos amigos e uma outra mais na ponta da rua, mas que não se posicionavam como negros, tinha dificuldade porque eram mais claros. A maioria brancos, a convivência era conflituosa porque isso era o tempo todo lembrado. Não nos deixavam esquecer de onde nós éramos e com apelidos. E a gente se impunha mesmo na imposição física, na briga, na luta, nas ameaças. Mas existia uma convivência. Com o tempo a gente passa a conviver e a aprender a lidar com outras pessoas.(...) Então a gente tinha essa relação de conflito, quase confronto. Mas existiam muitas pessoas que tinham uma dificuldade em harmonizar, e muitas vezes íamos para o confronto físico. Hoje, eu penso que era natural a nossa reação. Mas nós tínhamos um outro grupo de negros na rua que não reagiam e que abaixavam a cabeça. (Entrevistada L)

Existe uma preocupação em não provocar mais conflitos. E a relação com os novos vizinhos é marcada pela ausência do contato. Como é observado na fala abaixo:

Com meus vizinhos novos eu quase não tenho contato. Porque eles são novos e não dão muita abertura. Existe um contraste muito grande, a minha vizinha da direita lava roupa para fora, o meu vizinho da esquerda trabalha na OAB, a minha vizinha depois da casa dele é gari, o vizinho da outra esquina que mora num sobrado bem bonito é advogado e a esposa é médica. E eu não consigo deixar de ficar pensando nisso. Os vizinhos que tem essas profissões consideradas subalternas são negros, com exceção dessa vizinha que é lavadeira, que é branca, mas tem os filhos negros, o esposo dela falecido era negro. E os que tem condições

financeiras melhor não são negro. Os novos vizinhos não fazem nenhuma questão de a proximidade com a vizinhança. (Entrevistada F)

Apesar da dominação racial não ter a sua origem no capitalismo, ela passa a se sustentar e retroalimentar através da segregação socioespacial de vários modos. A relação entre a dominação racial e a dominação de classe torna-se um dos pilares da sociedade moderna, recriando formas de dominação que precisam ser consideradas e enfrentadas (GARCIA, 2009).

Para Garcia (2009) a força do mito da democracia racial, baseado na miscigenação, representou historicamente um divisor de águas entre estudiosos da questão urbana brasileira, inclusive quando se coloca a questão da segregação urbana de recorte racial. Muitos estudos propõem a superação da dicotomia entre raça-classe. Pensar esses fenômenos como interdependentes na determinação da desigualdade social são fundamentais para compreender a eficácia de políticas que combatam o problema. “Se trata (...) da valorização da igualdade na diversidade, na busca de projetos comuns dos subalternos” (GARCIA, 2009, p.109).

Para muitos entrevistados, a participação no movimento negro fez o militante repensar o envolvimento com a vizinhança e adjetivar a diferença. Consequentemente, gerou mudanças nessa relação. Como explicita o militante:

Alí no Guanabara eu cresci. E constitui uma organização, era lá a sede nossa, qualificamos lá mais dois mil jovens em informática, oficina de arte com a juventude. Então a comunidade hoje nos considera, nos respeita e somos apontados como alguém que faz o social na comunidade. Isso é tão importante, é coisa que o dinheiro não compra. Quando éramos adolescência [sic] a comunidade tinha uma visão negativa da gente. Mas quando crescemos e constituímos essa organização, começamos a qualificar e tirar os jovens do mundo do crime e das drogas, fazendo palestras, nós conseguimos reverter nosso papel, para que faz o bem. (Entrevistado H)

O envolvimento com o movimento negro, onde a sede do grupo localiza-se no bairro e a ação também, representou para alguns militantes uma maior valorização pela vizinhança e uma melhoria na relação com os moradores.

As trajetórias histórico-espaciais presentes na memória espacial dos militantes do movimento negro representam a complexidade espacial hoje da metrópole goianiense. A produção da segregação considerada aqui complexa e perceptível através da vida dos cidadãos e junto a esse processo, a questão racial trazida pelos militantes que vivenciam

no seu cotidiano e pensam diariamente sobre a questão racial, remetem-nos a um novo quadro de reflexão, importante ao pensar a segregação na cidade.

3.2. Movimento Negro e o Espaço Urbano

Regina Santos (2008) utiliza o quadro referencial construído por Maria da Clória Gohn para listar as diversas maneiras de analisar os movimentos sociais urbanos e cada uma delas confere diferentes significados às ações de seus participantes. Uma dessas formas de analisar o movimento social compreende o “enfoque neoidealista” (SANTOS, 2008, p.23). Seus principais representantes são Foucault, Deleuze e Guatari, entre outros autores influenciados pelo pensamento anarquista e marxista²⁵ (apud, SANTOS, 2008).

O enfoque neoidealista confere importância aos chamados movimentos de minorias ou como para Ratts (2009b), movimentos vinculados com a questão da diferença étnica, racial, etária ou de gênero, que correspondem aos movimentos de mulheres, de negros, de homossexuais e ambientalistas, “criadores de uma nova sociedade, potencializada por mudanças socioculturais (mudanças de hábitos e de atitudes mediante a militância)” (SANTOS, 2008, p. 24). Para Santos estes movimentos sociais:

Seriam construtores de espaços novos – territórios de singularidades – nos quais os indivíduos poderiam expressar seus desejos que foram frustrados ou reprimidos pela força do Estado. Indivíduos *desterritorializados reterritorializam* a cidade em suas formas específicas de apropriação desta. (SANTOS, 2008, p. 24, grifos da autora).

Porém para os autores desta corrente, a não-institucionalização do movimento é fundamental para a conquista da sua autonomia. Como foi visto no capítulo anterior, o movimento negro é uma rede de movimento social que abarca outras redes temáticas por possuir esta complexidade na sua organização e ação, alguns das suas entidades buscam maior representatividade política no intuito de gerar mudanças de valores sociais e pela justiça social. A ação do movimento negro no meio urbano estaria vinculada com a ampliação dos direitos de cidadania.

²⁵ Influenciados por pensadores como Proudhon e Kropotkin (anarquista) e Agnes Heller, Habermas e Marcuse (marxistas).

Os Movimentos sociais urbanos realizam, entre outras ações, diferentes atividades educativas na cidade proporcionando a promoção da participação social, a viabilização e incentivo da vida coletiva. Eles são também responsáveis pela formação de uma cidadania crítica, participativa e aberta para a diversidade no espaço urbano. O movimento negro, em princípio, propõe-se a formar cidadãos para participarem também da gestão urbana.

O espaço urbano propicia a construção da vida coletiva, mas a ordem que orienta a produção desse espaço segue as leis da produção capitalista, em que a individualidade e o agravamento da desigualdade social ocorrem. Os movimentos sociais organizados na cidade e outros agentes possibilitam a comunicação para a efetivação do espaço urbano como local de encontro e de respeito à diversidade.

Segundo Cavalcanti (2007), para compreender o aparente caos da metrópole é necessário analisar amplamente como é o movimento das e nas cidades e a lógica que os orienta. Essa tarefa complexa exige esforços transdisciplinares. Existe um ordenamento que orienta a produção do espaço urbano, “mas para ir além dele, ou para captá-lo realmente, é preciso ver a vida que o anima” (CAVALCANTI, 2007, p. 12). Portanto é preciso compreender a cidade também como a materialização de modos de vida e como espaço simbólico.

Este item inclui grande parte dos resultados das interlocuções com os(as) militantes. Percebe-se, a partir das trajetórias socioespaciais, como o espaço da cidade é produzido pelos militantes e como as suas ações políticas e político-culturais materializam-se nele. Compreende-se aqui que essa construção do espaço urbano pelos participantes do movimento negro se dá mediante uma relação: território-rede-lugar.

3.2.1. Militância e trajetória socioespacial: “espaços” ocupados na cidade

A memória dos trajetos dos(as) militantes indica espaços de tensões na cidade. Todos os entrevistados(as) narraram fatos ligados à questão da inferiorização do corpo negro, vivenciados durante a infância, juventude e fase adulta. Antes de participarem do movimento negro, as reações diante de tais fatos eram de conflito ou silêncio.

O corpo possui marcas que ideologicamente interpretadas indicam o lugar e a posição social do indivíduo nos espaços, mesmo nos espaços públicos, onde todos deveriam ter o mesmo direito, como para Gomes:

Fisicamente, o espaço público é, antes de mais nada o lugar, praça, rua, shopping, praia, qualquer tipo de espaço, onde não haja obstáculos à possibilidade de acesso e participação de qualquer tipo de pessoa. Essa condição deve ser uma norma respeitada e revivida, a despeito de todas as diferenças e discórdias entre os inúmeros segmentos sociais que aí circulam e convivem, ou seja, as regras do convívio e do debate devem ser absolutamente respeitadas”. (Gomes, 2002 p. 162)

Porém, existem outros fatores que acabam regulando a vivência no espaço público, como o próprio Gomes indica: “sobre este espaço se constitui e se desenvolve assim um certo código de conduta, código este que é estabelecido pelo relacionamento, na co-presença e na coabitação” (2002, p. 163).

Podemos inferir a partir dessa leitura que o espaço público possui além das determinações das normas e regras do estatuto, também tem “códigos invisíveis mais profundos que impõem dinâmicas próprias a cada espaço” (RODRIGUES & RATTS, 2007). Assim, cada grupo social (negros, brancos, mulheres, homens, homossexuais, heterossexuais, ricos, pobres, etc.) viverá de forma diferenciada o espaço público (pois estes grupos possuem, quase sempre, marcas corporais hierarquizadas na sociedade).

As representações sociais e simbólicas estigmatizadas e preconceituosas existentes no imaginário dos atores sociais colocam o corpo negro como inferior em certos espaços. Existe, portanto, uma incompletude da cidadania para alguns atores. Assim, o racismo corresponde a um dos fatores que impede o acesso de todos à cidadania.

Há um relativo cerceamento da inserção dos corpos negros nos espaços públicos e privados enquanto cidadãos ou restringindo-os às posições inferiores, fruto da combinação entre condição social e racismo. Segundo Ramos “é o corpo que estrutura as narrativas do espaço, selecionando, saltando, agrupando, criando limites, barreiras e fronteiras”. (RAMOS, 2002, p. 296).

Pode-se dizer, a partir da compreensão de Raffestin, que “o poder se manifesta por ocasião da relação” (RAFFESTIN, 1993, p. 53), e estas se dão entre indivíduos diferentes e que o corpo é um instrumento de poder. Pois ele é a maior escala material das relações. Numa sociedade racista onde o corpo negro é inferiorizado, muitas vezes, a experiência

em certos espaços para o homem e a mulher negra é sofrida e reflete na construção da sua subjetividade e nos seus trajetos.

Jurandir Freire da Costa (1984) examina a violência do racismo a partir da estigmatização do corpo negro, que é investido de um sentido eroticamente negativo. Para ele uma das características da violência racista é:

Estabelecer, por meio do preconceito de cor, uma relação persecutória entre o sujeito negro e seu corpo. O corpo ou imagem corporal eroticamente investida é um dos componentes fundamentais na construção da identidade do indivíduo. A identidade do sujeito depende, em grande medida, da relação que ele cria com o corpo. A imagem ou enunciado identificatório que o sujeito tem de si estão baseados na experiência de dor, prazer que o corpo obriga-lhe a sentir a pensar. (COSTA, 1985, p. 107)

O espaço escolar é colocado pelos (as) entrevistados (as) como local onde ocorrem as tensões e conflitos ligados à questão racial. A escola possui um papel importante para a conscientização sobre a questão racial, mas é ao mesmo tempo local de reproduções discriminatórias da sociedade.

Todos(as) os(as) entrevistados(as) viveram algum tipo de constrangimento na escola relacionado à questão racial e algumas dessas experiências marcaram negativamente suas trajetórias. Uma das consequências mais violentas do racismo é quando o aluno internaliza a ideia de inferioridade e incapacidade, interferindo no seu rendimento escolar e posteriormente na sua realização profissional.

As consequências do racismo são vistas como prejudiciais e com repercussão negativa na motivação ao estudo e no baixo rendimento escolar. Como para Silva (2006) que conclui a partir da pesquisa sobre segregação espacial e racial em São Paulo:

O maior problema não está no acesso da criança à escola, mas sobretudo na sua permanência na instituição escolar, visto que é nela que se confrontará mais fortemente o racismo. A escola continua sendo um dos lugares traumáticos para as relações raciais. (SILVA, 2006, p.159)

A partir das falas dos(as) militantes percebe-se que existe no imaginário do professor um lugar predeterminado para o aluno(a) negro(a) no espaço escolar. Sendo assim, além da violência simbólica que se manifesta do discurso sobre o outro, com a disseminação do preconceito por meio da linguagem, por exemplo, do livro didático. Existem outras infinitas práticas quotidianas no espaço escolar que possuem consequências na vida social, psicológica, intelectual, profissional da criança (GARCIA,

2009). As relações existentes para com o professor (a) negro (a) também são marcadas por hierarquias no espaço escolar.

Os espaços profissionais também foram mencionados como local de conflitos. Podem-se fazer duas distinções de espaços profissionais onde os(as) militantes negros trabalhavam ou trabalham. O primeiro está ligado a lugares que, como para Lélia Gonzalez (1982), são compreendidos como “lugar de negro” na sociedade, isto é, “o espaço social e as áreas de trabalho (...) inferiorizadas destinadas à população negra desde o longo período escravista” (RATTS & RIOS, 2010, p. 145) até o pós-abolição. Esses trabalhos estão presentes na história de quase todos os(as) militantes (principalmente os mais velhos) e estão ligados aos trabalhos subalternos, como: doméstico, babá, engraxate, vendedor em redes de supermercados, trabalhos manuais em empresas, etc. E o outro espaço profissional corresponde aos trabalhos ligados à ascensão educacional dos(as) militantes, que são o de professor, economista, pesquisador, etc. Ambos os espaços profissionais compreendem a locais de conflitos ligados à questão racial na relação com os atores, mas esses conflitos possuem lógicas um pouco diferentes.

Todos(as) os(as) entrevistados(as) narram diversas situações que podem ser interpretadas como racistas vividas nos espaços profissionais. A entrevistada conta que trabalhou como empregada doméstica numa casa e que não teve o direito de sair do trabalho. A relação entre a patroa e a empregada doméstica é hierárquica e possui remanescentes do período colonial projetado no tempo através do corpo:

Eu tentei sair de lá, e a mulher não quis devolver minhas roupas, e dizia que enquanto eu não terminasse o mês e ela não arranjasse outra pessoa eu não iria sair dali. E eu dizia que iria sair sim e agora. E aí ela descuidou e eu pulei o muro e fui embora. (Entrevistada I)

O corpo negro, muitas vezes, é rejeitado nos espaços profissionais ligados à ascensão educacional dos(as) militantes. Existe uma posição social predeterminada, ligada aos trabalhos subalternos para o corpo negro nesses espaços profissionais. Como explicita o militante A:

Hoje, mesmo estando na função que eu ocupo, mesmo usando terno e gravata. Um dia desses, eu estava na Assembléia Legislativa num evento representando a prefeitura, aí uma senhora chegou e me falou assim: “Moço acabou a água mineral. O garrafão de água mineral acabou”. Aí eu olhei pra ela e não estava entendendo o que ela estava querendo dizer, e ela dizia “Acabou. Tem como trocar?” E eu “Ah! sim! Tem como trocar, mas precisa procurar um funcionário daqui da casa pra poder

trocar, porque eu não trabalho aqui, mas vamos descobrir alguém que faz isso”. Por quê? Já existe um estereótipo formado na cabeça das pessoas do qual, às vezes um negro de terno e gravata, ele tem que ser garçom, ele tem que ser segurança, ele tem que está em funções subalternas. Um Pastor evangélico, né? Nada contra as profissões, mas as pessoas às vezes não conseguem perceber que você pode ser um gestor, um assessor, um advogado, um assistente social. A condição da cor já estabelece esse estereótipo que a sociedade determina. (Entrevistado B)

Verifica-se também uma rejeição do corpo negro em trabalhos onde a “aparência” é fundamental, numa sociedade em que o padrão de beleza é o branco. Existe uma dificuldade encontrada na aceitação do corpo negro nestes locais. A entrevistada relata duas experiências que viveu quando trabalhou em lojas do Shopping Flamboyant em Goiânia:

E eu consegui um emprego através de uma tia minha numa loja de perfumes importados. E eu sempre usava o cabelo escovado e num dia eu fui com meu cabelo natural e coincidiu do dono está lá aquele dia e ele virou para mim e falou “você podia passar um cremezinho no cabelo e dar uma arrumada porque não está muito bom”. Aí eu sentir que aquele cabelo incomodava. E num outro momento numa entrevista de emprego num shopping também. O gerente fez uma entrevista comigo, tinha olhado meu currículo e tinha gostado e nisso eu não usava mais o cabelo escovado, mas natural. Ele tinha me dado certeza que eu iria ficar com aquele cargo numa loja de sapatos. Me perguntou se eu sabia mexer em maquineta de cartão de crédito, todo aquele esquema e eu afirmei que sim, pois já tinha trabalhado em loja. Ele deu a entender que eu iria ficar com o cargo e no final da entrevista ele pediu que eu desse um jeito no meu cabelo, uma melhorada. Eu entendi que o meu cabelo não é bom para estar ali, atendendo o público naquele shopping. (Entrevistada F)

Para Gomes, “é no corpo que se dão as sensações, as pressões, os julgamentos. Esses não acontecem de forma independente, mas estão intimamente entrelaçados, constituindo uma estrutura, uma unidade que tem uma ordem – a sua forma de corpo” (2006, p. 261). Segundo a autora, o cabelo é um dos elementos mais visíveis e destacados do corpo. E a maneira como o indivíduo pensa o cabelo e expressa seu sentimento em relação a ele, pode significar muito como essas pessoas reconhecem-se negras ou não. A autora afirma que o entendimento da simbologia e a forma de manipulação de diferentes partes do corpo negro (entre elas o cabelo) pode ser um caminho para compreender a identidade negra na sociedade brasileira (GOMES, 2006). A inferiorização ou a vulgarização do corpo negro pode significar uma barreira para o reconhecimento racial.

Nos trajetos quotidianos dos(as) entrevistados(as), percebem-se espaços na cidade que rejeitam seus corpos e são locais de discriminação racial mais ou menos explícitos e outros onde eles parecem pertencer, os “lugares negros” (Ratts, 2011). Portanto, a raça/cor influencia a experiência e a compreensão que o indivíduo possui do espaço. Como indica Massey “não é só a economia que determina nossa experiência de espaço e lugar (...) há muito mais coisas determinando nossa vivência do espaço do que o ‘capital’” (MASSEY, 2000, p.179). Os trajetos, deslocamentos e caminhos dos indivíduos são influenciados pelo seu dado corpóreo e os conflitos surgidos nesse processo marcam suas vidas, muitas vezes, determinando os locais onde eles estarão ou não.

Já no espaço privado, a casa, a questão racial, para a maioria dos(as) entrevistados(as) não era discutida, ao contrário, muitas vezes, era negligenciada pela família. Durante a infância de muitos(as) entrevistados(as), a negritude foi negada e havia a preocupação da família em afirmar uma “morenidade”. Muitos desses (as) militantes narraram fatos racistas vivenciados dentro da família, sempre inferiorizando os marcos negros do corpo. Todas essas famílias eram compostas, nos mais diversos graus de parentescos, por pessoas negras e brancas.

Apenas na família da entrevistada L, em que todos eram negros, a negritude não era negada, ao contrário, era lembrada o tempo todo, muitas vezes como um obstáculo maior para a ascensão social, a ser superado e não negado. Como na sua fala:

Isso nunca foi nos negado. E meu pai e minha mãe era um casal de negro, não sei se sorte ou azar, meu tio e minha tia eram um casal de negro, meus avôs e minhas avós, todas, porque meu avô teve cinco esposas e todas eram negras. Nós tínhamos um círculo familiar de pessoas que tinham um comportamento de negros, sem aquela necessidade de esconder isso. Das tranças de cabelo que minha mãe fazia, nos assuntos que nós conversávamos, no modo de vida que minha vó tinha e que minha mãe herdou a coisa comunitária, do coletivo. Mas logicamente que tinham muitas coisas que viam da sociedade (...). Então nós tínhamos a compreensão de quem nós éramos, nós sabíamos o espelho, não tínhamos dificuldade em entender isso. Mas tinha o sofrimento da não aceitação dos outros, tinha o conflito lá fora. Não tínhamos dificuldade em entender o nosso pertencimento, porque meu pai falava muito nisso, por outro viés. Ele se preocupava e dizia que não iria ser fácil para nós. Por que um pai fala isso para uma filha? Ele sempre falava que a gente sempre teria que ser o melhor. E eu não entendia, eu me perguntava, por que nós vamos ter que ser o melhor? Na nossa condição de negros e pobres numa sociedade que é racista vai ser difícil. Ele não dizia assim, mas dava a entender que nós precisávamos naquele momento da escola, do trabalho, quando a gente

fosse disputar qualquer tipo de concursos nós tínhamos que ser os melhores. E eu entendi isso depois. (Entrevistada L)

Muitas mulheres entrevistadas já tinham sua trajetória traçada no imaginário dos seus familiares: trabalhar cedo como empregada doméstica, casar, ser mãe e dona de casa.

Como conta a entrevistada:

E aos quatorze eu já fui trabalhar mesmo, que é a trajetória das minhas irmãs, elas começavam aos doze, treze anos iam para as casas das senhoras e moravam lá e só saíam depois, voltavam para casa aos domingos, porque elas trabalhavam aos sábados e depois saíam para casar. Quando eu, com quatorze anos, fui para essa mesma trajetória das minhas irmãs e vivenciei aquela coisa que é tipo escravidão mesmo. Você levanta cinco e meia da manhã, para a arrumar o café e você dorme lá no quatinho sozinha. (Entrevistada I)

O espaço privado para a mulher negra é marcado pela inferioridade gerada tanto pela cor da pele (ou raça) como pelo gênero. A sobrecarga dessas mulheres é grande e a elas são reservados os lugares da casa como: a cozinha, o fogão, o tanque. Muitos(as) entrevistados(as) foram criados apenas pela mãe que sustentou a casa como lavadeira e empregada doméstica, e que sofreu o estigma de sua inferioridade causado pela cor.

Para todos(as) os(as) entrevistados(as), a questão racial foi profundamente pensada e discutida somente depois da entrada no movimento negro. Ocorreu uma profunda mudança nas formas de agir e ocupar os espaços da cidade a partir de um treinamento do olhar sobre as questões raciais. Onde ocorria o silêncio ou conflito, agora se propõe o diálogo com argumentação.

O trabalho dos(as) militantes no movimento negro parte da valorização do corpo e da cultura negra. Um trabalho de desconstrução de hierarquias e construção de novas subjetividades. Os(as) militantes utilizam a corporeidade como instrumento inverso da relação de poder, a partir da valorização e orgulho de seu corpo.

Muitos espaços da cidade são ocupados diariamente por aqueles que militam no movimento negro. Não só no sentido de estar sempre presente, mas ocupar no sentido de construir novas interpretações simbólicas dos atores no espaço. A militante L conta como ocorre a sua ocupação nos espaços:

Eu fui forçando muito a minha entrada em vários espaços. (...) Eu tinha problemas com os pais dos alunos, que eles sonhavam para os filhos deles que estavam entrando na escola, na alfabetização, um outro tipo de professora. (...) o que tinha que ser avaliada era a minha competência, mas eles tinham que me enxergar enquanto negra. Arrombar as portas

dessas famílias, para que elas pudessem reconhecer que uma mulher, jovem, negra tinha a capacidade de alfabetizar seus filhos. (...) Agora tem espaços que nos rejeitam, mas eles não oficializam isso. Eu sei que às vezes tem constrangimentos, nós tínhamos dificuldade em frequentar alguns tipos de espaços onde as pessoas achavam que era um espaço branco, por exemplo, locais mais centralizados, de residência de amigos que moravam em prédios (...). Por exemplo, eu me lembro disso como se fosse hoje, o Flamboyant inaugurou e nós fomos visitar o shopping, uma turma de negros amigos, como qualquer outra turma, nós fomos do início ao final da nossa visita completamente monitorados, o tempo todo eles sabiam onde nós estávamos. E isso nós até fizemos um exercício, já éramos militantes e a gente dizia “não se preocupe, nós não estamos aqui para assaltar”. E eles diziam: “não, não é isso”. Mas a gente ouvia eles nos monitorando o tempo todo. Então você sente esses espaços te rejeitando, mas você não pode deixar de ocupar esses espaços. (...) Eu estive em espaços que me expulsavam e eu tinha que resistir. (...) E esses espaços são espaços de rejeição e eu vou fazer o quê? Ir embora? Não. Vou pra casa chorar? Não. Eu tenho que me posicionar em todos os lugares. (Entrevistada L)

Depois de participar do movimento, a militante F narra que o seu constrangimento em certos locais é trabalhado diariamente e a sua presença e postura nos espaços se transformaram:

Em alguns lugares me sinto meio constrangida, por conta da postura das pessoas com relação a minha presença. Porque às vezes as pessoas te olham e te mapeiam, olham o cabelo, fazem toda uma leitura. Dependendo de algumas lojas, é mais recorrente, dependendo do estabelecimento, tipo um bar e restaurante, isso acontece. Existe uma diferenciação. Mas eu acho que tenho que ir mesmo nesses lugares para ocupar esses espaços, não posso ficar constrangida. . (Entrevistada F)

Mas a ocupação dos(as) militantes vai além, se materializando no plano político. Políticas públicas são criadas no intuito de estabelecer a presença do corpo negro em certos espaços da sociedade. Portanto, a luta social, a luta do movimento negro é uma luta pelo espaço.

Quando o(a) militante ocupa, conforme o mencionado, os “espaços” da cidade, ele(a) participa da construção de novas espacialidades. O próximo item discutirá a materialização no espaço urbano das ações do movimento negro a partir dos sujeitos que reinventam a metrópole goianiense.

3.2.2. Militância e trajetória socioespacial: construção e fortalecimento de territorialidades negras na cidade

Os(as) militantes reúnem-se para refletir as questões raciais e discutir propostas de ações na cidade. Eles elaboram projetos principalmente ligados à corporeidade, no intuito de trabalhar a auto-estima das mulheres e homens negros(as). A entrevistada A refere-se à importância do primeiro passo do trabalho da entidade com os(as) militantes, que se constitui no trabalho com a auto-estima e conscientização sobre a questão racial:

Nós da Organização Z, trabalhamos a questão da formação, com a juventude, com as mulheres, da reflexão, da mulher negra, da sociedade, da questão cultural. Eu acho que o grande desafio do movimento em si e das organizações é essa, é trabalhar a comunidade, fazer a mulher negra se conscientizar do papel dela enquanto o que é de direito dela, o que ela sofre. Eu vim identificar e entender o racismo que eu sofri na minha infância só hoje, depois de participar do movimento. (Entrevistada A)

A discussão estende-se a muitas redes temáticas como da educação, da cultura e do trabalho, como na fala do militante:

No ano 2000 também eu passei a incorporar na área empresarial a Organização Y, do qual trouxemos pra cá uma discussão sobre a importância da inclusão pelos negócios. Uma visão diferente. Porque até então, o debate que se dava era a visão de que o preconceito ele se integra na cidade, a necessidade da vítima, dela poder se defender contra o racismo e a forma de ser feita era através da denuncia contra o racismo. E esse segmento empresarial ele traz outra visão de que o racismo de fato ele está na sociedade, numa economia que é capitalista, numa economia que é fundada, que a sua fundação tem ciclos básicos e está na relação do comércio. (Entrevistado B)

Mas a ação dos(as) militantes vai além, projetando-se também no seu dia a dia e nas suas trajetórias espaciais na cidade. A questão racial é pensada e discutida o tempo todo na vida dos(as) militantes, no trabalho, na escola, na universidade, no lazer, nos encontros religiosos, nos trajetos. Como na fala da professora do maternal:

Meu trabalho é assim, trabalhando a questão da auto-estima e valorizando as diferenças de forma positiva com as crianças. Quando a gente vai brincar, a gente põe uma criança negra na situação, como afirmação, como a princesa, como o príncipe. Pois muitas vezes o professor faz isso inconscientemente, vai fazer um faz de conta, automaticamente ele é levado a pegar a criança loirinha. Ah! Um anjinho... Lógico que ele vai buscar a criança de olhinho claro... É isso que está materializado desde quando foi instituído o racismo. A forma

como ele foi construído. Então, o meu propósito de vida atual é trabalhar assim. Tem a lei 10.639, o município não dá formação, muitas vezes o professor não é suscetível a buscar, mas eu busco. (Entrevistada A)

Para muitos entrevistados(as), a entrada no movimento negro representou uma nova percepção da cidade, muitos começaram a freqüentar lugares religiosos, culturais, políticos até então não descobertos por eles. Percebe-se uma mudança no deslocamento dentro da cidade. O entrevistado J diz que a sua participação na entidade do movimento negro foi essencial para o acesso a certos “espaços” na cidade:

E a Organização X me deu acesso, dentro desse contexto da universidade, também a locais diferentes do que eu ia antigamente. De determinadas festas, que o próprio pessoal da Organização X e do movimento negro organizava, de atividades políticas, não só nas universidades e nas sedes das entidades, mas também nas sedes do governo. Nós pudemos acessar a esses lugares que eu nunca imaginava, pense numa pessoa da periferia, acha que nem pode entrar, imagina! Você passa pelo Palácio das Esmeraldas e acha que nem pode entrar ali. (Entrevistado J)

Há a redescoberta das religiões de matrizes africanas, de locais de lazer onde ocorrem as expressões artísticas e/ou religiosas de cunho racial, como a capoeira, o hip-hop, as congadas, o samba de roda, o pagode, o candomblé e a umbanda. Algumas entidades políticas do movimento negro incorporam nas suas ações, oficinas culturais de caráter “afro” para envolver as crianças, os adolescentes e os jovens na discussão da questão racial e para a valorização da negritude. Como é mostrado na foto da entrada da sede do CENEG-GO, o mural de atividades realizadas pela entidade (ilustração 1). A militante G narra a mudança ocorrida na auto-estima de seu sobrinho depois de colocá-lo para participar das atividades culturais de cunho racial:

Minha irmã pagava colégio particular pro meu sobrinho achando que ele não seria discriminado e assim mesmo os meninos da escola puseram o apelido dele de Buiu e ele não aceitava de jeito nenhum e chegava todo dia chorando em casa e não queria estudar. Minha irmã vivia chorando no meu colo. Aí eu falei pra ela trazer os meninos e onde eu fosse pra evento eu iria carregar eles. Já o meu outro sobrinho num teve problema, porque o pai dele era branco e ele teve a audácia de sair branco. Eu pedi pra minha irmã botar eles na capoeira. E sempre levava eles, punha a calça branca neles e levava pros eventos e lá jogavam capoeira. Brincava, iam às celebrações pra jogar capoeira. Aí acabou o problema da negritude dele, assumiu ser negão. Hoje anda de cabelo trançado, gosta de um pagode, vive em roda de pagode, gosta de cantar e tocar pagode. Então todos vieram junto comigo, não só eles, mas todas as pessoas de onde eu trabalhei. (Entrevistada G)

Ilustração 1: Sede da CENEG-GO - Setor Central - Goiânia – 2011



Fonte: Pesquisa da autora.

A entrevistada F conta que ao entrar no movimento negro, além da nova percepção sobre a questão racial, mas também o convívio com outros(as) militantes a levou a freqüentar novos lugares na cidade:

Eu comecei a ir num terreiro de candomblé, que fica na região sul de Goiânia, no setor Pedro. E depois de um tempo, eu também comecei a freqüentar a capoeira. Isso tudo por conta da vivência com as pessoas que estavam militando no movimento negro. (Entrevistada F)

A entrevistada C conta que a participação no movimento representou uma nova relação de lazer na cidade. Mas também houve uma mudança da sua percepção sobre as religiões africanas.

Os lugares mais diferentes e aos meninos que são africanos eu não tinha acesso. Que eu tive acesso através do Movimento. Aí eu comecei a ir, nas festas e nos eventos deles, que bom que tem muitos meninos, que eu sempre via, mas não tinha acesso. Eu vou lá no samba e nas festinhas de rap. E na verdade depois que eu passei a ter conhecimento, é assim, a

pessoa é umbandista ou candomblecista e aí ela morre de medo de falar porque ela acha que você é evangélica ou católica. E aí num breve momento de conversa você percebe assim que: “ah! Eu conheço o terreiro tal e coisas assim” e aí você mostra que não é aquilo que... E aí ela não agüenta... Ela tem que falar “ah! Eu sou isso, eu sou aquilo”. E eu descobri que tem muitos, mais muitos dos meus amigos que moram aqui no Centro, do movimento, alguns meninos que andam de skate, outros que são capoeiristas, que são de religiões de matriz africana. Nisso eu passei a ter um contato maior, mais visitas aos espaços religiosos, agora eu vou estudar umbanda e candomblé. E os meninos do Movimento Negro muitos são também. E aí eles convidam sempre, tem as reuniões, tem as festas que você pode visitar as casas. E eles convidam, tipo comunicam, porque só assim pra você ficar sabendo, porque é muito... as pessoas ficam muito assim, receosas de falar eu sou candomblecista, eu sou umbandista, porque são as mais praticadas aqui. (Entrevistada C)

Em Goiás a intolerância e perseguição aos cultos afros causaram um impacto no número de fiéis destas religiões, desde a década de 1980. O Censo de 2000 apontou Goiás com um número de adeptos das religiões afro abaixo da média nacional que é de 3,4%, já no Estado apenas 0,1% da população se declarou adepta às religiões afro-brasileiras (Umbanda e Candomblé). Isto aconteceu entre outros motivos devido às ações de membros de outras religiões que veem nas religiões afro-brasileiras a personificação do demônio cristão (NOGUEIRA, 2009). Tal visão levou ao “episódio Vaca-Brava”, ocorrido em novembro de 2003, onde membros da igreja evangélica e católica fizeram uma manifestação contra a exposição dos Orixás no Parque Vaca-Brava. Este tipo ação ajuda na manutenção do preconceito existente contra as religiões afro-brasileiras e acaba transformando a maneira como os religiosos relacionam-se com a cidade, resultando no “esconder-se” no espaço urbano ²⁶.

O movimento negro e suas representações governamentais estão entre os responsáveis por políticas de declaração da religião e cor nos censos de 2010, como uma forma dos praticantes de religiões de matrizes africanas enfrentarem esse processo secular de estigmatização de suas práticas religiosas, de forçar a sociedade em geral a refletir sobre a importância do respeito às diferentes práticas religiosas e permite ainda que o Censo 2010 possa trazer uma visibilidade passível de utilização em políticas públicas.

Outros(as) militantes, depois de participar do movimento negro, percebem sua religião afro-brasileira e suas expressões culturais valorizadas. O militante H diz que na

²⁶ Sobre esse assunto ver TEIXEIRA, 2009.

Cidade de Goiás, onde passou a infância, participava de congos e Folias de Reis. Já em Goiânia conheceu novos elementos da cultura afro-brasileira e considera que foi reeducado depois de participar de grupos que discutiam a questão racial:

Na Cidade de Goiás, no interior tem sempre as tradições das atividades relacionadas a cultura afro-brasileira, os Congos por exemplo, os Congos Vila Boense que tem cinquenta anos de tradição. Era uma das atividades principais que nós frequentávamos. E também a Folia de Reis, era uma atividade frequentadíssima na Cidade de Goiás. Na minha infância, essas eram as festas que nós mais frequentávamos: a Festa de Congos, quadrilhas e Folias de Santo Reis. Já em Goiânia, eu conheci outros elementos da cultura afro-brasileira, primeiro a capoeira. Antes do hip-hop eu fui capoeirista no Grupo Cordão de Ouro. Em seguida eu conheci o funk soul, antes de conhecer o hip-hop, eu conheci o funk. Não é o funk tigrão, é o funk soul do Tim Maia. Era dançarino de funk e depois eu conheci o hip-hop. Começamos a dançar o break dance e depois começamos a cantar e hoje nós temos três cds gravados. Na minha adolescência aqui em Goiânia eu ia muito aos bailes Black. Tinha muito contato com a cultura negra, da capoeira, do hip-hop, rap, break, grafite, dj, essa foi a minha reeducação. (Entrevistado H)

O movimento “soul”, depois batizado de Black Rio, se deu no Rio de Janeiro no início dos anos de 1970. A comunidade negra jovem se reuniam em bailes, e alguns desses encontros entre os(as) negros(as) articularam, posteriormente, o movimento negro no Rio de Janeiro. O fenômeno também se estendeu para São Paulo e depois para outras capitais do Brasil, chegando à Goiânia.

Percebe-se uma rede de encontros, nos momentos de lazer, entre os(as) militantes na região metropolitana de Goiânia. Ela é constituída pelas entidades do movimento negro e é responsável por produzir uma nova forma de circular, perceber a cidade pelos sujeitos.

Nas atividades que as ONGs promovem, educativas, sociais de confraternização. É uma rede que existe em Goiânia e em Goiás. Sempre há alguém fazendo alguma coisa, difícil um final de semana que não tenha. E você começa a frequentar e vira uma troca de experiências mútuas. E forma uma rede de amizade muito sadia. Acho que o movimento negro tem ganhado muito com isso. Pois consegue reunir, dialogar, planejar ações coletivas juntas. (Entrevistado H)

Muitos(as) militantes entrevistados(as) em seus dias de lazer visitam as comunidades quilombolas do Estado de Goiás e participam também das Festas de Congadas. A entrevistada G narra que os locais de lazer que frequenta extrapolam a região metropolitana e estende-se às comunidades quilombolas de Goiás

Gosto de ir pra chácaras, pros quilombos, de Minaçu, a Comunidade da Dita, no quilombo Kalunga. Nas festinhas do movimento eu também vou. A gente faz festinha, pagode. Vou nas festas da Congada. (Entrevistada G).

Esta rede de relacionamentos entre os congadeiros, os quilombolas e os(as) militantes do movimento negro político urbano gera uma troca de experiência e contribui para reunir as atuações entre as diferentes entidades e redes temáticas do movimento. Como mostram os casamentos “afro” em comunidades católicas em Goiânia organizados pelos APNs (ilustração 2: casamento de Bárbara e Crisdiney) e a apresentação e participação dos congadeiros no encontro regional dos APNs (ilustrações 3 e 4).

**Ilustração 2 : Casamento Afro na Comunidade Pedro Ludovico Goiânia -
1997**



Fonte: Arquivo dos APNs de Goiânia.

Ilustração 3: Congadeiros no Encontro Estadual dos APNs - 1998

Fonte: Arquivo dos APNs de Goiânia.

Ilustração 4: Congadeiros no Encontro Estadual dos APNs - 1998

Fonte: Arquivo dos APNs de Goiânia.

Nota-se nas falas dos(as) militantes que a entrada nas religiões de matriz africana proporcionada principalmente pela participação no movimento negro, é considerada como um marco e uma passagem na construção de suas subjetividades e identidades. Como se percebe na fala abaixo:

E a Organização X me deu acesso (...) também no campo religioso. Eu lembro quando eu era criança no Guanabara tinha os terreiros, não sei se era de umbanda ou candomblé, inclusive lá perto de casa sempre tinha oferenda. Mas aquilo para minha mãe era horrível. Quando eu era criança fazia até algumas sacanagens, a gente passava e jogava pedra, falava que era coisa do demônio, falava aquilo que as pessoas falavam, porque criança abarca as coisas dos adultos. E eu comecei a freqüentar esses lugares, acho que foi muito importante ter conhecido o candomblé também. Para me conhecer um pouco mais, mas para a minha subjetividade. Eu fui em Salvador, e a casa que eu tive acesso, não a primeira, teve uma influencia grande em mim. Porque eu cheguei e as pessoas, teve toda uma coisa assim, eu nem posso falar, mas foram pessoas que me influenciaram muito. (Entrevistado J)

Na fala do militante B a construção da identidade é mencionada a partir da descoberta, do conhecimento de novos lugares religiosos:

No toque do tambor (*imitando toque de tambor com as mãos*) você começa a criar identidade. Criar uma identidade cultural. Porque até então você não tem essa percepção de mundo, porque você está aculturado, porque você dentro da sociedade, que ela é patriarcal, que tem uma orientação religiosa específica pela colonização do Brasil, do qual a população nasce, desde quando é pequenininho com essa compreensão religiosa, mas a partir do momento que ela vai se conhecendo, que ela vai se entendendo, então vai tendo descobertas e essas descobertas provavelmente vai promover um deslocamento. Do seu mundo, do seu Universo. Então assim eu conheci as religiões de matriz africana também em 1999, 2000. (...) Eu não tenho problema com as demais igrejas, eu vou também, mas hoje eu tenho uma orientação religiosa, que não é o ocidental. Eu penso que não. (Entrevistado B)

A militante C diz construir uma identidade negra a partir das leituras e aprofundamento sobre as relações raciais proporcionadas pelos encontros e conversas com outros(as) militantes do movimento negro:

Às vezes você age em algumas questões, mas falta aquela fundamentação. Você sabe que está sendo discriminado, mas falta fundamentação. E o movimento dava esse respaldo teórico (...) e assim você assumi com mais profundidade a sua identidade. (...) E o movimento ajudou a eu imbuir dessa identidade afrodescendente, e falar “sou negra”. Porque é muito comum as pessoas não terem identidade, e falarem “eu sou filho de branco com negro, com índio, meu pai é português” então, acaba perdendo a identidade. Agora no movimento a gente vai tendo essa possibilidade de estar incorporando mesmo e dizer

que eu sou afrodescendente, eu sou negra. E isso fortalece mesmo a identidade. (...) E isso acaba sendo positivo. (Entrevistada C)

“Nós pudemos acessar a esses lugares que eu nunca imaginava, pense numa pessoa da periferia, acha que nem pode entrar, imagina!” (Entrevistado J), “Porque às vezes as pessoas te olham e te mapeiam, olham o cabelo, fazem toda uma leitura.” (Entrevistada F), “a gente não passa na calçada dela.” (Entrevistada C). Nestas falas percebe-se espaços e locais onde os sujeitos entrevistados não tinham acesso porque não se sentiam pertencer e/ou tinham receio de serem vítimas de preconceito. A questão da classe ligada à questão racial (ou somente a questão racial) foram os principais motivos para que estes sujeitos não estivessem presentes em determinados espaços.

Locais na cidade foram descobertos, ocupados, produzidos e fortalecidos pelos entrevistados a partir da entrada no movimento negro, principalmente locais onde acontecem eventos políticos e manifestações da cultura afro-brasileira, como nas falas a seguir “Os lugares mais diferentes e aos meninos que são africanos eu não tinha acesso. Que eu tive acesso através do Movimento. Aí eu comecei a ir, nas festas e nos eventos deles, que bom que tem muitos meninos, que eu sempre via, mas não tinha acesso”, (Entrevistada C) “e a Organização X me deu acesso (...) também no campo religioso. Eu lembro quando eu era criança no Guanabara tinha os terreiros, não sei se dizer se era de umbanda ou candomblé, inclusive lá perto de casa sempre tinha oferenda.” (Entrevistado J)

A participação no movimento negro transformou também o posicionamento político racial dos militantes diante de certos espaços na cidade, “Eu fui forçando muito a minha entrada em vários espaços. (...) Arrombar as portas dessas famílias, para que elas pudessem reconhecer que uma mulher, jovem, negra tinha a capacidade de alfabetizar seus filhos.” (Entrevistada L).

A participação no movimento negro significa uma reconstrução, baseada na questão racial da identidade de muitos(as) militantes. Lembrando que para autores com Saquet (2010) “a identidade significa unidade na diversidade e organização política, na tentativa de transformação do lugar e de conquista de melhores condições de vida”. Esse autor considera a identidade como unidade processual, relacional e mediação no desenvolvimento do território.

A identidade corresponde a um campo simbólico, à vida em sociedade e envolve reciprocidade. A identidade é constantemente reconstruída coletivamente e historicamente e territorializa-se principalmente através das ações políticas e culturais (SAQUET, 2010). A identidade entendida como processo e reciprocidade/unidade entre identidade coletiva e territorialidade são fundamentais na construção do território. A partir de um “sentimento identitário” (HALL, 1997) os militantes sentem-se plenamente membros do grupo em uma base espacial dotada e lançada numa realidade. Segundo Hall:

Todas as identidades estão localizadas no tempo e no espaço simbólico. Elas têm aquilo que Edward chama de suas “geografias imaginárias; suas “paisagens” características, seu senso de “lugar”, de casa/lar, de heimat, bem como suas localizações no tempo – nas tradições inventadas. (1997, p.76)

Os(as) militantes que constroem o movimento negro são produtores de territorialidades negras e de religiões e culturas de matriz africana na cidade. Novos Territórios são descobertos e produzidos pelos que participam do movimento negro. Como para Mesquita “O território é (...) o mais próximo de nós. É o espaço que tem significação individual e social. Por isso ele se estende até onde vai a territorialidade. Esta é entendida como projeção de nossa identidade sobre o território.” (MESQUITA, 1995, p.83). As novas territorialidades surgem a partir do empoderamento dos(as) militantes.

Para Mesquita:

Criamos territórios (“simbólicos”, “codificados”) de sociabilidade que podem ser fluidos, periódicos, rítmicos nos vários espaços concretos em que transitamos, mas onde nossas raízes, em graus diversos de abertura ou de elo às antenas, continuam tentando expressar-se, para que nos demos conta do que há de transformar. (MESQUITA, 1995, p. 86)

Esses espaços transitados, ou seja, percebidos e produzidos a partir das trajetórias dos sujeitos correspondem não somente os espaços do trabalho, mas também o do lazer, do bairro, dos afetos (mesmo se temporários). A autora diz também que a consciência territorial “abre um leque de possibilidades de transformações em nós e na sociedade por interrupções nos padrões vigentes” (MESQUITA, 1995, p. 85).

Moraes ao discutir acerca da consciência do espaço, afirma que a produção do espaço é um processo teológico, ou seja, ele envolve uma finalidade. Para o autor esse processo:

Trata-se de uma ação dotada de um sentido, atribuído pelo executante. Um movimento que necessariamente se realiza através de sujeitos

individuais e/ou coletivos que, ao agirem, desencadeiam séries causais. (...) Os atores são movidos por necessidades, interesses, desejos e sonhos” (MORAES, 1996, p. 16).

Moraes afirma que a consciência individual do espaço “é um produto social, assim como a própria armação das subjetividades” (1996, p. 17-18). E as formas da consciência estão inseridas no universo social, político, mas também da cultura que é cheio de particularidades.

Dematteis e Governa abrangem uma compreensão múltipla de território dizendo que “os sistemas locais territoriais são formados por redes locais de sujeitos, por um local (*milieu*) territorial e por um conjunto de relações, internas e externas, sendo que o sistema local opera como ator coletivo, nas interações entre redes e o ambiente, natural e cultural, local” (DEMATTEIS e GOVERNA, apud SAQUET, 2010, p.152), o território se torna, portanto, uma rede de conexões entre o local e o global (RULLANI, apud SAQUET, 2010).

A identidade construída coletivamente através da rede de movimento negro pelos sujeitos locais que interagem entre si e com o espaço urbano pode significar uma unidade na diversidade e organização política na tentativa de potencializar as ações para a transformação do lugar e da conquista de melhores condições de vida.

Para Dematteis (apud SAQUET, 2010), existe uma relação complementar entre o local e o global, sem eliminar o território. As condições de cada lugar (valores específicos) são transformadas em valores universais através de organizações territoriais cristalizadas em rede. O autor trabalha com o que ele denomina de “sistema local territorial” (Slot) (DEMATTEIS, apud SAQUET, 2010, p.112), que corresponde a um conjunto dotado de identidade e os sujeitos que o compõe são capazes de produzir comportamentos coletivos. O local é considerado um nó articulado em redes. Esse autor preocupa-se em produzir um conhecimento que tenha utilidade direta com a sociedade. Ele faz parte de uma vertente onde os processos de desenvolvimento local e o território são analisados através de uma perspectiva que concilia as relações território-rede-lugar (Saquet, 2010).

Saquet escreve o conceito de territorialidade definido por Dematteis:

A territorialidade é um fenômeno social, que envolve indivíduos que fazem parte de grupos interagidos entre si, mediados pelo território; mediações que mudam no tempo e no espaço, ao mesmo tempo, a territorialidade não depende somente do *sistema territorial local*, mas também de relações intersubjetivas; existem redes locais de sujeitos que

interligam o local com outros lugares do mundo (...). O agir social é local, territorial e significa territorialidade. (SAQUET, p. 115, 2010, grifos do autor)

Segundo Dematteis a política e os planos de desenvolvimento devem partir de uma geografia que reconheça as relações, geografia da territorialidade, onde as redes de sujeitos (individuais e coletivos) constituem instrumento conceitual e operativo para governar a territorialidade (SAQUET, 2010).

Partindo da concepção de Dematteis, entende-se que para subsidiar as propostas de ações políticas para um desenvolvimento que produza justiça social é preciso elaborar uma abordagem do território e da territorialidade que reconheça como uno a materialidade e a idéia, “a identidade, as relações de poder, as redes sociais e a natureza exterior ao homem” (SAQUET, 2010, p. 155). Essas ações e propostas devem “significar iniciativas de construção de identidades e territorialidades com a participação de diferentes sujeitos” (SAQUET, 2010, p. 155). O movimento negro é construtor de sujeitos coletivos, que produzem identidades e territorialidades na cidade, cujo papel é essencial para a formação mais justa do espaço urbano.

Os sujeitos que participam do movimento constroem suas identidades a partir do seu corpo negro, o que remete a expressões culturais, religiosas e políticas de cunho racial. E a atuação do movimento negro na região metropolitana de Goiânia materializa-se no espaço urbano através das trajetórias no bairro, no trabalho, na escola, na universidade, nos locais de lazer, nos locais de militância dos(as) militantes, que se territorializam.

Essa complexidade e diversidade de lugares criados pelos(as) militantes desse movimento remete a compreensão da cidade a partir de um recorte racial e no sentido de construção de territorialidades negras e de matriz africana na cidade. Novos/velhos territórios na cidade são descobertos, fortalecidos e produzidos pelos que participam do movimento negro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Geografia, o estudo sobre Movimento Negro é novo, por isso construímos os caminhos da pesquisa e fomos acometidos por problemas e erros. Buscamos em outras ciências, abordagens sobre a questão ético-racial e a categoria rede, como forma de organização e espacialização do movimento. Mas consideramos este trabalho apenas parte de um processo que se inicia na Geografia.

Sujeitos com diferentes realidades estão ocupando espaços nas universidades, assim como aqueles, fora da academia, que reivindicam seu lugar no mundo, estão produzindo “vozes” na sociedade. Sujeitos negros, quilombolas, índios etc trazem e trarão novas abordagens e questionamentos para as pesquisas realizadas pelos geógrafos. Estamos passando por um processo de transformação da academia que se estende para uma mudança epistemológica da ciência. Como resultado desse processo, cresce a importância da interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e multidisciplinaridade. O limite entre os saberes torna-se cada vez mais tênue, assim como as distinções dicotômicas do saber.

É importante elaborar uma abordagem acerca de território e territorialidade, que reconheça os movimentos materiais e imateriais que constroem o espaço como uno e múltiplo, no intuito de subsidiar ações e propostas de grupos (como o movimento negro) que possam significar iniciativas de construção de identidades e territorialidades que caminhem em direção do desenvolvimento da justiça social. Para isso, segundo Saquet, precisa-se de “uma concepção mais completa possível, do território, da territorialidade e de seus componentes, como a identidade, as relações de poder, as redes sociais e a natureza exterior do homem” (2010, p. 155).

Apesar de muitos esforços dos geógrafos em construir uma abordagem geográfica sobre o movimento social, admitimos que estudar o movimento negro a partir da categoria território, remete-nos também a trabalhar com outras que nem sempre são estudadas de maneira aprofundada na Geografia, mas que consideramos indispensáveis para a análise sobre o assunto, como a trajetória socioespacial, a territorialidade, o corpo, a cultura e a identidade. Por vezes, nesta dissertação, não estudamos a fundo algumas

destas categorias, mas concluímos que o estudo sobre o movimento negro perpassa conseqüentemente por uma discussão (mesmo que não profunda) sobre elas.

A metodologia da dissertação partiu da “voz” do militante, toda a discussão do trabalho foram questões surgidas durante as entrevistas. A trajetória socioespacial dos militantes na região metropolitana de Goiânia foi o condutor das análises. Como para Ratts, a “trajetória de um indivíduo entre locais de residência, trabalho e outros, não é um mero deslocamento geométrico. Consiste no trânsito por entre espaços sociais diferenciados e distintos” (2004, p.12), sendo eles a casa, o local de lazer, o bairro e o trabalho.

A trajetória histórica espacial do local de moradia dos militantes trouxe à tona uma dimensão da segregação pouco estudada pela Geografia. Além do estigma da classe social, do local de moradia, a questão racial também foi referida pelos militantes negros. A cor da maioria dos moradores das áreas segregadas e das áreas não segregadas da metrópole goianiense parece possuir um padrão ou uma tendência. Goiânia, cidade moderna e planejada, onde se leva a crer ser impossível falar de diferenciações raciais, assemelha-se ao padrão morfológico de distribuição da população de cor e a relação com a segregação socioespacial vista nas cidades brasileiras, surgidas no período colonial (como Rio de Janeiro e São Paulo). A migração da população negra para áreas segregadas da metrópole planejada correspondeu a uma continuidade da periferização da população negra no Brasil.

O Movimento Negro surgiu em Goiânia na década de 1970, como em várias cidades brasileiras, para denunciar a permanência do negro às margens do desenvolvimento econômico e social do Brasil e a continuidade da cidadania mutilada da população, causada pelo racismo e pela segregação socioespacial. A denúncia do mito da democracia racial e a afirmação do caráter multicultural, multiétnico e multirracial da população brasileira puseram em xeque mate o modelo étnico-racial e étnico-cultural baseados na ideologia da mestiçagem vigente até o momento.

A organização e espacialização do Movimento Negro em rede correspondem a uma forma de interação entre as ações locais, regionais, nacional e internacional para a construção de propostas e mudanças na sociedade. O Movimento Negro é produzido a partir da relação dialética das diversas escalas de suas atuações. As ações locais são essenciais para a construção de identidades e territorialidades negras nas cidades.

Na metrópole goianiense, através das trajetórias socioespaciais no bairro, em casa, no trabalho e nos locais de lazer e militância, os militantes espacializam e territorializam suas ações e produzem o espaço urbano. A construção de identidades negras, através da valorização política e social do corpo negro e da cultura negra, faz o sujeito empoderar-se. Surge para os militantes a preocupação em espacializar as lutas nos âmbitos político e social, mas também em ocupar certos lugares na cidade. A partir das sedes das entidades do movimento, de áreas públicas como praças e escolas onde ocorrem as manifestações político-culturais de cunho racial e em alguns terreiros religiosos, as ações dos militantes materializam-se, produzindo territórios (i)materiais no espaço urbano.

Os militantes buscam a construção de uma cidadania e de territórios que o racismo e a segregação socioespacial histórica do povo negro proibiram-lhes de obter. Cabe então aos Geógrafos compreender as lutas dos diversos sujeitos organizados em movimentos sociais na cidade, na floresta e no campo, para entender e contribuir com as mudanças dos paradigmas da ciência e da sociedade. Há muito para ser estudado, espera-se que esta pesquisa possa ajudar na produção dos próximos trabalhos acerca do tema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de e FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

AMARAL, Vivianne. **Redes: uma nova forma de atuar**. 2005. Disponível em: <http://www.lead.org.br/filemanager/download/288/Redes-uma_nova_forma_de_atuar.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2011.

ANJOS, Rafael Sanzio A. dos. Territórios étnicos: o espaço dos quilombos. In SANTOS, Renato Emerso (org). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais**. O Negro na Geografia do Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p.115-136.

BAIOCCHI, Mari de N. **Negros de Cedro: estudo antropológico de um bairro rural de negros em Goiás**. São Paulo: Ática; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.

BARNES, J. A. Redes sociais e processos políticos. In: B. FELDMAN-BIANCO (org). **Antropologia nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987.

BECKER, Bertha K., A geografia e o resgate da geopolítica, **Revista Brasileira de Geografia**, IBGE, Rio de Janeiro, N° especial, 50, t. 2, 1988, p.99-126.

_____. Fragmentação do espaço e formação de regiões na Amazônia- um poder territorial? **Revista Brasileira de Geografia**, IBGE, Rio de Janeiro, 52 (4), 1990, p.117-126.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de M. (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV. 1996, p.183-191.

CAMPOS, Andreilino. **Do quilombo à favela – A produção do ‘espaço criminalizado’ no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2007.

CARDOSO, Marcos. **Movimento negro em Belo Horizonte (1978-1998)**. Belo Horizonte: Mazza edições, 2002.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Diferenciação socioespacial. In **Cidades**. Vol 4 N. 6, janeiro, Presidente Prudente, São Paulo, 2007, p. 45-60.

CASTELLS, Manuel. **La cuetión urbana**. 4. ed. México: Siglo Veintiuno, 1977

_____. **A sociedade em rede; a era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAVALCANTI, Lana de S. Cidade e vida urbana: a dinâmica do/no espaço intra-urbano e a formação para a participação em sua gestão. In PAULA, F.M. de A.; CAVALCANTI, L de S. (orgs). **A cidade e seus lugares**. Goiânia: Vieira, 2007, p.10-28.

CHAUL, Nagib N. F. . **A Construção de Goiânia e a Transferência da Capital**. 2. ed. Goiânia: CEGRAF, 1999. v. 1000.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal. **Entre o corpo e a teoria: a questão étnico-racial na obra e trajetória socioespacial de Milton Santos**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Estudo Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

COELHO, Nuno e SOUZA, João Pio de. **Caminho dos Agentes de Pastoral Negros do Brasil: Para além da história**. Coordenadoria dos Assuntos da População Negra – CONE e Prefeitura de São Paulo. São Paulo, 2010.

CORRÊA, R. L. **Trajelórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

COSTA, Jurandir Freire da. **Violência e Psicanálise**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

COSTA, L.; MARTINHO, C.; FECURI, J. (Orgs). **Redes: uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização**. Brasília/DF: WWF- Brasil, 2003.

COSTA, Sergio. A Construção Sociológica da Raça no Brasil. Estudos Afro-Asiáticos. **Estudos Afro-asiáticos**. Vol.24, no.1, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2002000100003> Acesso em julho de 2010.

_____. Redes sociais e integração transnacional: problemas conceituais e um estudo de caso. **Revista Política e Sociedade**. Nº 2, abril de 2003. Disponível em: <http://www.journal.ufsc.br/index.php/politica/article/viewFile/4957/4316>. Acessado em 7 de agosto de 2010.

CUNHA, M. C. **Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DALTON, Russel e KUECHLER, M. (orgs.). Challenging the Political Order: **New Social and Political Movements in Western Democracies**. 1990, Oxford: Polity Press).

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DIAS, L. C. Redes: emergência e organização. In I. E. de Castro (org). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.

DOMINGUES, Petrônio. **A insurgência de ébano. A história da Frente Negra Brasileira (1931-1937)**. Tese de Doutorado: FFLCH-USP, São Paulo, 2005.

_____. Os descendentes de africanos vão à luta em terra brasilis. *Frente Negra Brasileira (1931-37) e Teatro Experimental do Negro (1944-68)*. **Projeto História**, São Paulo, n. 33, dez. 2006, p. 131-158.

_____. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **TEMPO [online]**. Vol. 12, n.23, 2007, p. 100-122.

_____. Movimento negro brasileiro: história, tendências e dilemas contemporâneos. **Programa de Pós-Graduação em História – UFES. DIMENSÕES**. Vol. 21, 2008, p. 101-124.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. In **REVISTA NERA – ANO 8, N. 6 – JANEIRO/JUNHO DE 2005**. Disponível em <<http://www4.fct.unesp.br/grupos/nera/revistas/06/Fernandes.pdf>>. Acesso em 5 de janeiro de 2011.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes (No Limiar de Uma Nova Era)**. Vol. 2. São Paulo, Editora Ática, 1978.

FREMONT, Armand. **La région, espace vécu**. Paris, 1976.

GARCIA, Allysson Fernandes. **Lutas por reconhecimento e ampliação da esfera pública negra: cultura hip-hop em Goiânia – 1983-2006**. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

GARCIA, Antônia dos Santos. **Desigualdades raciais e segregação urbana em antigos capitais: Salvador, Cidade D'Oxum e Rio de Janeiro, Cidade de Ogum**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

GOIÂNIA. Câmara Municipal de Goiânia. **Lei Municipal nº. 4.526** de 31 de dezembro de 1971.

GOIÁS. Câmara Estadual de Goiás. **Lei Complementar nº. 027** de 31 de dezembro de 1999.

GOIÁS. Câmara Estadual de Goiás. **Lei Complementar nº. 078** de 25 de março de 2010.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Civas no Brasil contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GONZALEZ, Lélia O movimento negro na última década. In: GONZALEZ, Lélia & HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. Cor, Classes e Status nos estudos de Pierson, Azevedo e Harris na Bahia 1940-1960. In MAIO, Marcos C. ; SANTO Ricardo V. **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro, Editora FIOCRUZ/CCBB, 1996, p. 143-158.

_____ & HUNTLEY, Lynn. **Tirando a máscara (orgs). Ensaios sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HAESBAERT R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro, 2004: Bertrand Brasil.

HALL, Stuart. **Identidades culturais na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editores, 1997.

HANCHARD, Michael George. **Orfeu e o poder: movimento negro no Rio De Janeiro e São Paulo (1945-1988)**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001

HASENBALG, Carlos e SILVA, Nelson do Valle. **Estrutura Social Mobilidade e Raça**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **O quesito côr no censo de 1970**. Ação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Rio de Janeiro, 1970. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/visualiza_colecao_digital.php?titulo=O quesito côr no censo de 1970&link=Quesito_Cor_Censo1970#](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/visualiza_colecao_digital.php?titulo=O%20quesito%20c%C3%B4r%20no%20censo%20de%201970&link=Quesito_Cor_Censo1970#)>. Acesso em 20/05/2011.

LEFEBVRE, Henri. **La revolución urbana**. Madrid: Alianza, 1983.

_____. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

_____. **The Production of Space**. Cambridge: Blackwell Publishers, 2000.

MAIA, Carlos Eduardo S. **Enlaces Geográficos de um Mundo Festivo – Pirenópolis: a tradição cavaleiresca e sua rede organizacional**. Tese de Doutorado. PPGG/UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.

MANCIE, Euclides A. A Revolução das Redes como Estratégia de Libertação Popular. **CEPAT** - Informa, Ano 5, N. 51, junho de 1999

MARTINS, Jean-Yves. A Geograficidade dos Movimentos Sociais. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente (SP), nº19/20, nov. 1997.

MASSEY, Doreen B. **Um sentido global do lugar**. In: ARANTES, Antônio (Org). O espaço da diferença. Campinas: Papirus, 2000. P. 176-185.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua nova**. São Paulo: CEDEC, n. 17, jun. 1989.

MESQUITA, Zilá. Do território à consciência territorial. In MESQUITA, Zilá, BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org). **Territórios do cotidiano, uma introdução a novos olhares e experiências**. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul/UNISC, 1995.

MOORE, Carlos. **Racismo e Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias Geográficas. Espaço, Cultura e Política no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

MOURA, Clóvis. **Brasil: as raízes do protesto negro**. São Paulo: Global, 1983.

MOYSÉS, Aristides. Goiânia: metrópole não planejada. Goiânia: Ed. Da UCG, 2004.

_____ e BERNARDES, Genilda D'Árc. Segregação Urbana e Desigualdade Social em Goiânia: Estado, Mercado Imobiliário e Dinâmica Socioespacial. In MOYSÉS, Aristides. **Cidade, Segregação Urbana e Planejamento**. Goiânia: Ed da UFG, 2005.

NASCIMENTO, Abdias. Trecho do depoimento de Abdias Nascimento, publicado no livro *Memórias do Exílio* (Lisboa: Arcádia, 1976). Disponível em: <http://www.abdias.com.br/movimento_negro/frente.htm>. Acesso em: 20 ago. 2010.

ORTIZ, Renato. **Um outro território: ensaios sobre a mundialização**. São Paulo: Olho d'Água, 1999.

OSÓRIO, Rafael G. O sistema classificatório de cor ou raça do IBGE. Brasília. Texto para discussão Ipea, 2003.

PALACIN, Luiz; MORAES, Maria Augusta de S. **História de Goiás**. 7ª edição. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2008.

PIERSON, Donald. **Branços e Pretos na Bahia (Estudo de contacto racial)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Geo-grafias: movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad**. México: Siglo Veintiuno, 2001.

_____. A Geograficidade do Social: uma contribuição para o debate metodológico para os estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina. Trabalho apresentado no **Seminário Internacional "Conflito social, militarización e democracia em América Latina – nuevos problemas y desafios para los estudios sobre conflicto y paz em la región."** Buenos Aires: Clacso, 2002.

_____. Violência e democracia no campo brasileiro: o que dizem os dados de 2003. In **Caderno Conflito no Campo – Brasil 2003**. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2004.

_____. Geografia da violência contra a pessoa no campo brasileiro: agronegócio grilagem e devastação. In **Caderno Conflito no Campo – Brasil 2004**. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2005.

_____. A Geograficidade do Social: uma contribuição para o debate metodológico para os estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas – MS**, V 1 – n.º 3 – ano 3, maio de 2006. Disponível em: <<http://www.cptl.ufms.br/revista-geo/carloswalter.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2010.

_____. A Geografia do sistema mundo moderno-colonial numa perspectiva subalterna. In SANTOS, Renato Emerso N. dos (org). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais. O Negro na Geografia do Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

QUIJANO, Aníbal. “¡Qué tal raza!” em **Familia y cambio social**. Lima: CECOSAM, 1999.

_____. O que é essa tal de raça? In SANTOS, Renato Emerso (org). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais. O Negro na Geografia do Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, Maria Bernardete. Perfectíveis corpos – corpo e nação: territorialidades imponderáveis. In: **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC, São Paulo**, n. 25, Dez 2002.

RATTS, Alecsandro J. P. A geografia entre as aldeias e os quilombos: territórios etnicamente diferenciados In: ALMEIDA, Maria Geralda de e RATTS Alecsandro J. P. (Orgs.). **Geografia: Leituras Culturais**. Goiânia, 2003, v. 1, p. 29-48.

RATTS, Alex. **Trajetórias intelectuais e territorialidade negra**. Projeto de Pesquisa. Goiânia, IESA/UFG, 2004 (digitado).

_____. **Traços étnicos: Espacialidades e Culturas Negras e Indígenas**. Fortaleza: Museu do Ceará: Secult, 2009a.

_____. Encruzilhadas por todo percurso: individualidade e coletividade no movimento negro de base acadêmica. PEREIRA, Amauri Mendes; SILVA, Joselina da. **O movimento negro brasileiro**. Belo Horizonte: Nandyala, 2009b.

_____. Geografia, relações étnico-raciais e educação: a dimensão espacial das políticas de ações afirmativas no ensino. In: Crise, Práxis e Autonomia, Espaços de resistência e de Esperança. **Terra Livre – Ano 26. Volume 1. Número 34 (1)**, 2010.

Goiânia: Instituto de Estudos Sócio Ambientais da UFG, 2010. Trabalho apresentado na mesa redonda “Políticas Públicas Afirmativas no Ensino da Geografia” do **XVI Encontro Nacional de Geógrafos**, Porto Alegre, 2010.

_____. Os lugares da gente negra: raça, gênero e espaço no pensamento de Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez. Comunicação oral apresentada no GT Intersecções entre raça, etnicidade e gênero: africanos(as) e afro-brasileiros(as), conexões diferenciadas e/ou desiguais no **XI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**. Salvador: UFBA, 2011 (digitado).

_____ e RIOS, Flávia. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

RODRIGUES, Ana Paula Costa; RATTI, Alessandro J.P. **Cultura, População Negra e Espaço Público em Goiás: a Congada de Catalão**. 2007. Disponível em <<http://www.geografia.ufpr.br/neer/NEER-2/TrabalhosNEER/Ordemalfabetica/Microsoft%20Word%20-%20AnaPaulaCostaRodrigues.ED1IV.pdf>> Acesso em: 18 de mai. 2011.

ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. In SANTOS, Renato Emerso (org). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais. O Negro na Geografia do Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p.75-90.

_____. **Como produzir moradia bem localizada com recursos do programa minha casa minha vida?** Brasília: Ministério das Cidades, 2010.

SANTOS, Boaventura de S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1999.

SANTOS, Joel Rufino dos. Movimento negro e crise brasileira. In: SANTOS, Joel Rufino dos, BARBOSA, Wilson do Nascimento. **Atrás do muro da noite; dinâmica das culturas afro-brasileiras**. Brasília: Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, 1994.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996.

_____. Cidadanias mutiladas. In: LERNER, Julio (Ed.). **O preconceito**. São Paulo: IMESP, 1996/1997, p.133-144.

_____. **Técnica Espaço Tempo – Globalização e Meio Técnico- Científico- Informacional**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

SANTOS, Paulo Roberto dos. **Instituições afro-brasileiras (A prática de uma contemporaneidade)**. Centro de Estudos Afro-Asiáticos. Rio de Janeiro, 1984.

SANTOS, Regina Bega. **Movimentos Sociais Urbanos**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

SANTOS, Renato Emerson. O ensino de Geografia do Brasil e as relações raciais: reflexões a partir da Lei 10.639. In SANTOS, Renato Emerso (org). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais. O Negro na Geografia do Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 21-40.

SAQUET, Marcos Aurélio e GAGLIOTTO Ana Rúbia. Abordagens das dimensões sociais do território. In ALMEIDA, Maria Geralda e CRUZ Beatriz Nates (Orgs). **Território e Cultura: inclusão e exclusão nas dinâmicas socioespaciais**. Goiânia: Universidade Federal de Goiás/FUNAPE; Monizales: Universidad de Caldas, 2009, p.42-54.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de territórios**. 2ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes sociais: Trajetórias e Fronteiras. In DIAS, Leila Christina e SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. (org). **Redes, Sociedades e Territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. In **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

SILVA, Joselina da. A União dos Homens de Cor: aspectos do movimento negro dos anos 40 e 50. **Estudos Afro-Asiáticos**, ano 25, n. 2, Rio de Janeiro, 2003, p.215-236.

SILVA, Maria Auxiliadora Gonçalves da. **Encontros e desencontros de um movimento negro**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 1994.

SILVA, Maria Nilza da. **Nem para todos é a cidade: segregação urbana e racial em São Paulo**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

SILVA, Martiniano J. da. **Sombra dos quilombos**. Goiânia: Ed. Barão de Itararé/Ed. Cultura Goiana, 1974.

SODRÉ, Muniz. **O Terreiro e a Cidade. A forma social negro-brasileira**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1988.

SOUZA, Lorena F. de. **Corpos negros femininos em movimento: trajetória socioespaciais de professoras negras em escolas públicas**. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Estudo Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In CORRÊA, Roberto Lobato, GOMES, Paulo César da Costa e CASTRO Iná Elias de. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. **Mudar a cidade**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2002.

SPOSITO, Maria Encarnação B. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 2007.

TEIXEIRA, José Paulo. **Paisagem e territórios religiosos afro-brasileiros no espaço urbano: terreiros de candomblé em Goiânia**. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Estudo Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

THOMPSON, E. P. **Tradición, revuelta y consciencia de clase**. Barcelona: Grijalbo, 1979.

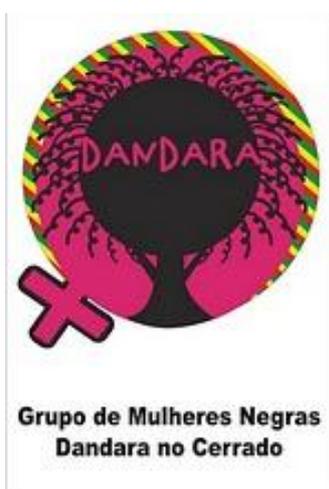
TRECCANI, Domenico Girolamo. **Terras de Quilombos. Caminhos e entraves do processo de titulação**. EDD 22 ed.:981. Programa Raízes. Belém, 2006.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

WIEVIORKA, Michel. **Em que mundo viveremos?** São Paulo: Perspectiva, 2006.

ANEXO

FIGURA DAS LOGOMARCAS DE ALGUMAS DAS ENTIDADES DO MOVIMENTO NEGRO AS QUAIS OS MILITANTES ENTREVISTADOS(AS) PARTICIPAM*



*Estão presentes as logomarcas enviadas por e-mail após solicitação.

APÊNDICE

1 - LISTA DE ENTREVISTADOS(AS):

Entrevistada A, 39 anos. Data da entrevista: julho de 2010.

Entrevistado B, 42 anos. Data da entrevista: julho de 2010.

Entrevistada C, 23 anos. Data da entrevista: julho de 2010.

Entrevistado D, 70 anos. Data da entrevista: agosto de 2010.

Entrevistada E, 45 anos. Data da entrevista: julho de 2010.

Entrevistada F, 28 anos. Data da entrevista: janeiro de 2011.

Entrevistada G, 55 anos. Data da entrevista: fevereiro de 2011.

Entrevistado H, 38 anos. Data da entrevista: fevereiro 2011.

Entrevistada I, 42 anos. Data da entrevista: fevereiro de 2011.

Entrevistado J, 29 anos. Data da entrevista: fevereiro de 2011.

Entrevistada L, 45 anos. Data da entrevista: fevereiro de 2011.

**2 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**ROTEIRO DE ENTREVISTA MEMBROS DE MOVIMENTO NEGROS NA REGIÃO
METROPOLITANA DE GOIÂNIA NO ANO DE 2010**

Data da entrevista: ___/___/___

IDENTIFICAÇÃO

1. Nome _____
2. Sexo _____
3. Cor/raça _____
4. Idade: _____
5. Local de nascimento _____
6. Local de nascimento dos pais _____
7. Estado civil _____
8. Número de filhos _____
9. Escolaridade _____
10. Cidade domicílio _____
11. Bairro de domicílio _____
12. Renda do chefe de família _____

TRAJETÓRIA FAMILIAR/ MEMÓRIA

- 1) Qual a profissão de seus pais?
- 2) Você viveu com seus pais durante toda sua infância?
- 3) Como foi a sua infância?
- 4) Quais os lugares de lazer que freqüentava?
- 5) Onde costumava e costuma passar as férias ou datas comemorativas?
- 6) Como era a sua residência na infância, adolescência, juventude?
- 7) Você se lembra de seus colegas e amigos de infância? Fale um pouco deles?
- 8) Qual é a cor/raça dos seus colegas e amigos de infância?
- 9) Você já foi discriminado quando era criança por causa de sua cor/raça?
- 10) Se sim, em qual situação?
- 11) A questão racial ou de cor era discutida em seu ambiente familiar?
- 12) Como foi a vida de família?
- 13) Você recebeu algum apelido por causa de sua cor quando era criança?

14) Qual foi a sua reação?

15) Qual a avaliação que você faz de sua situação atual e a de seus pais? Melhorou ou piorou?

Por quê?

MIGRAÇÃO

1) Você já morou em outras cidades? Quais?

2) Fale sobre sua vida em cada uma das cidades que morou (condições de trabalho, estudo/escola, local de moradia, a casa, convivência familiar, lazer, locais frequentados, grupo de amigos, etc).

3) Quais foram os fatores que levaram às mudanças de cidade?

4) Por que vir para a cidade _____(da região metropolitana de Goiânia)?

5) Há quanto tempo mora em _____(na região metropolitana de Goiânia)?

6) Como se sente morando/vivendo em _____(na região metropolitana de Goiânia)?

Por quê?

PARTICIPAÇÃO NO MOVIMENTO NEGRO

1) Qual o movimento negro que você participa?

2) Quando você começou a participar desse grupo do movimento negro?

3) Desde quando você milita do movimento negro?

4) Você participa ou já participou de outro movimento, associação ou grupo?

5) Tem alguém na sua família que participa de algum movimento negro? Quantas?

6) Qual a sua atuação nesse movimento?

7) Por que você decidiu entrar nesse movimento?

8) Como são os encontros do movimento que você participa?

9) Qual a importância para o seu cotidiano de participar do movimento?

10) Você começou a frequentar outros locais (religiosos, culturais, esportivos, de encontros...) depois de participar do movimento negro? Quais? E onde se localizam?

11) O que você acha desses locais?

12) O que mudou na sua vida (relação trabalho, vida social, religião, escola, vida afetiva, relação com a família) depois de entrar no movimento negro?

13) Depois de ingressar no movimento negro houve alguma mudança em relação ao que você pensa sobre a questão racial no seu cotidiano?

TRAJETORIA PROFISSIONAL

- 1) Qual é a sua profissão? Trabalha em uma (ou mais) empresa(s) ou por conta própria?
- 2) Quanto tempo você trabalha por semana?
- 3) Quanto tempo você gasta para chegar ao seu trabalho?
- 4) Quais os meios de transporte você utiliza para ir ao trabalho?
- 5) Como você se sente em seu trabalho?
- 6) Você já teve dificuldades de encontrar trabalho por causa da sua cor/raça?
- 7) Se não, por quê?

TRAJETÓRIA EDUCACIONAL

- 1) Qual é a sua formação?
- 2) Qual foi a sua experiência com relação à sua cor em sua vida escolar?
- 3) Qual é a cor dos seus amigos mais próximos na escola?
- 4) Você acredita que a questão da cor/raça tenha influenciado em suas relações pessoais na escola, na faculdade, no trabalho, no lazer...?

TRAJETÓRIA NO BAIRRO

- 1) Anotar o tipo de habitação (pensão, casa de cômodos, apartamento, casa, sobrado...)
- 2) Você é proprietário, inquilino ou cessionário de sua residência
- 3) Você possui outras propriedades? Se sim, onde?
- 4) Desde quando você habita este bairro? Cidade? Estado? Habitação?
- 5) Anteriormente onde você habitava?
- 6) O que você pensa sobre seu(s) antigo(s) bairro(s)? Por que mudou?
- 7) E do bairro atual o que você pensa?
- 8) Em qual bairro/setor gostaria de morar? Por quê?
- 9) Desde o seu nascimento quantas vezes você mudou de casa e de bairro?
- 10) Onde você mais gostou de morar?
- 11) Por quê?
- 12) Em qual bairro você encontrou mais dificuldades?
- 13) Quais dificuldades?
- 14) Por quê?
- 15) Nesse bairro você tem amigos e colegas?
- 16) Como é a sua relação com os vizinhos?

- 17) Você tem vizinhos(as) negro(as)?
- 18) Quais são as pessoas mais próximas de você no seu bairro? (citar nomes)
- 19) Qual a cor de cada pessoa?
- 20) Você já vivenciou conflitos com seus vizinhos?
- 21) Com quem e quais as razões?
- 22) Como a sua família se sente neste bairro?
- 23) O que você mais gosta e menos gosta no seu bairro?
- 24) O que gostaria que tivesse no bairro que não tem (comércio, bancos, shoppings, hospitais, academias, etc.)?
- 25) Quais locais costuma frequentar/ir no bairro (bares, salões de beleza, templo religioso, boates, lanchonetes, praças, casa de amigos/parentes, academia, escola, etc.)?
- 26) Por que frequenta estes locais?
- 27) O que eles representam/significam para você?
- 28) Você tem parentes que moram no bairro?
- 29) Como costuma se deslocar pelo bairro – a pé, de bicicleta, carro, etc.?
- 30) Como se sente se deslocando pelo bairro – bem, à vontade, segura, etc.? Por quê?
- 31) Qual o local que mais se sente à vontade, respeitado(a), aceito(a) no seu bairro? Por quê?
Como se sente/O que sente quando está lá?

TRAJETÓRIA DA VIDA SOCIAL

- 1) Que locais costuma frequentar/ir em Goiânia fora do horário de trabalho – durante a semana e nos finais de semana?
- 2) Por que frequenta estes lugares?
- 3) Como se sente quando está lá?
- 4) O que mais lhe faz sentir bem nestes locais – o relacionamento com as pessoas, o jeito de ser das pessoas, a forma como te tratam, olham, etc.?
- 5) Que pessoas frequentam estes locais? Com quem costuma ir a estes lugares?
- 6) Qual o meio de transporte que costuma utilizar para se deslocar/ir até estes locais?
- 7) Fale um pouco sobre o trajeto, como se sente o que pensa e o que você vê durante este trajeto?
- 8) Além dos locais de trabalho, lazer e religião o que gostaria de ir/conhecer/frequentar e não vai? Por que não vai a esses locais?

3- CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS

_____, ____ de _____ de _____

Eu, _____, (estado civil) _____, carteira de identidade número _____ - _____, declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista dada dia ____ de _____ de _____, para o Mestranda Talita Cabral Machado (IESA/UFG) usá-la integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo a terceiros sua audição e o uso do texto final que está sob a guarda da Mestranda Talita Cabral Machado.

Abdicando de direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente.

Assinatura

4- AGRADECIMENTO

Agradecemos ao Sr. (à Sra.) _____, a inestimável contribuição prestada à Dissertação de Mestrado (IESA/UFG) – Relações Raciais e Espaço Urbano: trajetórias socioespaciais de militantes do Movimento Negro na região metropolitana de Goiânia -, através do depoimento prestado à Talita Cabral Machado, no dia _____. Sua colaboração nos permitiu conhecermos mais acerca da trajetória espacial dos integrantes do Movimento Negro na região metropolitana de Goiânia.

Talita Cabral Machado
Mestranda IESA/UFG
Prof. Dr. Alex Ratts